



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ**

**AS REFORMAS POMBALINAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ORDENS  
RELIGIOSAS: o caso de Sergipe Del Rey**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2023**

ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ

**AS REFORMAS POMBALINAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ORDENS  
RELIGIOSAS: o caso de Sergipe Del Rey**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Franco

SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2023

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S239r São José, Elisson Souza de  
As reformas pombalinas da instrução pública e as ordens religiosas : o caso de Sergipe Del Rey / Elisson Souza de São José ; orientador José Eduardo Franco. – São Cristóvão, SE, 2023.  
139 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Educação - História - Sergipe. 2. Reforma do ensino - Brasil. 3. Ordens monásticas e religiosa - Educação, 4. Educação e Estado, 5. Educação - Estudo e ensino - Sergipe, 6. Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marques de, 1699-1782. I. Franco, José Eduardo, orient. II. Título.

CDU 37,014,3(813,7)(091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



ELISSON SOUZA DE SÃO JOSÉ

“AS REFORMAS POMBALINAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ORDENS RELIGIOSAS: o caso de Sergipe Del Rey”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 28.02.2023

---

Prof. Dr. José Eduardo Franco (Orientador)  
School for Advanced Studies in the Social Sciences / EHESS

---

Prof. Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

---

Prof. Dr. Carlos Alberto de Vasconcelos  
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

---

Prof.ª Dr.ª Mônica Andrade Modesto  
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

---

Prof.ª Dr.ª Elaine Maria Santos  
Universidade Federal de Sergipe / UFS

---

Prof.ª Dr.ª Kate Constantino Pinheiro de Andrade Oliveira  
Universidade Federal de Sergipe / UFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)

2023

Esta Tese é dedicada a todos alunos da rede pública.

## AGRADECIMENTOS

É com grande alegria que ao final de mais uma etapa da minha vida acadêmica, agradeço inicialmente ao Criador, pela oportunidade de cursar o Doutorado.

Agradeço de modo especial ao meu orientador, professor Dr. José Eduardo Franco e ao meu coorientador, professor Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, por confiarem em mim e terem gastos diversas horas de seu precioso tempo me orientando de forma paciente e exemplar. Sem a ajuda deles o presente trabalho não seria possível. Eles são pesquisadores que tive o prazer de conhecer e os quais pretendo me espelhar.

Agradeço à professora Dr.<sup>a</sup> Silvana Aparecida Bretas, docente da disciplina Metodologia de Pesquisa da Educação (2019.1). Por meio de suas aulas pude refazer o projeto de forma mais consistente e mais elaborada. Suas aulas foram importantes para fazer um mapeamento teórico e metodológico de como se fazer a tese.

Agradeço às professoras Dr.<sup>a</sup> Marizete Lucini, Dr.<sup>a</sup> Carla Beatriz Meinerz e Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Bergamaschi, responsáveis pela disciplina Tópicos de Estudos III: Educação, Pensamento Descolonial e Educação das Relações Étnico-Raciais (2019.1). Por meio de suas aulas foi possível ver de uma maneira diferente os problemas existentes na educação brasileira, principalmente devido ao preconceito.

Agradeço às professoras Dr.<sup>a</sup> Maria Neide Sobral e mais uma vez à Dr.<sup>a</sup> Marizete Lucini, responsáveis por lecionar a disciplina Fundamentos da Educação II (2019.2). Por meio de suas aulas foi possível conhecer a forma de pensar e de agir de diversos estudiosos da área da educação, como Comenius, Rousseau, Dewey, Durkheim Paulo Freire... Suas aulas foram essenciais para compreender os métodos didáticos educacionais aplicados no passado e no presente, e extremamente importantes para minha formação como professor, acredito que todo educador deveria ter a oportunidade de cursá-las.

Agradeço ao professor Dr. Alfrancio Ferreira Dias, responsável pela disciplina Tópicos de Estudos II: Seminário de Internacionalização (2019.2). Por meio do evento organizado por ele foi possível compreender a importância das viagens para outras regiões em busca de fontes, referências e conhecimento.

Agradeço à professora Dr.<sup>a</sup> Josefa Eliana Souza, responsável pela disciplina Seminário de Pesquisa II (2020.1). Por meio das suas aulas pude melhorar minha pesquisa, pois foi feita uma pré-qualificação, sendo levantados pontos essenciais para a construção de forma sólida dessa tese.

Agradeço aos membros do grupo de pesquisa que faço parte, Núcleo de Estudos de Cultura da Universidade Federal de Sergipe (NECUFS), pois, os debates existentes no grupo ajudaram a conhecer mais sobre o a história do ensino, em especial na área das Letras. Não posso esquecer de dar um agradecimento em especial ao membro do grupo Dr. Rodrigo Belfort Gomes, por aceitar o convite de participar da pré-banca de qualificação na disciplina de Seminário de Pesquisa II, seus questionamentos enriqueceram ainda mais a minha tese.

Agradeço também aos membros da banca de Qualificação e de Defesa do Doutorado, composta pelos professores Dr. Luiz Eduardo Meneses de Oliveira, Dr. Joaquim Tavares da Conceição, Dr.<sup>a</sup> Elaine Maria Santos, Dr. José Eduardo Franco, Dr. Carlos Alberto de Vasconcelos, Dr.<sup>a</sup> Kate Constantino Pinheiro de Andrade Oliveira e Dr.<sup>a</sup> Mônica Andrade Modesto por terem aceitado o convite e terem dado orientações importantes que melhoraram a qualidade da tese, tanto durante a qualificação como na defesa.

Não posso esquecer-me de agradecer a meu grande amigo, Me. Guilherme Fernandes Ramos da Silva, e agora (2023) “doutor” por ter me influenciado positivamente a fazer o Mestrado. Sem o incentivo dele talvez eu não tivesse chegado nem ao mestrado, quanto mais ao doutorado.

Agradeço a todos os meus familiares que confiaram em meu sucesso, em especial à minha esposa, Zaiane dos Santos Souza Farias. Ela foi capaz de entender o motivo de eu passar mais tempo com os livros do que com ela.

EU ELREI Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarchias, conservando-se por meio dellas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razão forão sempre as mesmas Sciencias o objecto mais digno do cuidado dos Senhores Reis Meus Predecessores, que com as suas Reaes Providencias estabelecêrão, e animárão os Estudos publicos, promulgando as Leis mais justas, e proporcionadas para que os Vassallos da Minha Coroa podessem fazer á sombra dellas os maiores progressos em beneficio da Igreja, da Patria: Tendo consideração outro sim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão, quando as Aulas se confiárão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes com o escuro, e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Dominios; e muito mais com a inflexivel tenacidade, com que sempre procurarão sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo, que, depois de serem por elle conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavão no fim dellas tão illaqueados nas miudezas da Grammatica, como destituidos das verdadeiras noções das Linguas Latima, e Grega [...] (PORTUGAL, 1830, p. 673, 674)

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto a relação entre as reformas pombalinas da instrução pública e as ordens religiosas, e investiga o modo como a historiografia tem representado tal relação, observando o caso específico de Sergipe Del Rey. Desse modo, busca compreender a forma como o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, lidou com as ordens religiosas católicas: jesuítas, oratorianas, franciscanas, carmelitas e beneditinas, verificando até que ponto seus conflitos e concordâncias repercutiram na educação brasileira e sergipana. Para tanto, foi feito um levantamento no catálogo de teses e dissertações na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com a intenção de saber quais trabalhos já foram publicados e quais eram os assuntos tratados neles. A pesquisa apresenta a relação de Marquês de Pombal com a educação portuguesa, destacando seu descontentamento com a forma de ensino e aprendizagem do período, que estava sob a responsabilidade dos padres jesuítas. A substituição dos inacianos por professores régios, que em sua maioria seriam padres de outras ordens, foi uma tentativa de consertar o problema. Todavia, outros problemas surgiram. Com relação a Sergipe Del Rey, a tese destaca a falta de interesse das autoridades religiosas e portuguesas em enviarem pessoas habilitadas para lecionar na região, problema que se estendeu por várias décadas, ocasionando o não cumprimento das reformas educacionais pombalinas durante o período que ele esteve na administração portuguesa. A tese mostra como o ministro plenipotenciário do rei D. José I se relacionou com as ordens religiosas do seu tempo, seja em termos de oposição, como foi o caso dos jesuítas, seja em termos de colaboração, como ocorreu com os oratorianos. Apoiados no suporte teórico da história cultural, valer-nos-emos da historiografia sobre o período e demais fontes documentais, legislativas, literárias e epistolares, bem como de compêndios e periódicos publicados tanto de forma física como digital.

**Palavras-chave:** História da Educação; Sergipe Del Rey; Marquês de Pombal; Ordens Religiosas; Reformas Pombalinas.

## ABSTRACT

This work focuses on the relationship between the Pombaline reforms of public education and religious orders, and investigates how historiography has represented this relationship, observing the specific case of Sergipe Del Rey. In this way, it seeks to understand how the minister Sebastião José de Carvalho e Melo, better known as Marquis of Pombal, dealt with the Catholic religious orders: Jesuits, Oratorians, Franciscans, Carmelites and Benedictines, verifying to what extent their conflicts and agreements had repercussions in Brazilian and Sergipe education. To this end, a count was carried out in the catalog of theses and dissertations on the platform of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), with the intention of knowing which works have already been published and what were the subjects addressed in them. The research presents the Marquis of Pombal's relationship with Portuguese education, highlighting his dissatisfaction with the way of teaching and learning of the period, which was under the responsibility of the Jesuit priests. The replacement of the Ignatians by royal teachers, most of whom would be priests of other orders, was an attempt to fix the problem. However, other problems arose. Regarding Sergipe Del Rey, the thesis highlights the lack of interest of the religious and Portuguese authorities in sending qualified people to teach in the region, a problem that lasted for several decades, causing the non-compliance with the Pombaline educational reforms during the period he was in the Portuguese administration. The thesis shows how the plenipotentiary minister of King Joseph I related to the religious orders of his time, whether in terms of opposition, as was the case with the Jesuits, or in terms of collaboration, as with the oratorians. Supported by the theoretical support of cultural history, we will make use of the historiography of the period and other documentary, legislative, literary and epistolary sources, as well as compendiums and periodicals published both physically and digitally.

**Keywords:** History of education; Sergipe Del Rey; Marquis of Pombal; Religious orders; Pombaline reforms.

## RESUMEN

Este trabajo se centra en la relación entre las reformas pombalinas de la educación pública y las órdenes religiosas, e investiga cómo la historiografía ha representado esta relación, observando el caso concreto de Sergipe Del Rey. De esta manera, busca comprender cómo el ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, más conocido como Marqués de Pombal, trató con las órdenes religiosas católicas: jesuitas, oratorianos, franciscanos, carmelitas y benedictinos, verificando en qué medida sus conflictos y acuerdos tuvo repercusiones en la educación brasileña y Sergipeña. Para ello, se realizó una encuesta en el catálogo de tesis y disertaciones en la plataforma de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), con la intención de conocer qué trabajos ya fueron publicados y cuáles fueron los temas abordados. en ellos. La investigación presenta la relación del Marqués de Pombal con la educación portuguesa, destacando su insatisfacción con la forma de enseñar y aprender de la época, que estaba bajo la responsabilidad de los sacerdotes jesuitas. La sustitución de los ignacianos por maestros reales, la mayoría de los cuales serían sacerdotes de otras órdenes, fue un intento de solucionar el problema. Sin embargo, surgieron otros problemas. En cuanto a Sergipe Del Rey, la tesis destaca la falta de interés de las autoridades religiosas y portuguesas en enviar personas calificadas para enseñar en la región, un problema que se prolongó durante varias décadas, provocando el incumplimiento de las reformas educativas pombalinas durante el período que él estuvo en la administración portuguesa. La tesis muestra cómo el ministro plenipotenciario del rey José I se relacionaba con las órdenes religiosas de su tiempo, ya fuera en términos de oposición, como era el caso de los jesuitas, o en términos de colaboración, como era el caso de los oratorianos. Apoyados en el soporte teórico de la historia cultural, haremos uso de la historiografía de la época y otras fuentes documentales, legislativas, literarias y epistolares, así como de compendios y periódicos publicados tanto en soporte físico como digital.

**Palabras llave:** Historia de la educación; Sergipe Del Rey; Marqués de Pombal; órdenes religiosas; Reformas pombalinas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja de Comandaroba	101
Figura 2 - Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo	104
Figura 3 - Colégio Jesuítico de Tejupeba – Itaporanga D’Ajuda	108

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Primeiros Locais de Fixação das Ordens Católicas em Sergipe	107
--	-----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>MARQUÊS DE POMBAL</b> .....	<b>19</b>
2.1	SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO .....	19
2.2	FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS DE POMBAL .....	23
2.3	A PERSEGUIÇÃO AOS JESUÍTAS .....	42
2.4	A REFORMA EDUCACIONAL .....	53
<b>3</b>	<b>AS ORDENS RELIGIOSAS</b> .....	<b>65</b>
3.1	OS JESUÍTAS .....	68
3.2	OS ORATORIANOS .....	75
3.3	OS FRANCISCANOS .....	83
3.4	OS CARMELITAS .....	88
3.5	OS BENEDITINOS .....	92
<b>4</b>	<b>O CASO DE SERGIPE</b> .....	<b>96</b>
4.1	A CHEGADA DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE.....	98
4.2	A EDUCAÇÃO EM SERGIPE NO PERÍODO POMBALINO .....	107
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>116</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>121</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os livros escolares de história costumam apresentar os padres jesuítas como sendo os primeiros ou os únicos educadores que estiveram no Brasil durante o período colonial; no entanto, isso não é completamente verdade. No decorrer da minha formação: ensino básico, graduação em Letras Português/Inglês e em Pedagogia, mestrado e agora doutorando em Educação, só tive a oportunidade de conhecer um pouco da educação ofertada por outras ordens religiosas<sup>1</sup> no período do mestrado e isso ocorreu por acaso durante as pesquisas. Logo, tive interesse em conhecer um pouco mais sobre as demais ordens religiosas e o que elas trouxeram de novo para a educação brasileira. Diversos outros grupos católicos, como veremos mais à frente no decorrer da tese, estiveram no Brasil durante o período de colonização, dentre os quais podemos destacar os Oratorianos, os Carmelitas, os Beneditinos e os Franciscanos; eles também tinham interesse na catequização e na educação dos índios, o que porventura levou algumas vezes a conflitos entre eles, tanto pela educação quanto pelo poder político, que deveria ser apenas do Estado a partir do século XVIII. O fato de serem cristãos não significava que eles viviam juntos em harmonia e que concordavam em tudo. Várias vezes o Papa ou o rei tinham de interferir nessas disputas expansionistas. Com relação à educação fornecida pelas ordens católicas, assunto que tive interesse em pesquisar durante o doutoramento, despertou-me uma atenção maior para a educação na região onde hoje é o estado de Sergipe durante o período pombalino, uma vez que há informações não exploradas e é minha terra natal.

Bontempi Junior (1995, p. 49) já tinha feito um levantamento sobre as áreas de tendências de publicações de teses e dissertações em história da educação até a década de 1980 do século XX, e foi percebida a valorização de pesquisas feitas relacionadas ao período dos governos militares até a Nova República, sendo o período colonial o menos explorado. Em Sergipe, a situação é ainda mais preocupante. Nascimento (2003, p.23) escreve que as primeiras pesquisas sobre a educação em Sergipe só começaram em 1916 com o professor Adolfo Ávila Lima e depois com o professor Helvécio de Andrade em 1927. As pesquisas sobre a história da educação sergipana só cresceriam no século XXI, pois até a “primeira metade do século XX, apenas quatro trabalhos de História de Educação foram produzidos em Sergipe”. Sabendo-se disso, foi decidido pesquisar a educação fornecida pelos padres das diferentes ordens no Brasil,

---

<sup>1</sup> Quando falamos em ordem, estamos nos referindo ao nome vulgarmente atribuído a todos os institutos religiosos em sentido lato ou ainda, “companhia de pessoas que fazem voto de viver sob a autoridade de certas regras”. (FRANCO, 2007, p.261; NUNES, 2008, p. 108).

compreendendo o modo como Pombal e as ordens religiosas são representados na historiografia, em especial na região onde hoje se encontra o estado de Sergipe.

Levando em conta os fatos supracitados e sabendo que o grupo de pesquisa do qual faço parte, o NECUFS (Núcleo de Estudos de Cultura da Universidade Federal de Sergipe), estava entrando em um grande projeto internacional junto com diversos outros centros de pesquisa sobre o Marquês de Pombal, com o objetivo de reunir todos os documentos que foram feitos ou produzidos por Pombal ou no período pombalino. Esta pesquisa vincula-se a um projeto maior, de investigação e preparação da obra completa do Marquês de Pombal, em 32 volumes criticamente anotados, sob a direção de José Eduardo Franco, Pedro Calafate e Viriato Soromenho-Marques. O projeto busca fazer o levantamento de toda a obra escrita do Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada e preparar uma edição criticamente anotada e atualizada, promovendo assim uma renovação dos estudos pombalinos. Um aspecto importante de tal projeto é o seu objetivo de contribuir para um conhecimento mais aprofundado da vida e obra de Sebastião José de Carvalho e Melo por meio de uma abordagem interdisciplinar, para além das visões parciais motivadas pelas paixões polêmicas que ora desvalorizaram, ora supervalorizaram o significado de sua ação<sup>2</sup>.

O marco temporal da tese é em torno da época pombalina (1750-1777), período em que Sebastião José de Carvalho e Melo teve autorização do rei de Portugal, D. José I, para fazer em seu reinado as reformas administrativas que achasse necessárias para o progresso do reino. O trabalho dá uma atenção especial à região onde se encontra o estado de Sergipe. A escolha do estado de Sergipe como um dos focos foi motivada pelas poucas informações existentes sobre a educação nessa região durante esse período. Historiadores como Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, José Calazans, Maria Thetis Nunes<sup>3</sup> e Jorge Carvalho do Nascimento fizeram alguns trabalhos sobre a educação em Sergipe, no entanto, não se prenderam às questões religiosas, à sua forma de ensino e nem ao período pombalino, abrindo margem para novas pesquisas.

A pesquisa busca responder às seguintes questões: Quais assuntos costumam ser discutidos nas obras que compõem a historiografia sobre o período no banco de dados da Capes? Quais ordens católicas estiveram presentes no Brasil e em Sergipe? Quais eram seus

---

<sup>2</sup> Trata-se do projeto Pombalia (Referência PTDC/HAR-HIS/32197/2017). Título: Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos.

<sup>3</sup> Maria Thetis Nunes tem um artigo sobre a matéria: "A Política Educacional de Pombal e sua repercussão no Brasil-Colônia". Separata dos Anais da II Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH), 1983.

objetivos ao chegarem aqui? Quais problemas elas enfrentaram? As perguntas serão respondidas no decorrer da tese.

No ano de 1750, ocorreu a morte do rei de Portugal, D. João V; como sucessor, assumiu o trono seu filho, D. José I. Em seu gabinete ministerial, criado com a finalidade de ajudar na administração do reino, estavam a frente os ministros Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>4</sup>, futuro Marquês de Pombal.

Havendo consideração á boa capacidade, com que Sebastião José de Carvalho e Mello dirigio em Dominios Estrangeiros os Ministerios, de que ElRei Meu Senhor e Pai o encarregou; Hei por bem nomea-lo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios Estrangeiros e Gente de Guerra; e Mando que pela dita Repartição subão á Minha Real Presença todas as Consultas, e mais dependencias, que a ella pertencem, e por ella se devem expedir na conformidade do Alvará de Divisão das Secretarias de Estado de 28 de Julho de 1736. Paço 2 de Agosto de 1750 – Com a Rubrica de sua Magestade (PORTUGAL, 1842, p. 21-22).

Dentre as pessoas por quem Pombal tinha muita admiração está o oratoriano Luís António Verney (1713-1792), autor responsável pela criação do livro *Verdadeiro Método de Estudar*, obra que serviria como modelo a ser seguido por Pombal como forma de ensino logo após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses (SENA-LINO, 2020, p. 420) Nele havia “um manual eclético de lógica, um método de gramática, um livro sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha centenas de cartas sobre todos os tipos de assuntos” (MAXWELL, 1997, p. 12). Não é por acaso que “a cruzada verneiana influenciou, pois, o reformador dos estudos secundários de 1759, concretamente propondo a substituição dos compêndios usados pelos inacianos, por outros que Pombal nem sempre aproveitou” (ANDRADE, 1981, p. 8).

Os jesuítas estavam quase que monopolizando a educação nos territórios portugueses, e um ponto que incomodava Pombal era o fato de a educação ensinada por eles ter um estilo clássico e sem intenção de mudança para a modernidade. Os oratorianos iriam ganhar vantagem como substitutos dos jesuítas futuramente, uma vez que tinham métodos e práticas menos conservadores; simultaneamente, outras ordens também se adequaram aos novos padrões educacionais e ajudaram na formação dos cidadãos, algo que foi muito bem visto por Pombal.

A tese aqui exposta tem a finalidade não só de falar sobre a educação em Sergipe no período pombalino, mas também, compreender os modos pelos quais a historiografia

---

<sup>4</sup> A escolha de Sebastião como ministro teve a ajuda da rainha, mãe do novo rei, e do padre Moreira (BARROS, 1882, p. 8).

representou Pombal e suas relações com as ordens religiosas. Era um homem amado por uns e odiado por outros, algo que fica bastante claro no decorrer da tese. Ela abordará quais desdobramentos tiveram as reformas pombalinas no Brasil, até porque, como afirmam Franco e Rita (2004) na obra *O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do Primeiro-ministro de D. José pela maçonaria*, existe um mito de Pombal sobre suas representações, tanto positivas como negativas.

A pesquisa tem uma metodologia de caráter documental e bibliográfico. Ela foi feita por meio de investigação nas fontes primárias (leis, manuscritos e demais documentos da época) e fontes secundárias (livros, teses, artigos e demais publicações) que tratam do assunto. A análise documental se baseia nas informações encontradas nesses documentos, e através deles foram construídos os argumentos necessários para mostrar como ocorreu a troca do ensino português jesuítico pelos professores régios, bem como a relação de Pombal nessa ocorrência.

Além das próprias documentações do período colonial, também foram analisados livros, artigos, teses e dissertações de estudiosos da área. Apesar de a pesquisa também ser feita em obras secundárias, foi dada mais importância às fontes primárias, uma vez que, dessa forma, poder-se-ia evitar equívocos de informações ou mesmo problemas de interpretação dos fatos, algo que eventualmente ocorre ao longo das pesquisas. Na construção da tese foram levadas em consideração as palavras de Thompson (1981) a respeito de como ver e interpretar um documento histórico, uma vez que a interpretação da história consiste em um ponto de vista isolado que às vezes é contaminada por fatores externos ou por evidências pré-selecionadas do historiador, que carrega suas próprias ideologias acerca do assunto proposto (THOMPSON, 1981, p. 30; 38).

Estamos conscientes de que o trabalho do historiador é semelhante à construção de um mosaico, onde devem-se juntar informações pequenas, às vezes consideradas irrelevantes quando estão sozinhas para se chegar a um conhecimento mais claro acerca de determinado assunto em um período. Na construção da tese foram comparadas informações de diferentes autores para não correr o risco de ser unilateral e mostrar uma só perspectiva do objeto, sempre com o intuito de contrapor posições divergentes para se ter uma visão crítica.

Na segunda seção, será destacado um pouco do que se sabe sobre o Marquês de Pombal, fazendo um levantamento sobre as obras e os trabalhos publicados sobre a sua pessoa e um breve relato de suas reformas administrativas. Destacará a forma como ele ganhou reconhecimento perante o rei, como lidou com os problemas causados pelo terremoto que

destruiu boa parte da Europa, a forma com que lidou com as ordens religiosas e a educação. Buscar-se-á situar o leitor acerca de quem foi Pombal e de como foi influente no reinado de D. José I, a ponto de ser considerado por muitos pesquisadores uma pessoa mais importante para Portugal do que o próprio rei no final do século XVIII.

Na terceira seção, é feito um levantamento do que já se tem sido publicado sobre as ordens religiosas nesse período, em especial nas regiões onde se encontram no Brasil. É destacado como os jesuítas ganharam extensão religiosa em todo o mundo, observando como essa ordem católica se sobressaiu com relação às demais ordens da época. Trataremos de como eram os envolvimento educacionais e políticos dos padres jesuítas, tendo em vista que, para Pombal, deveria ser posto um fim nessa “dominação territorial” antes que ela trouxesse grandes perdas para o reino português. Uma forma concebida pelo ministro de D. José de retirar totalmente os jesuítas do controle da educação era proibir o uso de seus livros. O grupo religioso que se destaca e assume o lugar dos jesuítas na educação nos territórios portugueses é, em sua maioria, composto de oratorianos. Ademais, será evidenciado o que fez com que os oratorianos fossem bem vistos como substitutos dos jesuítas e como funcionava a educação oratoriana. Além disso, será destacado o *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney, livro com ideias muito úteis na substituição ao método jesuítico. Na mesma seção, também será discutida a forma como as outras ordens menos discutidas em trabalhos acadêmicos - carmelitas, beneditinos, franciscanos - lidaram com a educação no Brasil. A intenção é conhecer o que já foi estudado pelos estudiosos da área para que a pesquisa adote um destino diferente, explorando informações novas.

Na quarta seção, discutir-se-á sobre a educação fornecida pelas ordens religiosas no período pombalino em Sergipe, mostrando os grupos católicos que estiveram presentes e suas formas de trabalho, e destacando a situação educacional nestas localidades. Serão mostradas as consequências e o resultado da expansão pombalina na educação sergipana, uma vez que a substituição dos jesuítas por professores régios, ao mesmo tempo em que trouxe novas expectativas de progresso educacional, trouxe também problemas pela falta de professores e de uma estrutura que atendessem à demanda.

## 2 MARQUÊS DE POMBAL

O catálogo de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) ajudou não só para fazer o levantamento de trabalhos acadêmicos publicados que abordam não só a pessoa Marquês de Pombal e o período histórico que leva seu nome, como também a educação fornecida pelos religiosos no Brasil no período pombalino. No entanto, estamos cientes de sua limitação, deixando de fora do catálogo diversos outros trabalhos de nível acadêmica que contribuem para a compreensão da história em torno do período pombalino.

Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal<sup>5</sup>, foi um homem muito polêmico na sua época e até hoje continua sendo estudado e debatido por diversos estudiosos das diferentes áreas, uma vez que ele foi responsável pelo desenvolvimento do Reino Português em diversos setores administrativos no século XVIII, principalmente com respeito à educação.

### 2.1 SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

Entre as pessoas que mais se destacam na história portuguesa, está Sebastião José de Carvalho e Melo. Ao fazer uma busca por arquivos, documentos, teses ou qualquer outra obra que tenha seu nome ou sua participação, veremos que são milhares de itens, o que mostra o quão reconhecido foi seu nome para a história de Portugal e do mundo lusófono. Só no Brasil, quando pesquisada a palavra “Marquês de Pombal”<sup>6</sup>, no catálogo de teses e dissertações da Capes, aparecem 112 trabalhos, sendo 73 dissertações e 39 teses, o Programa de Pós-Graduação em História domina a maior parte dos trabalho, 53 no total. Em uma outra busca com o nome “Sebastião José de Carvalho e Melo”<sup>7</sup>, encontramos 35 trabalhos, distribuídos em 20 dissertações e 15 teses. No entanto, queremos deixar claro que a pesquisa da plataforma Capes é muito limitada, deixando passar vários outros trabalhos não contabilizados.

---

<sup>5</sup> Na tese chamaremos em muitos momentos de Marquês de Pombal a Sebastião José de Carvalho e Melo, mas esse título só foi dado a ele no ano de 1770. Ele teve vários cargos e títulos em toda a sua vida; foi ministro em Londres (1738) e em Viena (1745); foi nomeado Ministro do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750); recebeu o título de Conde de Oeiras (1759) e de Marquês de Pombal (1770), sendo este último o mais relevante e o que mais rendeu popularidade, entre os pesquisadores, a Sebastião José de Carvalho e Melo.

<sup>6</sup> Observar o apêndice A.

<sup>7</sup> Observar o apêndice B.

De acordo com o banco de dados da Capes, o professor que mais orientou trabalhos relacionados ao Marquês de Pombal foi o professor Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves, ligado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. Entre os trabalhos estão: *Os estudantes naturais do Brasil e a Universidade de Coimbra após a Reforma dos Estatutos Universitários de 1772*, que aborda a educação da elite por meio das novas reformas educacionais e os novos métodos de ensino, baseados no livro de Verney; e *O deplorável estado da Igreja neste século corrupto e rebaixado: repercussões de um sermão de São Pedro e das políticas regalistas pombalinas*, que destaca os problemas enfrentados pelo padre Manoel Furtado de Mendonça para se adequar às reformas pombalinas. Dentre os assuntos que costumam se investigar a respeito de Pombal, estão a forma como ele lidou com o terremoto em Lisboa, a expulsão dos jesuítas e as reformas educacionais – assunto que mais nos interessa.

Com relação ao local de nascimento de Pombal, infelizmente não se sabe ao certo onde ocorreu, pois existem obras com informações diferentes. Em um manuscrito do século XVIII citado por Reis (1987), em seu livro *O Marquês de Pombal e as imagens da verdade*, diz-se que Pombal “nasceu na Villa de Cernancelhe, Comarca de Pinhel, na Provincia de Beira a 13 de maio de 1699”, porém foi batizado e registrado em Lisboa. Reis defende esse ponto de vista por dizer que o avô de Pombal possuía o mesmo nome, o que ocasionou uma interpretação equivocada por parte de alguns estudiosos sobre a origem do Marquês, dizendo que ele nasceu em Lisboa.

- Além disso é de notar-se a confusão que se tem feito com a pessoa de Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras e Marquês de Pombal e a do seu avô – paterno e homônimo, Sebastião José de Carvalho e Melo, falecido com 101 anos (REIS, 1987, p. 33).

A mesma informação é reforçada por Sena-Lino, em seu livro *De quase nada a quase rei*, ao dizer que deram-lhe o mesmo nome do avô; Serrão também passa essa ideia em sua obra *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*, ao dizer que, em 9 de setembro de 1676, Sebastião José adquiriu terras a Lourenço de Anvers; porém, nesse período, o Sebastião de Carvalho que seria futuramente o Marquês de Pombal ainda não existia (SENA-LINO, 2020, p.29; SERRÃO, 1982, p. 90).

Por outro lado, alguns estudiosos do período pombalino dizem que Pombal nasceu em Lisboa, como é o caso de Maxwell no seu livro *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo:*

“[...] seu tio o sacerdote Paulo de Carvalho e Ataíde, havia recebido em herança propriedades em Lisboa que compreendiam o local onde Pombal nasceu [...]” (1997, p. 2); e também Silvano na publicação *O Marques de Pombal: Celebrado por um grupo de distintos escritores liberais*:

A 13 de maio de 1699 nasceu em Lisboa segundo diz o falecido escritor Manoel Pinheiro Chagas <sup>(1)</sup>, Sebastião José de Carvalho e Melo, na casa que na rua Formosa tinham seus pais Manoel Carvalho d’Athaide, Capitão de cavalaria, Comendador da Ordem de Cristo e Senhor da Quinta da Granja, e D. Thereza Luiza de Mendonça e Mello, filha dos Morgados de Souto d’El-Rei: foi batizado na igreja das Mercês, a 6 de junho (SILVANO, 1906, p. 26).

O período de infância da vida de Marquês de Pombal é pouco conhecido, pois só passará a ter uma vida pública mais notada depois dos 34 anos de idade. Assim, os fatos ocorridos com ele antes desse período são desconhecidos (MAYOR, 1906, p. 3). O período auge da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo pode ser dividido em três partes, a saber: período do Terremoto de Lisboa, 1755; do processo dos Távoras, 1758; e da expulsão dos jesuítas e das reformas educacionais, 1759. Reis (1987, p. 18-19) destaca que o nome de Marquês de Pombal ficou conhecido como um dos reformadores ou talvez o reformador mais eficiente de toda a história portuguesa. Com uma visão não tão apreciativa de Pombal, Cordeiro (1890), em sua obra *Marquês de Pombal (folheto para poucos)*, destaca Pombal não como o maior reformador português, mas, pelo contrário, como “[...] homem mais bárbaro e mais estupidamente bestial que existiu no regimen absoluto” (CORDEIRO, 1890, p. 4).

As questões citadas anteriormente, relacionadas ao local de nascimento e ao fato de Pombal ser considerado um cidadão honrado ou não, são apenas dois exemplos de como o ministro de D. José I é visto de forma contraditória a depender de quem conte sua história. Para evitar mostrar uma informação incerta, como é o caso do local do seu nascimento, na construção da tese foram levadas em conta as orientações dadas por Thompson no sentido de que os fatos e as evidências do passado podem ser vistos de formas diferentes e ao mesmo tempo distorcidos a depender de quem conte a história (THOMPSON, 1981).

Entre os autores que tratam da bibliografia pombalina e que destacam seus familiares, podemos destacar Palmella, em seu livro *O centenário e vida do Marquez de Pombal*, além de Maxwell, Sena-Lino e Serrão em suas obras já citadas.

Sebastião José de Carvalho e Melo era descendente de uma família de pequenos fidalgos, e seus pais foram Manuel de Carvalho e Ataíde (1668-1720) e D. Maria Teresa Luísa

de Mendonça. Teve 11 irmãos, sendo que quatro morreram ainda na infância: Luiza (1706-07)<sup>8</sup>, Luís (1710), Manuel (17??)<sup>9</sup> e João Inácio (1700). Suas irmãs foram Maria Madalena de Mendonça (1705), religiosa professa do Convento da Anunciada, e Maria Luísa de Mendonça (1708), freira no mosteiro da Madre de Deus em Lisboa. Seus irmãos foram Paulo Antonio de Carvalho e Mendonça (1702), cônego da Sé Patriarcal e membro influente do Santo Ofício; Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701), governador do Grão-Pará e Maranhão e Secretário de Estado; José Joaquim (1712), que seguiu a carreira militar e morreu em um combate na Índia; Diogo de Carvalho preferiu ser frei e ensinar filosofia em Ascoli Piceno, na Itália; e o primogênito foi João Inácio Ataíde (1720) (PALMELLA, 1883, p. 13; SERRÃO, 1982, p. 15-16; MAXWELL, 1997, p. 3; SENA-LINO, 2020).

Seus avós paternos eram Sebastião José de Carvalho e Melo (homônimo de Pombal), que era desembargador e fidalgo; e D. Leonor Maria Ataíde, filha de Gonçalo da Costa Coutinho, fidalgo e cavaleiro da Ordem de Cristo, governador das praças marítimas e Aveiro, e de D. Isabel de Ataíde, filha do doutor Gaspar da Costa, primeiro Chanceler da Relação da Baía durante o período de reinado de Filipe III da Espanha. Seus avós maternos eram João de Almada e Melo, comissário de Cavalaria da Beira, alcaide-mor de Palmella e senhor dos morgados de Olivais e do Souta; e D. Maria de Luísa de Mendonça, filha de Francisco de Mendonça Furtado, alcaide-mor de Mourão, governador do presídio de Mazagão. Pombal era trineto materno de Pedro Mendonça Furtado, que morreu prestando serviço à coroa; ele ajudou na aclamação de D. João IV (SERRÃO, 1982, p. 11).

O seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde, serviu na Marinha e no Exército. Chegou à posição de oficial da cavalaria da corte no ano de 1708, tendo patente de capitão-tenente do Mar e da Guerra (SERRÃO, 1982, p. 11). José Joaquim, irmão de Pombal, seguiu a vida militar, mas, infelizmente, acabou perdendo sua vida em um combate militar nas Índias (MAXWELL, 1997, p. 2).

Pombal casou-se aos 23 anos pela primeira vez, em 23 de janeiro de 1723, com D. Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, viúva de Antonio de Mendonça. Ela serviu como dama da rainha D. Ana de Áustria, era uma mulher de classe social superior e com uma boa fortuna, o que fez com que o casamento entre os dois não fosse aceito pela família dela. “Ele fugiu para se casar com uma viúva, sobrinha do conde de Arcos, Dona Tereza de Noronha

---

<sup>8</sup> Não se sabe ao certo em qual dos dois anos ela nasceu.

<sup>9</sup> Não se sabe ao certo o ano de seu nascimento.

e Bourbon Mendonça e Almada, um acerto que o ligou à alta nobreza” (MAXWELL, 1997, p. 3). Jaeger, em sua obra *A expulsão da companhia de Jesus do Brasil em 1760*, diz que ela tinha 33 anos quando se casou e que morreu sete anos mais tarde sem deixar filhos para sucessão (JAEGER, 1960, p. 6; PEREIRA, 2019, p. 26).

Após a morte da primeira esposa, em 21 de março de 1739, Pombal teve um novo casamento, desta vez com a condessa D. Leonor Arnestina de Daun, em 18 de dezembro de 1745. Eles tiveram cinco filhos: D. Thereza Eva Judith de Daun, Henrique Jozé de Carvalho e Melo, Maria Francisca Eva de Daun, Maria Amalia de Daun e José Francisco Adão de Carvalho e Daun (REIS, 1987, p. 38). “Foi o casamento com a condessa de Daun que garantiu a Pombal a posição de ministro em Lisboa” (MAXWELL, 1997, p. 3). De acordo com Sena-Lino, o casamento favoreceu não só a Pombal, mas também a sua família. A união deu a ele não só mais respeito perante os nobres e fidalgos, como uma posição social mais próxima do rei, algo muito valorizado no período (SENA-LINO, 2020, p.223).

## 2.2 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS DE POMBAL

Apesar de muita gente conhecer Pombal pela sua luta contra os jesuítas, acaba esquecendo que Pombal de princípio foi educado e moldado dentro dos padrões jesuítas, até porque foi seu tio, Paulo Carvalho e Ataíde, Arcipreste da Sé Oriental e deputado da Mesa de Consciência e Ordens, o principal responsável por sustentar a família de Pombal após a morte de seu pai. O tio também é um dos principais responsáveis por ajudar Pombal nos estudos e a ter contato com o sistema político do governo português (SERRÃO, 1982, p. 15).

Não se sabe ao certo onde Pombal estudou na infância, mas se supõe que tenha concluído os estudos menores no convento franciscano de Nossa Senhora de Jesus (BARROS, 1882, p. 16). Aproveitamos a oportunidade para destacar que o ensino superior de Pombal é contraditório pela ótica dos principais escritores que viveram próximo ao período pombalino, deixando a informação imprecisa a respeito da formação dele. O que é certo é que seu tio, Paulo de Carvalho, foi crucial durante os primeiros anos de sua educação, uma vez que tinha muita afeição por Pombal, a ponto de criá-lo e educá-lo durante os momentos difíceis em que se encontrava a sua família (PEREIRA, 2019, p.26).

No que concerne à educação superior recebida por ele, Palmella (1883, p. 16) diz que não existem relatos de que tenha finalizado algum curso na Universidade de Coimbra ou em

outro lugar semelhante, uma vez que se “tivesse seguido algum curso científico em Coimbra, ou frequentado a Universidade, mui facil seria obter-se uma informação irrecusavel”. Por outro lado, Barros (1882, p.11) informa que Pombal chegou a ir “para Coimbra a fim de se formar em Direito. Em breve, porém, renunciou a este projecto”. Conde da Carnota, em sua obra *The Marquis of Pombal*, diz algo parecido:

Ele ingressou na Universidade de Coimbra como algo natural; e tendo trabalhado com a rotina habitual de estudos inúteis na época, insistiu-se neste local de ensino, deixou-o com desgosto, e provavelmente com a firme convicção de que era impossível para a luz do verdadeiro aprendizado penetrasse nas sombras acadêmicas de Coimbra, desde que obstruída pelos obstáculos quase impenetráveis que se opunham à sua entrada (CARNOTA, 1871, p. 19, tradução nossa)<sup>10</sup>.

Todavia, Azevedo (1841, p. 122-123), em seu livro *A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello*, diz que Carvalho “Logo que concluiu os estudos da infancia, passou a frequentar na Universidade de Coimbra o curso de direito, [...] concluiu o curso de direito e voltou a Lisboa, onde encetou a carreira das armas”. Devido às diversas informações contraditórias a respeito de sua formação e evitando repassar informações errôneas a respeito disso, foram apresentadas anteriormente as fontes e informações encontradas (PEREIRA, 2019, p. 26).

Aos 38 anos, Pombal recebeu um grande presente de seu tio Arcipreste Paulo Carvalho como herança. “O morgado construído por bens em Oeiras e Sintra, prédios de renda em Lisboa e dinheiro acima de 50 mil cruzados” (JAEGER, 1960, p. 6). O mesmo tio, sabendo do talento de Pombal e tendo uma boa relação com a corte, uma vez que era amigo íntimo do próprio rei D. João V, assim que teve a oportunidade, recomendou Pombal ao Cardeal da Mota, que então governava o reino com dificuldade para ser ministro em Lisboa, em substituição a seu primo, Azevedo Coutinho (AZEVEDO, 1841, p. 129; SILVANO, 1906, p. 33; MAYOR, 1906, p. 5). Sebastião foi enviado para Londres em outubro de 1738; preferiu viajar sozinho a levar sua

---

<sup>10</sup>Texto sem tradução: “He entered the University of Coimbra as a matter of course; and having toiled through the usual routine of the unprofitable studies at that time insisted upon at this seat of learning, quitted it with disgust, and probably with a firm conviction that it was impossible for the light of true learning ever to enter the academic shades of Coimbra, so long as it was obstructed by the almost impenetrable obstacles which were opposed to its entrance” (CARNOTA, 1871, p. 19).

esposa, que ficou recolhida em um mosteiro e, infelizmente, cinco meses depois faleceu, deixando seus bens para ele (JAEGER, 1960, p. 7).

Marquês de Pombal serviu como diplomata em Londres, embora alguns pesquisadores afirmarem que ele não tivesse domínio do inglês, provavelmente porque a educação que recebeu dos jesuítas durante sua infância tenha sido voltada para as línguas clássicas, em especial o latim. Apesar de não dominar o idioma, aceitou prontamente o cargo. “Os livros que acumulou na sua biblioteca londrina (em sua maioria edições francesas, já que não dominava o inglês) incluíam textos clássicos mercantilistas de autores como Thomas Mun, William Petty, Charles Davenant” (MAXWELL, 1997, p. 6).

Camillo Castello Branco fala a mesma coisa ao afirmar que Pombal pediu a Guilherme Steffens que arrumasse uma pessoa que pudesse traduzir suas cartas. Guilherme, por sua vez, repassou essas cartas para a sua irmã Philadelfia Steffens traduzir. Branco (1882, p. 40-41) afirma que “Sebastião era bastante bronco: sejamos justos. Esteve em Londres seis anos, e não aprendeu da língua inglesa uma palavra para fallar, nem sequer para traduzir”. Serrão (1982, p. 39) também aponta a dificuldade de Pombal em compreender os livros ingleses, o que o fazia preferir os franceses: “No Somatório das obras de consulta destacam-se os livros em francês, uma vez que a língua inglesa não lhe era familiar ou, pelo menos, não teria presteza na sua leitura”. Todavia, esse era o pretexto discriminatório apresentado por escritores antipombalinos. Sena-Lino (2020, p. 109) afirma que mesmo tendo conhecimento passivo da língua e sendo discriminado por usar a gramática e as concordâncias de forma errada ao escrever as cartas, Pombal sempre se dedicou a estudar a língua inglesa, preferia escrever em Francês por ser uma língua que ele tinha mais segurança e por ser considerada uma língua global na comercialização. Oliveira também nos informa um dos motivos de Pombal não dominar o inglês “algo que se justifica tanto pelo estatuto do francês como língua diplomática quanto pelo uso que fazia de intérpretes, como era costume nas embaixadas” (OLIVEIRA, 2014, p.175).

A falta do domínio do inglês pode ser um dos motivos de Pombal não ter respondido às centenas de cartas recebidas por ele, durante o período que era ministro. Um outro motivo era a desconfiança em dividir as tarefas com outras pessoas, já que ele tinha muitos inimigos. Para se ter uma ideia da quantidade de cartas não respondidas, Azevedo (1922, p. 121), em seu livro *O Marquês de Pombal e sua época*, informa que, quando Pombal abandonou o poder, queimou “mais de dez mil cartas fechadas”. Preferiu-se queimar por questão de segurança, já que podia conter assuntos sigilosos. Sena-Lino (2020, p.79) menciona que o motivo de Pombal não

responder todas as cartas era o excesso de cuidado com as informações. Ele tinha o hábito de responder nas quartas, fazendo as cartas à mão e tendo cópias das mais importantes, onde separava de acordo com o tema e numerava os parágrafos. O transporte das mensagens era lento, pois em circunstâncias normais demorariam entre vinte e trinta dias cada carta enviada entre Londres e Lisboa, o que gerava descontentamento dos negociantes que tentavam entrar em contato com Pombal e não tinham respostas. A demora em responder foi uma das causas que o levaram a se afastar de Londres e ir a Viena. Os embaixadores já haviam reclamado diversas vezes sobre a ausência do ministro nos negócios ou da sua indisposição em respondê-los; as cartas se acumulavam por várias semanas (JAEGER, 1960, p. 11).

O fato de Pombal ter muitos livros em francês e não em inglês também se dá em razão do poder político e do desenvolvimento econômico da França, que servia de modelo para outras nações. “A Europa estava inundada de livros economicos, e desses escritos que dispoem os animos para a grande administração, servindo a de França de modelo nos tempos modernos a todos os estados da Europa” (AZEVEDO, 1841, p. 130). Carvalho (1830, p. 118), na obra *Ensaio historico-politico sobre a constutuição do reino de Portugal*, também aponta esse motivo: “O reinado de Luis XIV em França foi o grande modelo em que aprendeo a governar o ministro Pombal, e á sua era imagem e similhaça o chegou a estabelecer entre nos”. Mayor (1906, p. 15) chega a dizer que Pombal, mesmo vivendo uma parte de sua vida em Londres e sendo ministro de lá, simplesmente “não sympathisava com os inglezes”, algo que não é totalmente verdade. Oliveira (2014, p.172), no seu livro *O mito da Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)*, menciona que mesmo criticando a conduta dos ingleses ele possuía “um certo fascínio pelo desenvolvimento comercial e marítimo dos ingleses, assim como a simplicidade, flexibilidade de sistema de manufaturas”.

Pombal tinha como modelo a ser seguido: “Richelieu, Sully, Colbert, Argenson, e as maximas, as memorias, os testamentos politicos d’estes estadistas”, o que o ajudou a se aprimorar nas “sciencias e artes” necessárias para administrar de forma eficiente (GARCIA, 1869, p. 13-14). Ele, ao que parece, estudava muito e se dedicava a dar o melhor de si em favor do reino: “Este ministro não poupou expediente algum, para se instruir nas artes e no commercio, principal objeto da administração” (AZEVEDO, 1841, p. 137). Assim, não foi por acaso que Pombal ficou conhecido como o “grande estadista” pelas reformas educacionais que viria também a fazer em sua administração (LEMOS, 1911, p. 255).

De acordo com Mayor (1906, p. 35), em seu livro *Marquez de Pombal: exame e história crítica da sua administração*, com o ganho de experiência, Pombal pretendia criar uma companhia portuguesa nas Índias que melhoraria a economia portuguesa; ele também pediu que o Senado de Lisboa regularizasse e fixasse um preço para cada pano de palha com peso determinado, e todas “as infrações da lei sobre a palha eram punidas severamente, principalmente se fossem padres”. No entanto, sua forma de administrar não foi bem vista por seus inimigos, que, além de atrapalharem seu plano, fizeram com que ele fosse remanejado para outra região, sendo então posto como ministro em Viena, em 1745.

Pombal acreditava que sua indicação para Europa central fora planejada para mantê-lo distante das questões comerciais, e seu compromisso ingrato com as questões da mediação papal austríaca foi deliberadamente planejado para sobrecarregá-lo com uma tarefa que poderia muito bem arruinar-lhe a reputação (MAXWELL, 1997, p. 8).

Sua partida de Londres para Viena foi rápida e não se deu em caráter oficial, pois ele assumiu o novo ministério sem ter tempo de ser demitido da corte de Londres (MAYOR, 1906, p. 23). Em Viena, foi o responsável por tentar solucionar os conflitos existentes entre o Papa Benedito XIV e a rainha da Hungria e Boêmia, porém não obteve êxito. Apesar de muita oposição, Pombal conseguiu se destacar, diferentemente do que esperavam os seus inimigos. Ele se tornou amigo íntimo de Manuel Teles da Silva, duque Silva-Tarouca, a ponto de tê-lo como padrinho em seu casamento com a condessa de Daun, em dezembro de 1745<sup>11</sup>, cinco meses após sua chegada a Viena (JAEGER, 1960, p. 7; MAXWELL, 1997, p. 8).

A vivência em Viena e na Inglaterra ajudou-o a “familiarizar-se com as novas idéias mas também as vantagens políticas e se manter a Igreja sob estrito controle”. Ele também teve a oportunidade de fazer amizade com “os jansenistas, conhecidos como inimigos da supremacia papal”. Todo conhecimento adquirido seria muito útil em breve, quando o novo rei o promovesse a ministro de Estado (BEAL, 1976, p. 326).

A morte de D. João V, em 1750, foi essencial para Pombal receber novos encargos políticos e então transformar a educação do país, uma vez que D. José era inexperiente em governar. Pombal sabia que a aliança inglesa trazia muitas perdas para o reino português no sentido econômico, pois “Enquanto os mercadores ingleses gozavam de largos benefícios nos

---

<sup>11</sup> Maxwell diverge quanto ao ano, afirmando ser em 1746, mas as informações de Jaeger estão embasadas na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. XXII, col. 2).

portos e na alfândega de Portugal, o mesmo não sucedia naquele Reino aos comerciantes lusos” (SERRÃO, 1982, p. 33).

Falleceu em fim o Senhor Dom João V. e tudo mudou de estado em Portugal. Sebastião Jozé de Carvalho foi nomeado ministro dos negocios estrangeiros e pouco tempo depois lhe foi comettida a administração geral de todo o reino (AZEVEDO, 1841, p. 145).

D. João V reinou de 1715 a 1750, “isto he no longo espaço de 35 annos”. No entanto, não realizou nenhuma obra grandiosa, ele “naõ se fez notável”, bem diferente de seu sucessor, que realizou várias conquistas por meio de seu ministro. Após a morte de D. João V, assumiu no seu lugar D. José I, que daria um cargo de ministro a Marquês de Pombal. Este “entrou no ministerio, e ganhou logo a confiança del rei” (CARVALHO, 1830, p. 113; 121).

Barros (1882, p. 8), em seu livro *Altos feitos de Marquês de Pombal*, menciona que o falecimento do rei D. João V, em 30 de julho de 1750, ajudou Pombal para uma mudança de cargo, pois as honras fúnebres deveriam ser feitas por um Secretário de Estado em ato público. A mulher de Pombal, por ter intimidade com a rainha viúva, usou sua amizade para fazer com que a rainha mãe pedisse ao novo rei que o escolhesse, uma vez que o único ministro que tinha, Pedro da Motta, estava com a saúde comprometida. De acordo com Sena-Lino, a escolha de Pombal como secretário do rei só foi possível com a ajuda da rainha mãe e dos padres jesuítas que até então o viam com aprovação (AZEVEDO, 1841, p. 180; SENA-LINO, 2020, p.293).

D. José I tinha pouca experiência em governar, visto que, quando ainda estava vivo, D. João não preparou o filho corretamente para a vida de rei. Garcia, em seu livro *Estudo Critico-historico: O Marquez de Pombal*, usa palavras duras ao falar do despreparo de D. José I como rei, manifestando que era responsabilidade de D. João V treiná-lo para exercer o cargo após sua morte. Ele “de seu pae havia recebido uma mediocre e superficial educação, sendo por natureza debil em forças e talentos” (GARCIA, 1869, p. 23). O mesmo pensamento tinha Azevedo ao dizer que D. João V “o teve sempre affastado do negocios, isto é, dos conhecimentos que ensinão a arte de reinar” (AZEVEDO, 1841, p. 145).

Pombal teria um papel importante, foi incumbido de melhorar as relações militares, comerciais e educacionais de Portugal, até porque a Inglaterra se aproveitava da fragilidade portuguesa. Portugal não tinha nenhuma indústria, e “Pelo vestido e pelo sustento a Inglaterra dominava os lusitanos” (FALCON, 1993, p. 264). As Secretarias de Estado de Negócios Estrangeiros e da Guerra enfrentavam grandes problemas. O comércio e as finanças portuguesas

estavam levando “ao descontentamento geral, à pobreza e a miséria do povo, e à beira da falência”. O exército português, além de ser dependente da Inglaterra, tinha o salário de seus soldados atrasados. Para se ter uma ideia da situação, em junho de 1763, o antigo oficial de Frederico da Prússia, Conde Guilherme zu Schaumburg-Lippe, reorganizou o exército para cobrar os 20 meses de salários atrasados a Pombal. Lippe, inconformado com a situação, acabou preferindo voltar para a Inglaterra, tendo Pombal de assumir as forças armadas pessoalmente (JAEGER, 1960, p. 12).

Outro problema com que ele também teria de se preocupar era com o cumprimento dos tratados luso-espanhóis e a expansão jesuítica nessas regiões. A execução do tratado de limites no Brasil, bem como o estabelecimento da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a proibição do uso do indígena americano como escravo foram apenas algumas das conquistas pombalinas que desagradavam os jesuítas, “O que levou Marquês de Pombal a uma política administrativa mais dura com a intenção de ‘vencer, e aniquillar’, os Jesuítas se necessário” (D’AZEVEDO, 1922, p. 115). Até porque a cada dia que eles passavam no território onde hoje é a América, mais poder a Igreja estavam ganhando, o que preocupava tanto os espanhóis quanto os portugueses da corte de Lisboa.

Franco, em seu artigo “O ‘terremoto’ pombalino e a campanha de ‘desjesuitização’ de Portugal”, discute que entre os padres que atrapalharam a política mercantilista pombalina estava o jesuíta Manuel Ballester. Ele teceu informações contra a criação das companhias comerciais portuguesas, dizendo que as pessoas que fizessem parte dela não teriam a aprovação de Cristo e seriam condenadas ao fogo eterno. As palavras de Ballester influenciaram negativamente a campanha política pombalina diante da Corte portuguesa (FRANCO, 2006, p. 148-149).

Quando falamos em Corte, estamos nos referindo às pessoas e às diferentes formas pelas quais se representava o reino português, “o braço da nobreza”. “A corte, no sentido mais amplo que abrange não apenas a Casa Real e os detentores dos respectivos ofícios mas também a administração central da monarquia”. Ela estava cada vez mais fragilizada devido ao grande controle dos Inacianos e da inquisição (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 340-341). Assim, romper com os Jesuítas foi a forma encontrada para melhor direcionar o reino.

As informações de que os Religiosos Jesuitas se tinhaõ feito de muitos anos a essa parte de tal sorte poderoso na America Hespanhola, e Portuguesa, que seria necessário romper com eles huma guerra difficil, para a referida exercução ter o seu devido efeito (PORTUGAL, [17--], p. 1).

O poder dado pelo rei a Pombal o municiou dos instrumentos necessários para arruinar a expansão da Companhia de Jesus na política portuguesa, e o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça, nomeado capitão-general das províncias do Grão-Pará e Maranhão em 1751, o ajudaria nesse trabalho nos territórios pertencentes a Portugal nas Américas (MAYOR, 1906, p. 33). A ida ao exterior possibilitou a Pombal ver o quão prejudicadas estavam a economia, a política e a educação em relação aos países mais desenvolvidos. A forma aprendida por ele de resolver esse problema era manter a “Igreja nacional sob estrito controle” do Estado e não o inverso, como era comum acontecer em reinados anteriores (BEAL, 1976, p. 326).

O que fez com que o rei aumentasse ainda mais a confiança em Pombal foi o terremoto destrutivo que ocorreu em 1º de novembro de 1755. “o Rei ficou tão abatido com a tragédia, que anos decorridos ainda tinha receio de viver em edifícios de pedra e preferia morar longe do centro” (SERRÃO, 1982, p. 71). D. José I decidiu dividir as responsabilidades reais com seus ministros com a finalidade de manter a ordem e o controle das pessoas que estavam desesperadas e aflitas. “Calcula-se terem morrido nesse dia, em Lisboa de 10.000 a 15.000 pessoas” (REIS, 1987, p. 77). “Das quarenta igrejas<sup>12</sup> paroquiais de Lisboa, trinta e cinco desabaram, [...] Somente três mil das vinte mil casas de Lisboa permaneceram habitáveis” (MAXWELL, 1997, p. 24). Com o terremoto, o rei deu autorização a Pombal para recuperar a cidade fazendo o que fosse necessário para reconstruir o reino. Ele “foi encarregado com uma auctoridade sem limites por uma circumstancia notavel, que pinta muito bem o seu character, e prova de quanto elle era capaz” (CARVALHO, 1830, p. 120). Pombal incumbiu Manuel da Maia, engenheiro mór do reino, de providenciar mais engenheiros para a reconstrução da cidade. De acordo com Sousa (1909, p. 208), em sua obra *Efeito do terremoto de 1755 nas construcções de Lisboa*, se destacaram Carlos Mardel e o Capitão Eugenio do Santos, pois foram eles os responsáveis por ajudar Pombal a fazer as plantas e os projetos de reconstrução da cidade. Por meio do trabalho deles, “elaboraram o plano da nova cidade de Lisboa”.

A ordem dada por Pombal era de cuidar dos vivos e enterrar os mortos. As pessoas que fossem pegas saqueando deveriam ser executadas, “deixando-lhes as cabeças pregadas no patíbulo, para exemplo”. A fome era tão grande que cachorros, gatos e ratos eram usados como alimento. Enquanto isso, eram preparados albergues e providenciados suprimentos (REIS,

---

<sup>12</sup> Maxwell lista 40 igrejas existentes em Portugal, porém o engenheiro responsável pela reconstrução da cidade de Lisboa após o terremoto, Pereira de Sousa, contou apenas 39. Ele listou 138 edifícios. “Colégios 8, Conventos 31, Egrejas 39, Ermidas 35, Recolhimentos 6, Mosteiros 19” (ARROYO, 1914, p. 4).

1982, p. 78-79). De acordo com Azevedo (1842, p. 61), ele fez tudo o que estava ao alcance para poder manter a ordem e trazer a calma a Portugal, “Estabeleceu uma justiça rígida para corrigir o mal na sua origem, e fez renascer a ordem e a paz no meio da perturbação” (PEREIRA, 2019, p.30). Sena-Lino (2020, p.337) menciona que foram essas atitudes que fizeram de Carvalho um homem poderoso em Lisboa, o terremoto foi essencial para destacá-lo dos demais servos do rei. “Podemos dizer que nestas chamas foi fundida a colossal estátua deste ministro, e que estas ruínas foram o berço de sua grandeza”. Ele também recebeu ajuda das ordens religiosas existentes em Portugal.

As comunidades religiosas, d’entre as quaes se distinguiram os jesuitas, os conegos regrantes de Santo Agostinho, os Paulistas, os Oratorianos, etc. prestaram valiosissimo serviço, já enterrando os mortos, em cuja serviço se pregaram muitas companhias militares, já dando agasalho aos vivos, e dando-lhes comida durante muitos mezes (BARROS, 1882, p. 27).

“Após o grande terremoto de 1 de novembro de 1755, Pombal tributou 4 por cento extra de taxas de importação como tributação para a reconstrução da cidade. Os comerciantes ingleses objetaram energicamente ao pagamento desse tributo” (MAXWELL, 1997, p. 65). Esse ato, assim como a criação da Junta do Comércio em 30 de setembro de 1755, eram formas vistas de salvar a economia portuguesa. Outro ato importante foi a criação do Erário Régio, local onde se centralizavam todas as funções da tesouraria do Estado, visando melhorar o controle das finanças. Porém, Alves, em sua tese *D. João de Almeida Portugal e a Revisão do processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (1777-1802)*, postula que a criação foi positiva, pois significou um esforço de racionalização das finanças do reino, mas Pombal foi acusado várias vezes de roubar as riquezas em benefício próprio (ALVES, 2011, p. 63).

Em uma ação desesperada, no dia 13 de novembro, Pombal ordenou que fossem realizadas preces em todas as regiões implorando a misericórdia de Deus e fazendo procissões de penitência, tudo para tentar encontrar favor aos olhos de Deus e pôr um fim a toda aquela calamidade que ocorria no país (MAYOR, 1906, p. 65-66). Essa ação foi necessária para acalmar os sobreviventes, uma vez que muitos padres jesuítas diziam que aquele terremoto era uma praga divina contra o Reino porque eles estavam agindo contra a vontade de Deus. O padre Malagrida foi um dos principais responsáveis por assustar as pessoas com essas informações (ARAÚJO, 2007, p. 71).

A confiança que D. José I tinha em Pombal era tanta que em muitos momentos preferia se abster de assuntos do reino e deixar que Pombal assumisse. “Portugal havia pegado a moda de atirar o pêso do Governo quase totalmente nos ombros do seu primeiro ministro”, nada chegava ao rei sem antes passar pelas mãos de seus secretários. Essa atitude fazia com que Pombal ficasse mais próximo do rei e ao mesmo tempo afastava seus inimigos, que temiam o que poderia acontecer caso contrariassem as vontades dele (JAEGER, 1960, p. 10).

Ao assumir o cargo de ministro junto com Diogo de Mendonça, Pombal fez várias mudanças na economia que beneficiaram Portugal, do ponto de vista educacional, sobretudo. Temos como exemplo o Alvará de 19 de maio de 1759, que descreve como deveriam funcionar as aulas do comércio por meio de um estatuto que era para ser seguido de forma plena (PORTUGAL, 1830, p. 655-660). A aula seria “destinada a propiciar aos jovens da pequena burguesia mercantil, uma preparação adequada em práticas contábeis e mercantis, e do ensino da caligrafia” (CARDOSO, 2002, p. 85). Sena-Lino menciona que a escola do comércio português foi a primeira do mundo, dirigida com os fundos do subsídio literário e sob o controle da Junta do Comércio (SENA-LINO, 2020, p.423).

Por meio da Junta do Comércio seria possível melhorar a qualidade econômica do país e ficar menos dependente dos territórios ultramarinos. O Reino precisava de mestres que ensinassem os conhecimentos necessários à formação de um "perfeito negociante". Para participar da aula da Junta de Comércio, era necessário ter no mínimo 14 anos ou o domínio de Aritmética, Geografia e Línguas. Por meio de Carta de Lei de 30 de agosto de 1770, foi ordenado que se matriculassem na Junta do Comércio os comerciantes de Lisboa. Essa aula era essencial para algumas profissões, temos como exemplo a Casa de Negócio, que proibia a contratação de guarda-livros sem matrícula e sem a devida habilitação nessas aulas (TELES, 2019, p. 82).

As aulas do Comércio foram uma grande conquista para o Reino obtida por meio de Pombal. O país era muito deficiente nesse ponto. Até os contadores que faziam as anotações comerciais, conhecidos naquela época como guarda-livros, eram estrangeiros. Ele mudou o “systema do ensino, na escolha de excellentes professores, mandando-os vir do estrangeiro, quando em Portugal não houvesse”. O curso era composto por 440 aulas de instrução, 15 nas ilhas e mais 24 no ultramar. Teles (2019, p.176), em sua tese *O inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902)*, destaca que as primeiras aulas da instrução comercial eram aulas ditadas, nas quais os lentes recitavam as lições, enquanto seus

discípulos as copiavam. Eles recebiam apostilas, que auxiliavam na aprendizagem (BRANCO, 1885, p. 175-176). A economia de Portugal era dependente dos territórios ultramarinos, e o Brasil estava no centro das riquezas portuguesas. Além dele, Portugal dependia das riquezas vindas da Índia e do continente africano. Pombal tomou medidas para mudar a visão política do país, visando competir com França, Holanda e Inglaterra.

Ordenando o comercio, reprimindo o contrabando, intervindo na importação de produtos manufacturados, assistindo de direita própria nas alfândegas, a Junta do Comércio foi, a partir de 1770, o organismo administrativo básico de todo o fomento industrial pombalino (SERRÃO, 1982, p. 130).

Marquês de Pombal já tinha um vasto conhecimento diplomático com sua experiência em Londres, o que facilitava as negociações do Reino. Sua compreensão sobre as forças e fraquezas da relação entre Portugal e Inglaterra o levou a tratar a aliança inglesa de forma cautelosa. Ele combateu o contrabando da renda real vinda das minas do Brasil, melhorando o controle dos navios comerciais que se dirigiam ao Brasil e o seu regresso, e o mesmo fez com relação às embarcações que se dirigiam às Índias. Apesar de existir uma mitificação sobre a Inglaterra como a encarnação de um mal à economia e à prosperidade portuguesa, Pombal reconhecia a necessidade de manter uma boa relação com os ingleses a ponto de ser necessário sempre que possível estreitar os laços entre as duas nações (JAEGER, 1960, p. 8; OLIVEIRA, 2014, 172-174).

A aliança luso-britânica, mesmo que prejudicasse de várias formas a vida econômica portuguesa, era sustentada por questões militares. Portugal era muito dependente da amizade com a Inglaterra para combater os possíveis ataques inimigos que poderiam surgir, mesmo sabendo que eles não respondiam a todos os seus pedidos de ajuda.

As relações luso-britânicas de 1750 a 1777, estudadas a fundo por especialistas da craveira do Visconde de Santarém e de Lúcio de Azevedo, mostram a preocupação do Marquês de Pombal em salvaguardar o melhor da aliança. O estadista definiu mesmo, em frase magistral, o espírito dessa aproximação: «a boa correspondência com que os fieis amigos e aliados constantes, que é a alma de todas as monarquias, deve ser o espirito vivificante de uma nação livre»: E sobretudo, quando se tratava da Inglaterra, que devia ao seu comércio «todas as forças com que se tem feito poderosa em todas as quatro partes do mundo». Só que era Portugal um «amigo fiel e um aliado constante, publicamente abandonado, e sacrificado comuns», apesar da letra de um tratado que impunha a reciprocidade de direitos e deveres. A aliança iria ser posta à prova quando da Guerra dos Sete Anos que, de 1756 a 1763,

trouxe ao de cima a hegemonia europeia da Inglaterra (SERRÃO, 1982, p. 116).

Tanto Barros como Carvalho e Sena-Lino afirmam que os portugueses eram prejudicados pelos acordos ingleses. A exploração das riquezas portuguesas pelos ingleses também incluía o Brasil, e uma forma de barrar a retirada do ouro pelos ingleses foi proibir por meio de editais a sua exploração e a saída do reino sem sua autorização. “Em nome d’el-rei obrigou os negociantes insulanos a apresentar os seus registros e livros de contas”, com a finalidade de verificar se estavam corretas as convenções entre as duas nações. Porém, tal atitude era de difícil execução, acabando por ser anuladas, e as leis, revogadas (BARROS, 1882, p. 13). A criação da Companhia dos vinhos do alto Douro também não foi bem vista pelos britânicos, uma vez que ela tirava o “monopólio da produção mais rica de Portugal, de que elles, havia muito tempo, gozavão [...] pagando-lhes bem queriaõ, pelos seus vinhos” (CARVALHO, 1830, p. 122). Sena-Lino diz que os ingleses colocavam empecilhos nas negociações com os portugueses e os mesmos não ocorriam com outros povos. As leis comerciais entre as duas nações só eram cumpridas quando beneficiava os ingleses. Sebastião José tentou de todas as formas barrar o excesso de poder dos ingleses e equilibrar os acordos comerciais, o que causou muitos transtornos e colocou as alianças das duas nações em risco (SENA-LINO, 2020, p.120-153).

A autoridade dada a Pombal pelo rei se applicava a todos os territórios portugueses, inclusive ultramarinos. Temos como exemplo a lei de Diretório dos Índios, de 3 de março de 1757, que obrigava que a educação e a comunicação em regiões dominadas por Portugal não fossem realizadas em latim, nem em alguma língua indígena ou mesmo na Língua Geral<sup>13</sup>, que era uma mistura de latim com língua indígena, mas unicamente em português.

Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, Meninos, e Meninas, que pertencem ás escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta matéria, nsem da Lingua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na fórmula, que Sua Magestade

---

<sup>13</sup> De acordo com Rosário (1995, p.5), os primeiros padres que estiveram no Brasil tentaram aprender a língua local para lecionar de uma forma mais aceitável para os novos gentios, pois acreditava-se que os índios aceitariam mais fácil a catequização se fosse realizada em sua língua. “O pároco se obriga a instruir aos índios, suas ovelhas e fregueses, em a sua língua vulgar, porque, se diz o Sagrado Concílio que se instruem segundo a capacidade deles”.

tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado (PORTUGAL, 1830, p. 509).

A criação da lei era uma solicitação antiga, feita por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ele acreditava que por meio dela seria possível transformar alguns índios em vassallos do rei, mas para isso seria necessário que a educação indígena ocorresse em língua portuguesa, algo que não ocorria em nenhuma das aldeias e povoações existentes (REIS, 2000, p.153). Os jesuítas não gostaram, uma vez que para eles a educação deveria ser dada na Língua Geral (mistura de língua latina com indígena). Palmella (1882, p. 42), escritor filopombalino, menciona que o espírito da política interna era combater e destruir a ação maléfica de todos que se opusessem a suas reformas, principalmente os nobres e jesuítas, que queriam se aproveitar da situação em que se encontravam o Estado e o povo. No entanto, devemos levar em conta que os pensamentos de Palmella ao escrever sua obra era elogiar os trabalhos do primeiro ministro de D. José, o que o levava a tentar desfazer dos trabalhos dos padres jesuítas (OLIVEIRA, 2022, p.7-8). Matinho Velho chegou a recorrer a um advogado, Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, com o objetivo de acusar Pombal, ministro do rei, de o estar iludindo. “Os escripto foi entregue a D. José”, porém Pombal justificou que tudo o que estava ocorrendo era por “inveja e rancor dos seus inimigos” (MAYOR, 1906, p. 81-82).

No dia 3 de setembro de 1758, ocorreu um atentado contra o rei, mas não foi bem-sucedido. D. José I não só sobreviveu como escolheu Marquês de Pombal para encontrar os culpados e puni-los<sup>14</sup>. Graças a essa e outras ajudas concedidas ao rei, Sebastião José de Carvalho e Melo receberia o título de Conde como agradecimento. “A 6 de junho de 1759 o rei concedia ao futuro Marquês de Pombal o título de Conde de Oeiras, por serviços prestados no julgamento dos supostos assassinos” (MAXWELL, 1997, p. 94).

Pouco tempo depois de receber o título de Conde, Pombal começaria a fazer as maiores reformas administrativas que Portugal já teve, principalmente na área educacional. Os jesuítas seriam retirados da educação, e o Estado se responsabilizaria por essas aulas. Isso ocorreu porque eles eram vistos por Pombal como os principais responsáveis pelo atraso educacional português em relação aos demais países. Para corrigir esse problema, os jesuítas deveriam ser substituídos o mais rápido possível por outras ordens religiosas, o que seria feito principalmente pelos oratorianos.

---

<sup>14</sup> Entre os acusados pelo atentado contra o rei estão alguns padres jesuítas. Falaremos mais sobre eles na seção 3 da tese.

Na esfera dos problemas da educação e, no sentido mais amplo, da cultura, atribui-se aos jesuítas a responsabilidade pelo atraso em que se encontravam as letras portuguesas no século XVIII. Os jesuítas seriam, desta forma, os principais fatores da resistência à introdução as ideias novas e da “boa filosofia em Portugal” (CARVALHO, 1978, p. 28).

Devemos ter em mente que o período pombalino é o período do Iluminismo português e das reformas pedagógicas trazidas no governo de D. José I, isto é, as reformas educacionais pombalinas seriam uma forma de recuperar o suposto atraso educacional trazido pelos jesuítas. Carvalho (1978, p. 186), em seu livro *As reformas pombalinas da instrução pública*, menciona que “O pombalismo representou, na sua essência, a forma característica do iluminismo português”. A filosofia da época estava em conflito com a teologia; as novas descobertas muitas vezes entravam em atrito com o que a igreja pregava, e os jesuítas tendiam a ser conservadores.

No século XVIII, “a filosofia passou a ocupar praticamente o lugar da teologia” mas com um caráter mundano, aberto ao público, de tal forma que ela veio a ser “a suprema expressão de toda uma época, porém, ao mesmo tempo, o instrumento de sua destruição” (FALCON, 1993, p. 120).

De acordo com Andrade (1981, p. 2), em *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*, suas reformas foram essenciais para afastar o poder existente dos jesuítas, que ainda preferiam usar meios antiquados na educação. Buscavam-se novos caminhos, uma educação que “contemplaria uma a outra, mas por meios afastados da Igreja”. Aos poucos, Pombal buscava afastar o controle da Igreja de todo o reino, começando pelos jesuítas. “As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a religião para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1997, p. 104). Vale ressaltar que “Pombal combatia os jesuítas como políticos, mas sempre respeitou como padres” (REIS, 1987, p. 115).

Em Portugal, a entidade católica que mais crescia era a jesuítica, sendo que, no século XVII, “eram a maior força dentro do Estado, suplantando a própria nobreza em prestígio social e político e em influência diante do Rei” (BEAL, 1976, p. 323). Atitudes deveriam ser tomadas para se tentar controlar o progresso jesuítico que afetava todo o reino. Para começar a combater a expansão religiosa que atingia principalmente a educação, Pombal recebeu autorização do rei para pôr a educação como responsabilidade do Estado.

O marquez de Pombal libertou ainda a nação de um grande obstaculo que se oppunha a sua prosperidade: diminuiu consideravelmente o numero dos clerigos e frades, e por conseguinte a sua destruidora e antipolitica influencia no Estado, tal como a haviaõ tido no reinado antecedente (CARVALHO, 1830, p. 124).

Pimentel (1892, p. 260), em seu livro *As amantes de Dom João V: estudos históricos*, Pombal tinha uma visão inspirada na “filosofia dos encyclopedistas” vindos da França, país modelo daquele período. Baseado nesse conhecimento, seria necessário dar “um golpe profundo ao poder até então ilimitado da Inquisição”, que seria a expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses; em sua retirada, passar-se-iam a ser utilizadas as obras do padre António Pereira de Figueiredo na educação (PEREIRA, 2019, p. 61).

De acordo com Camilo Castelo Branco (1882, p. 88), no livro *Perfil do Marquez de Pombal*, em 16 de setembro de 1770, Sebastião foi promovido a Marquês de Pombal pelo bom desempenho em encontrar e punir os suspeitos e culpados pela tentativa de assassinato contra o rei. O escritor chega a dizer que alguns pesquisadores acham que o título de Marquês de Pombal foi dado no ano de 1769, mas não foi. “O anonymo guiou-se pela Resenha das famílias titulares do reino de Portugal, onde se encontra o erro”. As informações de Branco foram retiradas do “tom. II (notas) da Hist. de D. José I pelo snr. Simão Sariano”. Azevedo (1922, p. 300) também confirma que foi em 1770 ao dizer que o título de Marquês de Pombal foi dado a Sebastião José de Carvalho e Melo pelo fato de ele ter conseguido reatar a relação entre Portugal e Roma por meio do decreto de 25 de agosto de 1770. Assim, “D. José, alliviado do peso, que lhe opprimia o timorato espirito, premiou seu ministro com o título de marquês de Pombal”. O mesmo diz Sena-Lino (2020, p.501), ao afirmar que ele recebeu o título por ajudar no “restabelecimento das relações com o Papa: a 18 de Setembro, D. José, premiando”.

Mesmo depois de receber o título de Marquês de Pombal, ele continuou a buscar a aprovação do rei. Temos como exemplo a homenagem feita a D. José I escrita por Pombal na inauguração da estátua equestre em 6 de junho de 1775. A homenagem estava relacionada à reconstrução do Estado após o terremoto. Contudo, o preito era simbólico, pois menos de 50% de Lisboa estavam realmente reconstruídos. A cidade só seria reconstruída na íntegra no século XIX (SILVA, 2017, p. 160).

Sebastião José continuou com seus trabalhos administrativos, sempre pensando em colocar o Estado em competitividade com as potências da época. A educação sempre foi vista como o ponto central para essa conquista. Por meio da Carta de Lei de 10 de novembro de 1772,

foi criado o subsídio literário. Era um imposto para pagamento dos professores e mestres mediante taxação da aguardente, da canada de vinho e do arrátel de carne de vaca no ultramar. “As receitas do imposto literário eram consideráveis, com entradas anuais girando em torno de 92.303\$191 réis entre 1772 e 1793” (MAXWELL, 1997, p. 106). O dinheiro arrecadado favoreceu a educação do período.

O longo caminho trilhado por Sebastião José de Carvalho e Melo até o título de Marquês de Pombal foi conquistado por um preço muito alto. Ele teve vários inimigos tanto entre os nobres quanto na Igreja. Para se proteger e até mesmo saber como lidar com possíveis problemas que enfrentaria, Pombal tinha amigos próximos e familiares de sua confiança em cargos que garantiam uma melhor supervisão do que acontecia em todo o reino e que o ajudavam a lidar com seus inimigos. O seu irmão, D. João Carvalho, foi um desses aliados. De acordo com os registros da *Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos*, ele possuía cargo de “Inquisidor Geral, empregado na Corte para espiar as acções da Rainha, a quem temia” (PORTUGAL, 1801, p. 32)<sup>15</sup>.

Durante o reinado de D. José I, Pombal participou do julgamento considerado injusto contra a família dos Távoras, o que desagradou muitos poderosos da época. Ele também tinha muitos inimigos religiosos, principalmente por proibições e posicionamentos contra a ordem jesuítica. Esses fatores o prejudicariam pelo resto da sua vida. Durante o reinado de D. José I, Pombal foi responsável por nove ordens contra os jesuítas, conforme Reis (1987, p. 119-120), nas seguintes datas: 19/09/1757, 01/04/1758, 07/06/1758, 13/12/1758, 11/01/1759, 19/01/1759, 28/06/1759, 03/09/1759 e 05/04/1768. As ordens eram de expulsão, prisão, confisco de bens e até de execução. Eles eram acusados de diversos crimes, principalmente por perturbar o sossego público do reino e desfazer de suas conquistas; inventando, escrevendo, sugerindo, divulgando informações falsas que contribuíam para a desordens que não existiam anteriormente (SENA-LINO, 2020, p.389). O período pombalino, marcado pelas reformas, estava chegando ao fim e com ele vinha o isolamento do Marquês de Pombal pelos seus crimes.

Enquanto alguns pesquisadores como Maxwell (1997, p. 2) citam Dom Luís da Cunha para descrever Pombal como homem de temperamento brando e especulativo, o que lhe favorecia a trabalhar na administração a serviço do rei de Portugal, existem outros pesquisadores que pensam diferente. Silva, em sua obra *Anecdotas do ministério de Marquez*

---

<sup>15</sup> O livro possui várias numerações de páginas diferentes. A da citação refere-se a uma parte da “adições a certas histórias desta bibliotheca – adição I”.

*de Pombal e Conde D'oeiras Sebastião Jose' de Carvalho sobre o reinado de D. José 1º Rei de Portugal*, se refere ao fato de que os jesuítas em toda a Europa viviam em tranquilidade e de forma pacífica, ajudavam a melhorar a virtude dos povos e tiveram seus trabalhos encerrados por manobras orquestradas por ministros e magistrados que se aproveitavam da ignorância dos seus reis. O estudioso descreve claramente que Pombal se aproveitou do medo do rei, D. José I, com relação às conspirações que existiam em seu reino contra ele e culpou os jesuítas.

Carvalho, tendo sempre um meio seguro de deitar a perder os seus inimigos, que era imbutir ao rei falsos temores, empregou-o, efficazmente contra os jesuítas. Fez acreditar-lhe que elles eram a peste do estado, traidores, regicidas, n'uma palavra, gente de quem era forçoso desfazer-se quanto antes. Os que estavam na capital conheceram logo as desgraçadas impressões que estes discursos produziram no espirito do príncipe, Elle não podia já encarar senão com olhos d'indignação (SILVA, 1852, p. 31).

Falcon (1993, p. 218-219) menciona que José Caeiro, quando estava em exílio, acusou Pombal de atacar brutalmente os jesuítas com interesse em suas riquezas. José Gorani falou algo parecido: “[...] vem em reforço às acusações sobre a crueldade e as avarezas do ministro; é outro que repete a famosa lenda do tesouro vazio, dilapidado ou saqueado por Pombal”. Por outro lado, Azevedo (1921, p. 214) diz que Pombal não gostava de ser tratado diferente ou com títulos de nobreza. “Nas cartas familiares, assinou-se sempre Sebastião José, o que exclui a ideia de ser tratado assim pela nobreza como desprezo”.

É importante ressaltar que ainda no reinado de D. João V Pombal não ganhou um cargo mais alto porque o rei já imaginava que ele era uma pessoa ambiciosa. “*Elle tem o coração coberto de pelos*, e eu não quero pôr o reino em combustão, deixando-lh’o administrar. D. João não se enganava” (BARROS, 1882, p. 8). Garcia (1869, p. 28) escreve que Pombal trouxe grandes conquistas para Portugal, porém foi necessário o uso “da opressão e da tyrannia, empregando o terror e o despotismo, mirava à grande transformação social”.

Com a morte de D. José I, em 24 de fevereiro de 1777, Marquês de Pombal perderia também o controle administrativo dado pelo rei, e a rainha D. Maria I assumiria o reino. Ela tinha uma visão negativa com relação à administração de Pombal. Enquanto D. José I ainda era vivo, ela chegou a pedir que os padres missionários jesuítas do Maranhão enviassem para ela cartas sobre as faltas e arbitrariedades cometidas pelos prepostos reais. Eles fizeram como ela tinha ordenado, enviaram várias cartas com queixas contra o irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, cartas essas que, por sorte, foram interceptadas por Pombal, não

chegando às mãos da rainha (JAEGGER, 1960, p. 20). De acordo com Sena-Lino (2020, p.354), queixas levantadas pelos jesuítas contra Francisco Xavier eram constantes desde 1756, principalmente relacionadas ao comércio do Pará e à administração colonial.

D. Maria I era contrária às reformas pombalinas, de modo que, ao assumir o trono, colocou novos conselheiros para desfazer muitos dos atos feitos por Pombal e D. José I. “Uma parte e a mais louvável do programa dos novos conselheiros da rainha consistia em abrir de par em par as portas dos cárceres em que jaziam desesperadas as vítimas da política pombalina e do ódio de D. José” (CARVALHO, 1920, p. 153). Ela concedeu perdão geral aos réus encarcerados por crimes de Estado no período de D. José I. Centenas de pessoas que já tinham quase 20 anos de prisão foram libertadas: homens, mulheres, velhos e novos, fidalgos, magistrados, padres e plebeus. Entre os jesuítas condenados que sobreviveram estavam o padre Francisco Duarte, Cronista Mor da Companhia de Jesus, e um dos jesuítas que, anos antes, polemizara com Luís António Verney por conta da publicação do *Verdadeiro Método de Estudar* (ALVES, 2011, p. 26).

D. José I morreu sem ver quão grandes foram as mudanças trazidas pelas reformas pombalinas, assim como Pombal, que não conseguiu ver o tamanho do impacto que essas mudanças trouxeram. Ribeiro (1945, p. 34), em *História da civilização brasileira*, informa que “na realidade não era trabalho de um homem, mas de uma época”; as reformas estavam indo bem enquanto estavam sendo aplicadas, porém D. Maria I cortou o máximo possível das mudanças, inclusive relacionadas à educação, logo que assumiu o poder. “Até os impostos novos ficariam sem arrecadação, como aconteceu, por exemplo com o subsídio literário”. A ordem de D. Maria I, na verdade, era uma ordem dada por D. José I quando estava moribundo, como ato de piedade e remorso, pensando que dessa forma Deus o perdoaria de seus pecados, uma vez que ele, o rei, também perdoou seus adversários (ALVES, 2011, p. 26).

Martins (1920, p. 766), no seu *Romance histórico*, alude que D. Maria I aos poucos foi devolvendo os espaços que até então os jesuítas ocupavam, e eles retomaram o poder na política e no Estado que tinham antes de sua expulsão. “Os jesuítas expulsos pelo negregado Sebastião José, vão tomando dia a dia o seu poder [...] ocupam os mais altos cargos; um dos nossos é confessor da rainha!”. Ela também aproximou mais os portugueses dos espanhóis por meio de casamento entre seus príncipes, algo que D. José não aprovaria se estivesse vivo, de acordo com Sena-Lino. Pombal tinha passado vários anos de sua vida combatendo esse tipo de aproximação (SENA-LINO, 2020, p.553).

Os inimigos de Pombal aumentaram ainda mais com a morte de D. José I. Um dos motivos era que Pombal tinha prendido muitas pessoas, inclusive fidalgos, sem o rei saber. No entanto, com a morte de D. José I, as coisas mudariam (TELES, 1917, p. 177). O Marquês preferiu abandonar o cargo e viver o resto de seus dias em sua casa, em Pombal. A rainha, sem questionar seu pedido, o aceitou prontamente no dia 4 de março de 1777.

Tendo consideração á grande, distincta estimação que ElRei Meu Pai, que Santa Gloria haja, fez sempre da Pessoa do Marquez de Pombal; e representando-Me o mesmo Marquez, que a sua avançada idade, e molestias, que padecia, lhe não permitia continuar por mais tempo no Meu Real serviço, pedindo-Me licença, para demittir todos os Lugares e Empregos, de que se achava encarregado, para poder retirar-se á sua Quinta de Pombal. Attendendo ao referido, Sou Servida aceitar-lhe a dita demissão, e conceder-lhe a licença que pede: E Hei outrosim por bem, que durante a sua vida fique conservando os mesmos ordenados, que tinha como Secretario de Estado dos Negocios do Reino; e além delles lhe Faço mercê por graça especial da Commenda de S. Thiago de Lanhozo do Arcebispado de Braga da Ordem de Christo, que se acha vaga por falecimento de Francisco de Mello e Castro. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 4 de Março de 1777. = Com a Rubrica de Sua Magestade (PORTUGAL, 1828, p. 140).

Por outro lado, a saída de Pombal do Ministério traria desgraça para seus antigos aliados, pois “foram perseguidos todos indivíduos da sua confiança”, e seu amigo Frei João de Mansilha foi o que mais sofreu. Ele foi destituído do cargo de Provincial e Visitador Geral da Religião Dominicana e de Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício pelo Núncio Pontifício, sendo condenado a permanecer nos cárceres do seu convento (SANTOS, 1901, p. 277-278).

Os novos secretários e pessoas que estiveram à frente da administração portuguesa pouco valorizaram o trabalho de Marquês de Pombal após a saída dele. Eles não deram continuidade às suas obras. Teixeira de Carvalho (1920, p. VII)<sup>16</sup>, no seu estudo *Recordações de Jacome Ratton*: sobre ocorrência do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810, cita que “parece terem prazer especial em começar por destruir a obra dos que os precederam, mostrando por fim, a maior parte das vezes, que não tinham planos e ideias que valessem as que puzeram de lado”.

---

<sup>16</sup> O livro tem mais de uma numeração; para facilitar a localização e diferenciá-las, usamos a mesma forma que está no livro.

### 2.3 A PERSEGUIÇÃO AOS JESUÍTAS

O atentado contra D. José I, ocorrido em 3 de setembro de 1758, foi um grande marco para as divergências entre Pombal e os jesuítas. Entre os principais suspeitos estavam não apenas a família dos Távoras como também padres jesuítas. Reis (1987, p. 81) salienta que tanto os marqueses de Távoras, quanto os jesuítas já tinham “culpa no cartório”, pois ajudaram direta e indiretamente com a tentativa de assassinato do rei. Nenhum jesuíta, nem mesmo a Companhia de Jesus, tentou intervir na conjuração contra o rei. O duque de Aveiro chega até mesmo a acusar alguns padres de ajudarem na tentativa de assassinato, “em virtude de êste protelar o casamento da filha com o depois D. Pedro III” (AZEVEDO, 1921, p. 32)<sup>17</sup>. Pombal tentou envolver diretamente os jesuítas na tentativa de assassinato contra o rei, mas não encontrou nenhuma testemunha que quisesse depor contra eles, o que dificultaria o julgamento em desfavor deles (MAYOR, 1906, p. 56).

Azevedo (1922, p. 177), menciona que os suspeitos pelo atentado contra o rei eram muitos, uma vez que várias pessoas não estavam se agradando com as atitudes do rei e de seus ministros. Após mais de um mês de investigação, o duque de Aveiro, que havia sido preso com dois milhões de moedas com sua efígie, sendo considerado o mandante do crime com o objetivo de usurpar o trono, apontou os jesuítas como ajudantes. Sena-Lino (2020, p. 409) diz que ele fora considerado culpado por vários motivos, “desde ter-lhe sido negada uma comenda, até fabricar uma coligação com os jesuítas”. A marquesa de Távora e a ordem jesuítica também estavam envolvidos, uma vez que haviam organizado uma conspiração orientada pelo padre Malagrida, onde se reuniam secretamente para elaborarem atos rebeldes contra o rei.

Os jesuítas estavam descontentes “com a passagem das Sete Missões para a Corôa de Portugal”; a burguesia estava descontente com a criação da Junta do Comércio e da Companhia do Comércio do Grão Pará, e até a rainha estava “irritada com os amores do marido com fidalgas”, o que levou a muitas prisões e sentenças de morte, inclusive de inocentes (REIS, 1987, p. 96). Teles (1912, p. 100), em sua obra *Camilo Castelo Branco na cadeia da relação do Porto*, menciona que, no dia da tentativa de assassinato contra o rei, havia duas testemunhas que viram os criminosos a cavalo, o sargento-mor Pedro Teixeira, confidente do rei, que estava junto do rei, e o boleeiro Custódio da Costa. Eles foram cruciais na identificação dos suspeitos.

---

<sup>17</sup> A página 32 refere-se ao prefácio, que não está numerado no livro original. O autor da tese colocou a página para identificar o local do livro.

Em pouco tempo, foram presos membros da família Távora e alguns jesuítas, João Matos, Alexandre e o padre Gabriel Malagrida, que vinha há muito tempo falando mal do reino. Como ainda não tinham provas suficientes para prender os jesuítas por tentativa de assassinato, eles acabaram sendo presos por descumprimento do Alvará Real de 1759, “que ordenava o afastamento daqueles que serviam na corte como preceptores ou confessores da família real e a prisão e a expulsão dos jesuítas” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 334).

É provável que Pombal tivesse um arquivo pessoal dos documentos e do interrogatório que estavam relacionados aos jesuítas e tenha ficado com eles mesmo depois de sua saída do ministério, pois tinha medo do que poderia acontecer caso se tornassem públicos (AZEVEDO, 1921). Até porque poderia conter dados sigilosos de suas tentativas de exterminação dos jesuítas, na medida em que, de acordo com Garcia (1869, p. 29), ele tratava a Companhia de Jesus como uma praga que contaminava o povo com superstição e fanatismo, “penetrava o mórbido contagio da roupeta dos mãos e falsos companheiros de Jesus!”

Não é por acaso que Pombal “recebeu o nome de tirano déspota e inimigo da igreja” porque combateu com braço de ferro todas as maquinações de dominação impostas pelos jesuítas. Ele era contra os privilégios de classe e o fanatismo religioso, principalmente vindos por parte dos jesuítas (REIS, 1987, p. 101). “Nobres, Jesuítas e hierarquia eclesiástica foram domados pelo chicote da política reformista e persecutória” de Pombal (FRANCO; RITA, 2003, p. 33).

Pombal é amplamente condenado pelo fato de expulsar os jesuítas do reino português em 1759, porém devemos lembrar que, pouco tempo depois, o próprio Papa extinguiu a ordem jesuíta no ano de 1773, o que mostra que a Ordem não estava agradando os fiéis cristãos católicos (REIS, 1987, p. 107). Os jesuítas frequentemente se interessavam por assuntos políticos e por riquezas materiais que deveriam ser evitados pela Igreja. A autoridade e a riqueza deles chegaram a ser maiores que a do rei em várias regiões portuguesas, o que não o agradava. “Muitos continentes dos novos mundos estavam sob a dominação dos jesuítas. Estes padres se haviam apoderado de uma coroa que Santo Ignacio lhes proibira cingir” (AZEVEDO, 1841, p. 173).

De acordo com Abreu e Franco (2010, p.137), D. Luís da Cunha, foi um dos primeiros portugueses, antes mesmo de Pombal, a criticar o envolvimento das ordens religiosas na administração pública. A denúncia foi feita por meio das *Instruções Políticas* escrita por ele. Nela continham “orientações, ideias e projectos reformistas para os futuros políticos que

viessem a assumir um ideário de reforma do país à luz do pensamento político e económico do absolutismo iluminado”. Ele via o excesso de mosteiros e conventos como “um dos males que impediam o progresso de Portugal”.

Devemos lembrar também que Portugal e Espanha foram as primeiras potências coloniais a explorarem novas terras e a terem êxito nas buscas, e, por outro lado, o antagonismo e as disputas entre essas nações geraram guerras comerciais na Europa e nos domínios ultramarinos. A Igreja, em especial os jesuítas, não se manteve distante, pelo contrário; ela participava dos assuntos políticos e, inclusive, tentava limitar as disputas das nações apenas nas regiões europeias, pois os jesuítas queriam controlar as regiões das Américas (ROSA, 2012, p. 29).

O Papa Benedito XIV, em 1750, já havia alertado e proibido os jesuítas de se intrometerem em assuntos seculares. No entanto, a figura que mais marca a luta contra os jesuítas em Portugal é a do Marquês de Pombal (REIS, 1987, p. 108). A Lei de 10 de novembro de 1647, já deixava claro que era “proibido por direito canonico a todos os Ecclesiasticos, como Ministros de Deos e da sua Igreja, misturarem-se no governo secular”, algo que os jesuítas estavam descumprindo ao longo do tempo (PORTUGAL, 1874, p. 20).

O fato de o Papa não tomar medidas severas contra os jesuítas contribuiu para que Pombal agisse de forma mais dura, tendo de expulsar aquela Ordem de todo o Reino. “A abolição dos jesuitas foi o principal empenho de Carvalho desde que viu o novo papa submeter-se supplice e lacrymoso á sua indisputada auctoridade” (COELHO et al., 1885, p. 482). Sylva (1767, p. 554) relata que o Papa não permitia que os padres jesuítas condenados fossem executados ou punidos de maneira mais severa como Pombal queria. Ao invés disso, Clemente XIII “mandou suspender aquella execução”. O envolvimento direto ou indireto de alguns jesuítas foi a oportunidade perfeita que Pombal tanto esperava para retirar o poder das mãos desses religiosos, uma vez que até o Papa, que é o maior representante da fé católica, costumava temer os jesuítas.

Gauer (1996, p. 52) informa que, no início do século XVII, o poderio dos jesuítas foi tanto que o próprio Papa Sisto V foi extorquido por eles. Os inicianos aproveitaram-se não só para eliminar seus inimigos como também usaram os Estatutos da Universidade de Coimbra para forçar os estudantes, o reitor, os professores e os deputados da mesa a destruírem a história eclesiástica e as ciências maiores da Universidade. “O poder dos jesuítas se sobrepôs o poder papal, o poder monárquico e o poder do conhecimento acadêmico”.

Reis (1987, p. 109-121) afirma que o principal motivo da expulsão de todos os jesuítas do reino português por Pombal foi a falta de autorização do Vaticano para a realização de um tribunal civil para julgar os padres envolvidos na tentativa de regicídio contra D. José I, ocorrida em 3 de setembro de 1758. A Companhia de Jesus já tinha sido denunciada como tendo favorecido ou mesmo auxiliado a tentativa de assassinato contra o rei. Eles tiveram vários encontros pouco antes do ocorrido na casa profética de São Roque, no Colégio de Santo Antão e nas casas dos demais conspiradores. Também existiam instruções secretas da Sociedade de Jesus, *Monita Secreta*, redigida por Loiola e Lainez, dizendo que os jesuítas insinuavam as mulheres viúvas a não se casarem para poderem dar suas riquezas para a igreja como uma forma de se facilitar a chegada delas ao céu.

Sylva (1767, p. 484), em sua pesquisa *Deducción Chronologica, e Analytica*, afirma que em todos os cantos da Europa, em especial nos territórios portugueses, os jesuítas estavam presentes, ora persuadindo, ora manipulando a população e inclusive a corte. Desde antes de D. João V, a Corte estava repleta de padres jesuítas que interferiam nas decisões do rei. “A Corte do Senhor Rey D. João V necessariamente tão Jesuítica, como o havião sido as dos seus Regios Predecessores [...] dirigidas pelo mesmo Espirito Jesuítico”. Ou seja, este era considerado um problema antigo que deveria ser corrigido o mais rápido possível para o bem da nação. Todos os culpados deveriam ser punidos; no caso dos jesuítas, todos seriam punidos pelo erro de alguns dos seus membros.

Não só o rei D. José I e Marquês de Pombal, como também o próprio Papa Ganganeli, viam os jesuítas como seres “irreformáveis, e que para os reformar é preciso destruí-los”. As outras ordens religiosas reconheciam a autoridade do rei e obedeciam. Os Carmelitas, Beneditinos, Franciscanos, entre tantas outras ordens, não se opunham ou queriam se sobrepor a administração e as leis portuguesas. Somente os jesuítas “queriam ser mais realistas que o Rei!”, principalmente nos territórios ultramarinos (REIS, 1987, p. 115). Barbuda (1841, p. 15, parte 2)<sup>18</sup>, em sua publicação *Instrucções com quer El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da India*, salienta que a preocupação de D. José I com eles foi tanta que enviou diversas instruções para os governantes dessas regiões, dizendo como proceder para não perder o controle delas para os padres. D. José I, por sua vez, chega a dizer em uma dessas cartas que “hum dos principaes objectos dos chamados Jesuítas consistiu em usurparem com os seus estratagemas os Dominios Ultramarinos deste Reino”.

---

<sup>18</sup> A obra possui várias partes com numerações diferentes.

Essa não era a primeira vez que se planejava o assassinato de um rei português. D. João IV já previa conspirações em seu reinado com a finalidade de assassinar o rei para entregarem os domínios portugueses nas mãos dos espanhóis. Para combater esse ocorrido, foram condenados à morte D. Luís de Meneses, conhecido como Marquês de Vila Real, e seu filho, D. Miguel Luís de Meneses, conhecido como Duque de Caminha (REIS, 1987, p. 125). Paiva (2006, p. 342), em seu trabalho *Brasil – Portugal: Sociedade, Culturas e Formas de Governar no Mundo Português (séculos XVI-XVIII)*, alude que a todo momento ocorria conspiração em Portugal, e o rei não sabia em quem confiar. A fidelidade dos portugueses era duvidosa e perigosa naquela época e prevaleceu com outros monarcas. D. José I, por exemplo, quase foi morto por ordens de pessoas em quem ele confiava.

REIS (1987, p. 129-132) menciona que Antonio de Sá (1678), dizia que a insurreição de um clérigo contra o rei não é crime lesa-majestade, pois os eclesiásticos não são súditos do rei. Essa forma de pensamento aumenta ainda mais a desconfiança do rei em relação jesuítas. Os padres já eram alvo de acusações de rebelião, usurpação e calúnia. No entanto, o que mais agravou a situação deles foi a ajuda na tentativa do regicídio. De princípio, o Papa Clemente XII foi contra o julgamento dos clérigos, foi até mesmo proibida a publicação de documentos oficiais de Lisboa contra os jesuítas nos territórios romanos. A falta de autorização do Papa para o julgamento dos jesuítas chegou ao ponto de Portugal cortar suas relações com o Vaticano em 1760. No entanto, essas relações voltaram quando o arcebispo de Évora, Paulo de Carvalho e Melo, irmão de Pombal, recebeu o cardinalato algumas semanas antes de sua morte ().

O Papa Clemente XIII, mesmo achando um exagero dizer que os jesuítas estavam envolvidos na tentativa de assassinato contra o rei, acabou cedendo às exigências de D. José I, no entanto pedindo clemência por eles. A carta régia acusava os jesuítas de desobediência, extorsões, rebeliões realizadas nas suas missões no Brasil e em Portugal. Dessa forma, o rei pedia autorização para julgá-los por meio de uma justiça secular (FRANCO, 2006, p. 198).

Os padres José Moreira, Timóteo de Oliveira, Jacinto da Costa, Manoel de Campos e José Aranjuez foram expulsos e proibidos de retornar à corte em 21 de setembro de 1757. (AMANTINO, 2019, p. 301). O português responsável pelas negociações diplomáticas com os romanos foi o ministro Francisco de Almada de Mendonça, porém com pouco sucesso quando o assunto era o julgamento dos jesuítas pelos atos contra o rei. O Núncio Acciajuoli e o Cardeal Torriggiani professavam que pessoas eclesiásticas somente poderiam ser julgadas pelos da

mesma hierarquia. A autoridade do rei ficava assim limitada à igreja, algo que desagradava D. José I e o Marquês de Pombal (REIS, 1987, p. 132-134).

D. José I não foi o único rei português que tinha medo de ser assassinado. D. Miguel I, ainda mais à frente, sabia que estava cercado de conspiradores e que também poderia ser vítima de um atentado enquanto governava. Ele escreveu:

a vida de V. M. tem estado por momentos a ser findada debaixo das mãos de infames assassinos, Deos sabe a quem.

V.M. tem apoio he verdade nas diferentes Nações Estrangeiras, mas esse de nada vale para lhe salvar a vida.

A vida de V. M. está em muito perigo (DOM MIGUEL I, 1832?, p. 83-84).

Uma solução encontrada para o problema foi a criação da Lei de 3 de setembro de 1759, que, ao mesmo tempo que acusava os jesuítas de serem “notórios Rebeldes, Traidores, Adversarios e Aggressores”, ordenava que fossem expulsos de todo o reino português e seus territórios ultramarinos. Nenhum cidadão que morasse nos domínios portugueses deveria ter qualquer contato com a ordem jesuítica, fosse verbal ou por escrito, podendo ser severamente punido (PORTUGAL, 1830, p. 720).

Por mais contraditório que possa parecer, no início da carreira pública a serviço do rei, Pombal tinha admiração e contato amigável com os jesuítas. Entre os anos de 1740 a 1750, ele chegou a ter uma forte amizade com os inacianos, principalmente com os padres João Batista Carbonne e Manuel de Azevedo. Porém, o tratado luso-espanhol de 1750, que definia os limites do Brasil e da Espanha, afetaria esse relacionamento, pois abria uma “guerra entre a coroa e os jesuítas” (SERRÃO, 1982, p. 100).

A relação entre Portugal e Espanha no período pombalino foi marcada por muitas negociações e tentativas de acordos territoriais que evitassem um conflito armado entre as duas nações. O tratado de limites das conquistas, celebrado em 16 de janeiro de 1750, é um exemplo. Os jesuítas eram contra o acordo e tentaram de todas as maneiras fazer com que o tratado fosse quebrado. O motivo é que entre os rios Uruguai e Paraguai existia uma povoação com cerca de cem mil pessoas que era dominada pelos padres jesuítas, que, acusava-se, estavam enriquecendo por meio do trabalho escravo dos índios. De acordo com Sena-Lino, enquanto Pombal pretendia diminuir os conflitos territoriais existentes entre Espanha e Portugal, ocidentalizando a cultura indígena, os jesuítas faziam um trabalho inverso, aumentando os conflitos entre as duas nações e, ao mesmo tempo, tentando manter a cultura indígena

preservada (PORTUGAL, 1874, p. 22; SENA-LINO, 2022, p.299). António Júlio Limpo Trigueiros (2009, p.154), em seu artigo “*O negócio jesuítico*” e o papel da política regalista portuguesa, chega a dizer que trinta mil índios que moravam à margem esquerda do rio Paraguai deveriam se transferir para terras espanholas de acordo com o tratado luso-espanhol, porém eles se recusaram e lutaram contra bandeirantes paulistas. A resistência dos índios armados foi atribuída a padres jesuítas que se negavam a seguir as ordens reais contidas nos tratados.

Temos como exemplos de padres que se aproveitaram dos índios: Moreira, Timóteo de Oliveira, Jacinto da Costa, Manuel de Campos e José Aranjuez, conforme informações enviadas por D. José I ao Papa por meio de Francisco de Almada de Mendonça, ministro português em Roma. Nos documentos enviados, havia acusações contra os jesuítas, tais como o interesse deles pelos bens terrenos e sua oposição ao Tratado de Madrid (REIS, 1987, p. 137-139). Mayor (1906, p. 44) chega a dizer que os jesuítas tinham o costume de fazer discursos religiosos com segundas intenções, focando em política e em bens materiais em vez de propagar o cristianismo. O padre e orador Ballister, da igreja patriarcal de Lisboa, chegou a ser preso por prometer riquezas no céu em troca dos bens terrestres dos fiéis. Algo parecido ocorreu com o padre Bento da Fonseca, que foi exilado por se intrometer nos assuntos políticos portugueses.

O problema de os jesuítas não aceitarem a autoridade do rei não era algo novo. O Tratado de Tordesilhas, de 1494, é um exemplo disso. O padre Cristovão Altamirano já acusava os jesuítas em carta dirigida ao rei da Espanha de que os missionários não tinham nenhuma devoção ao rei nem à Monarquia. Com o passar dos anos, os jesuítas já dominavam grande parte das Américas, seu poderio territorial percorria do Peru à Bolívia, correspondendo acerca de um quarto da América Meridional. As conquistas envolvidas nos sete povos das missões foram: São Nicolau, São Borja, São Luís, São Angelo, São João, São Lourenço e São Miguel. Nenhuma outra ordem religiosa estava crescendo tanto a ponto de ameaçar os poderes do rei, algo que estava incomodando Pombal e D. José I (REIS, 1987, p. 147-148).

O problema de usurpação do poder real no Brasil foi tanto que D. José chegou a dizer, no Alvará de 3 de setembro de 1759, que procurou “aplicar todos quantos meios a Prudencia, e a Moderação podião suggerir, para que o governo dos Regulares da Companhia denominada de Jesus” se mantivessem fora dos negócios políticos e administrativos, mas não teve sucesso. Eles continuavam “a usurpação de todo o Estado do Brazil” (PORTUGAL, 1830, p. 713).

O novo tratado entre Portugal e Espanha para a definição dos limites do Brasil, assinado em 13 de janeiro de 1750, abriu a guerra entre a coroa e os jesuítas. Apesar de dificuldades para

pôr em prática o tratado de Limites, ele foi cumprido. Marquês de Pombal nomeou seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado como chefe da Comissão Demarcadora da região norte e Gomes Ferreira de Andrade para a região sul. Ambos conseguiram combater a expansão territorial e os ataques articulados pelos jesuítas. A Companhia de Jesus se dizia prejudicada nas obras missionárias e no aldeamento dos índios, devido às medidas autoritárias do irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que era governador do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, ele estava apenas seguindo ordens vindas de Portugal (SERRÃO, 1982, p. 100).

O Tratado de Madrid aumentou o conflito entre a Corte e os jesuítas, mas diminuiu os conflitos e as discórdias da disputa da colônia do Sacramento. Entre os anos de 1610 a 1651, havia disputa pelos índios entre os paulistas<sup>19</sup> e os religiosos da Companhia de Jesus. Os padres os queriam para reduções jesuíticas e para isso utilizaram até mesmo armas; enquanto os paulistas queriam os índios trabalhando nas lavouras. O Tratado de Madrid poria fim a diversos conflitos, uma vez que os índios teriam de ser transferidos para o lado espanhol, e os jesuítas teriam de aceitar, mesmo não concordando (REIS, 1987, p. 157-158).

Em 19 de janeiro de 1759, D. José I mandou Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira tomar medidas mais enérgicas contra os jesuítas, por atrapalharem os acordos e tratados luso-espanhóis. Ele mandou prender os padres e saquear os bens e pensões que os religiosos da Companhia de Jesus possuíam. A ordem do rei foi mantida, e, no dia 8 de maio de 1759, os jesuítas de Olinda pararam de ministrar aulas. O Bispo Dom Francisco de Xavier Aranha enviou uma carta informando a ordem do Rei, por meio de Pombal, e eles ficaram reclusos nos colégios. O mesmo ocorreu aos jesuítas em Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (VERRI, 2005, p. 192-193).

Os missionários jesuítas, tanto espanhóis quanto portugueses, pretendiam fundar um território livre e independente da Espanha e de Portugal, sujeito apenas às suas autoridades. Esse território estava localizado onde hoje é o Paraguai; no entanto, o Tratado de Madrid poria fim a essa ideia, uma vez que os portugueses pagariam quatro mil pesos por cada um dos sete povos das missões, e eles seriam retirados dessas regiões (REIS, 1987, p. 162).

Pombal ordenou que o governador do Pará e Maranhão cumprisse as leis régias à risca, e todo missionário que descumprisse ou criticasse as ordens régias deveria responder por crime de lesa-majestade, ser destituído de suas funções e expulso. Também pediu a seu irmão que

---

<sup>19</sup> Os paulistas eram os colonos moradores da região de São Paulo que vieram ao Brasil com a intenção de explorar os índios na lavoura das novas terras descobertas pelos portugueses (FARIA, 2008).

“ameaçasse os potenciais revoltosos com castigos duríssimos como o degredo e encarceramentos em lugares inóspitos, executando, ao mínimo sinal de revolta, punições exemplares para inibir conspirações” (FRANCO, 2006, p. 151).

Devemos levar em conta também que o Brasil produzia ouro no período pombalino, que era cobiçado pelos países europeus e pela igreja. Foi com o uso dele que se fundaram muitas igrejas católicas jesuíticas. “Com o ouro pago em Roma as bulas, que criaram as novas dioceses do Brasil”. Dentre estas, podemos destacar a *Candor lucis*, em 1745, e também as dioceses de S. Paulo e Mariana (CORTESÃO, 1950, p. 66). Perder o controle dessas regiões era o mesmo que perder dinheiro, e nem os jesuítas, nem os portugueses queriam ceder. O Tratado de limites, a criação da Companhia do Grão-Pará e a liberdade concedida aos índios no governo pombalino foram pontos cruciais para encadear ainda mais uma “lucta com os jesuítas, e d’hai por diante toda a sua administração se orienta pela idéa, sobreposta a tudo o mais, de os vencer, e anniquillar” (AZEVEDO, 1922, p. 115).

As reformas pombalinas, para darem certo, tinham que retirar todas as ameaças existentes a elas, o que incluía os inacianos. Eles foram afastados dos centros educacionais e das missões de evangelização aos poucos durante o período pombalino, terminando por serem expulsos de Portugal no ano de 1759. Essa tarefa não foi fácil, uma vez que os jesuítas tinham um poder majoritário em comparação com as outras ordens e utilizavam todos os seus meios para conseguirem o que queriam. É tanto que existe um provérbio que ficou popular com relação aos jesuítas: “os fins santificam os meios” (REIS, 1987, p. 71). Para isso, Pombal teve o apoio ativo da ordem oratoriana, ao assumir a maior parte da educação portuguesa. Eles ministraram aulas e substituíram professores, usando os novos métodos prescritos por lei (PACHECO, 2022, p.238).

Com uma política mais autoritária, buscou-se aumentar a autonomia da Igreja de modo geral, sem favorecer os inacianos, como de costume, e ao mesmo tempo foi ampliada a autoridade do Estado sobre o clero. Eles haviam sido acusados pela formação de uma espécie de Estado dentro do próprio Estado e por terem afrontado a autoridade da coroa várias vezes. Além disso, eles detinham o controle majoritário do ensino em terras portuguesas, exercendo, portanto, grande controle sobre a formação dos vassallos portugueses.

A sua expulsão favoreceria as manobras de Pombal, que até então, eram atrapalhadas pela ordem. Do ponto de vista político, a retirada deles diminuiria os obstáculos para que Pombal conseguisse implementar suas reformas e, ao mesmo tempo, submeteria a Igreja e o

povo ao Estado, uma vez que o clero regular conseguia manipular as ações dos cidadãos. Outro ponto positivo para o Estado era que os bens dos inicianos eram muitos, e, com sua expulsão, o Estado se apropriaria de boa parte das riquezas deles que se encontravam no Reino (SALES SOUZA, 2011, p. 220-222). Teles pontua que a morte do duque de Aveiro, principal culpado do atentado, deu-se porque “Carvalho cobiçava as ricas peças que ele tinha, para as dar á filha, quando casou com o conde de Sampaio”, e, com relação à prisão e expulsão dos jesuítas, “Para lhes tirarem as fazendas” (TELES, 1917, p. 179).

Devemos ter em mente que a ação pombalina não foi dirigida contra a Igreja Católica em todos os seus setores, mas buscou, numa lógica moderna de Estado, limitar os poderes daqueles que estavam tentando usurpar o poder do rei, agindo particularmente contra alguns grupos específicos que ameaçavam o desenvolvimento do seu projeto político. A própria Igreja já vinha sofrendo um combate dentro dela mesma; enquanto algumas ordens abraçaram as políticas reformadoras propostas pelo governo, outras se opuseram a ponto de serem acusados de tentar assassinar o rei. Sales Souza (2011) escreve o seguinte:

Conceitos opondo setores do clero regular a setores do clero secular; divergências entre prelados e a Santa Sé ou alguns de seus máximos representantes; contendas entre bispos; desentendimentos entre bispos e respectivos cabidos diocesanos; confrontos no interior dos cabidos; disputas entre cabidos de dioceses diferentes; dissensões opondo prelados diocesanos a ordens religiosas ou militares; controvérsias entre bispos e a Inquisição. Tamanho universo de conceitos é suficiente para desfazer qualquer pretensão de dotar a Igreja de uma consciência de corpo tão perfeita que a permita agir sempre em bloco na defesa de alguma posição em relação ao Estado. Ao mesmo tempo, torna mais compreensível a frequente divisão que se observa nas hostes eclesiásticas em conjunturas mais complicadas (SALES SOUZA, 2011, p. 208).

A tentativa infrutífera de assassinato contra o rei foi a principal causa de expulsão dos religiosos. No entanto, ela não ocorreu de imediato e já existiam ações antijesuíticas mesmo antes da tentativa de assassinato em 3 de setembro de 1758. Foram tomadas cautelas e passos pequenos até porque a Ordem era poderosa e tinha muitos devotos, o que dificultava sua expulsão.

No ano de 1756, Pombal fez uma reunião conhecida como *Terribilidades*, com assuntos antijesuíticos que seriam tratados. Nela, foram discutidos abusos, desrespeitos e práticas reprováveis aplicadas pelos jesuítas no Norte do Brasil. A reunião abriu caminho para outros novos atos a serem ministrados contra os jesuítas (FRANCO, 2006, p. 160).

No ano de 1757(6)<sup>20</sup>, foi feita uma campanha antijesuítica no Brasil por meio de uma obra conhecida como *Relação Abreviada*. Nela, havia vários relatórios que colocavam os jesuítas como responsáveis dos conflitos nos limites dos tratados entre Portugal e Espanha. Provavelmente, a divulgação desse documento visava enfraquecer os jesuítas para depois tomar uma posição mais drástica com relação a eles (PORTUGAL, [17--]).

No dia 19 de setembro de 1757, foram expulsos do Paço todos os confessores da família real e foi proibido de entrar no palácio real qualquer membro da ordem. Os padres José Monteiro e Timoteo de Oliveira foram transferidos para a casa professa de São Roque. Já o padre Jacinto da Costa foi transferido para o Colégio de Santo Antão (REIS, 1987, p. 119). No dia 1º de abril de 1758, foi solicitada ao Papa uma atitude mais dura e uma reforma na ordem jesuítica em Portugal e seus domínios. No dia 7 de junho de 1758, por ordem do rei, fica proibido que os jesuítas preguem no Patriarcado (Diocese). No dia 11 de janeiro de 1759, foram presos vários padres jesuítas. Destes, podemos destacar: Gabriel Malagrida, João Henrique, João Alexandre, Jacinto da Costa, José Perdigão, Inácio Soares, João de Matos, Timoteo de Oliveira e Francisco Eduardo (ASSUNÇÃO, 2006, p. 334).

No dia 19 de janeiro de 1759, os jesuítas foram considerados réus do crime de lesa-majestade e alta traição. No dia 28 de junho de 1759, foi criado o Alvará que ordenava a eliminação de todas as classes e escolas em que lecionavam os jesuítas. A educação passaria por uma reforma, sendo toda mocidade proibida de ler ou estudar com base nos livros jesuíticos. No dia 3 de setembro de 1759, os inicianos são mais uma vez declarados rebeldes, traidores e agressores do rei. A Companhia de Jesus foi expulsa de todo o reino e seus domínios. Todos os seus bens e colégios foram confiscados. Em cumprimento às ordens do rei, no dia 16 de setembro de 1759, foram desembarcados no porto de Civita-Vecchia, território Pontifício, 133 jesuítas vindos no navio S. Nicolau, e no mês de outubro também foram embarcados do Brasil mais 122 padres com o mesmo destino. Mesmo antes de 1759, outros padres já haviam sido expulsos do Brasil pelo crime de lesa-majestade por criticarem as “leis de el Rei”; dentre eles estavam Teodoro Crúzio, António José, Aleixo António, Manuel Ribeiro e o alemão Rocha Underfund, expulsos em 1757 (REIS, 1987, p. 137).

Conforme Sena-Lino (2020, p. 579), os jesuítas eram considerados por Pombal pessoas teimosas que não gostavam de seguir regras e cúmplices na tentativa de assassinato do rei. Eles

---

<sup>20</sup> O ano é incerto, pois o livro não tem uma data precisa, mas outras obras, como as de Franco (2006), usadas nesta tese, informam ser 1756 o ano de divulgação da obra.

não obedeciam nem mesmo as ordens dadas pelo Papa. Não foi por acaso que Pombal iniciou a expulsão dos jesuítas em Portugal e o próprio Papa continuou. No ano de 1773, o Papa resolveu extinguir a ordem jesuítica por completo em todas as regiões do mundo. No entanto, em 1781, os Távoras e jesuítas foram inocentados da tentativa de assassinato do rei, depois das novas investigações feitas pela rainha, após a morte de D. José I.

## 2.4 A REFORMA EDUCACIONAL

Aos Inacianos, com pouco tempo de chegada a Portugal, foi logo confiada a eles a educação do reino, e em pouco tempo, eles assumiram a educação majoritária portuguesa. Em 1542, foram criados o Colégio de Jesus e o Colégio das Artes, em Coimbra, que funcionaram como forma de expansão da Igreja. Em Lisboa, passou a existir um curso de Matemática conhecido como Aula de Esfera, e as aulas eram realizadas por professores jesuítas no Colégio de Santo Antão. Em Évora, foi criado o Colégio do Espírito Santo, em 1559, que viria a fechar em 1759, por ordem de Marquês de Pombal; a Universidade de Évora também sofreu forte controle dos jesuítas nos seus primeiros anos de formação, sendo composta exclusivamente por eles (FRANCO et al., 2019, p. 112-115).

O atentado contra D. José I, ocorrido em 3 de setembro de 1758, foi uma grande oportunidade não desperdiçada por Pombal de culpar os jesuítas e ao mesmo tempo querer expulsá-los de todo o reino, fazendo uma grande reforma educacional. De acordo com Sena-Lino, a notícia do atentado se espalhou rapidamente por toda Europa, jornais influenciados por Pombal começaram a fazer propagandas antijesuíticas, culpando-os. As notícias circularam por mais de dois anos e com muitas distorções dos fatos, em algumas versões chegaram a dizer que o atentado foi contra Pombal e não contra D. José. A difamação da ordem inaciana pela mídia favoreceria a retirada dos jesuítas do reino. Acreditava-se que a expulsão deles significaria melhora na educação e no sistema político, pois haveria outras ordens a lecionar em seu lugar, desta vez com supervisão e controle do Estado (SENA-LINO, 2020, p. 451).

A retirada dos jesuítas da educação foi uma vitória para o período pombalino. Paim (1982, p. 11), no livro *Pombal e a cultura Brasileira*, esclarece que o momento pombalino não foi a ascensão de Sebastião como Marquês de Pombal ou mesmo sua queda, mas o início de suas conquistas ideárias, tais como a criação do Colégio Real dos Nobres e as reformas universitárias. A expulsão dos jesuítas começou pela corte. O Alvará Real de 1759 “ordenava

o afastamento daqueles que serviam na corte como preceptores ou confesores da família real e a prisão e a expulsão dos jesuítas” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 334). No entanto, o poder jesuítico e sua expansão estavam prestes a acabar, e Sebastião estava disposto a fazer o que fosse necessário em favor do reino.

Os Inacianos não desistiram da educação facilmente. Antes de serem totalmente expulsos, eles tentaram pagar com bens materiais pelos seus erros, em alguns momentos até tentando corromper as pessoas para que pudessem se manter escondidos. Eles também tentaram imigrar para outras ordens como forma de tentar se camuflar e poder continuar suas obras por meio de outras congregações. Inclusive a congregação de Mariana, no Brasil, continuou a funcionar de forma secreta com os jesuítas, desobedecendo as ordens reais (FRANCO, 2019, p. 79-83).

No dia 13 de dezembro de 1758, foram confiscados todos os bens pertencentes aos jesuítas, suas comunidades foram dissolvidas e suas escolas foram fechadas em Portugal e seus domínios: Angola, Brasil, Índia, Malabar e China. A ação causou um grande impacto educacional, uma vez que a quantidade de escolas pertencentes à ordem era enorme. “Em 1579, havia 144; em 1749, eram 669 espalhadas pelo mundo”. Tirar os Inacianos da educação exigiria uma grande quantidade de novos professores, o que Portugal não tinha (FRANCO et al., 2019, p. 71; REIS, 1987, p. 137).

Pombal instituiu, com aprovação do rei, uma reforma dos Estudos Menores por meio do alvará régio de 28 de junho de 1759. “ Eu não só reparar os mesmos Estudos para que não acabem de cair na total ruína, a que estão próximos; mas ainda restituir-lhes aquelle antecedente lustre, que fez os Portuguezes tão conhecidos na República das Letras” (PORTUGAL, 1830, p.674). Consoante a isso, Cardoso (2002, p. 14), em *As Luzes da Educação: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro 1759-1834*, diz que as aulas incluíam ler, escrever e contar para os iniciantes, o que ficou conhecido como Aulas Régias, e os demais teriam aula de Gramática Latina, Língua Grega, Língua Hebraica, Retórica e Poética. Oliveira (2022, p. 67), em *A legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)*, acrescenta que com esse alvará “a educação passou oficialmente a ser gerida pelo Estado, que por sua vez tornou-se responsável por controlar a seleção e a carreira dos professores, institucionalizando assim a profissão docente”.

O Alvará foi visto com bons olhos por muitos estudiosos do período. Temos como exemplo António Nunes Ribeiro Sanches, que, ao saber da abolição dos colégios dos jesuítas, começou o “mais vivo aplauso por esta medida, e louva o grande rei que a promulgou” (LEMOS, 1911, p. 260). Ele foi a peça-chave para tentar acabar com a educação jesuítica, incluindo seus métodos de ensino nos domínios portugueses. A implementação de um Diretor de Estudos como forma de orientar e fiscalizar o ensino e a introdução das aulas régias, para substituir o curso de humanidades, até então oferecido pela Companhia de Jesus, foi uma grande vitória para Pombal.

Ele também autorizou a realização de concursos públicos, com a finalidade de selecionar docentes para ministrarem as aulas régias (LIBERAL, 2017, p. 89). De acordo com Barbosa (2022, p.126), em seu artigo "O ensino de gramática latina e a institucionalização da profissão docente", foi dado o prazo de seis dias para que professores se inscrevessem para assumir as aulas na cidade de Lisboa e quinze dias para as demais regiões; permitindo que os antigos professores continuassem a ensinar somente até o final de outubro de 1759. Depois dessa data apenas professores licenciado pelo Estado poderiam ensinar. Boto (2010, p. 286), em *A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade*, afirma que, com essas mudanças, “a educação estaria, sob tal perspectiva, diretamente subordinada aos interesses econômicos, políticos, comerciais e até militares do Estado português”.

Eça (1948, p. XII), em *Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos Moraes sobre os efeitos da vaidade*, diz que Pombal tomou todo o cuidado necessário para trazer os melhores professores possíveis para o Reino, principalmente vindos da França, país modelo da Europa. Dentre eles, podemos destacar “o Cavaleiro de Oliveira e o Pe. Luis Antônio Verney”, pessoas ilustres, que fortaleceram a educação em um período em que a literatura portuguesa era “pobríssima em pensadores”. Pombal tentava enriquecer o conhecimento português com ideias iluministas e de pessoas estrangeiradas (PEREIRA, 2019, p.32).

O ministro de D. José I sabia da necessidade de fazer uma reforma administrativa e, em especial, na educação que tirasse os portugueses da crise e do controle da igreja em que viviam. A coroa portuguesa não podia “aceitar a interferência da Igreja na acção política e que a Nobreza puzesse em causa as linhas de força que traduziam a vontade do soberano, a única que os súbditos deviam acatar” (SERRÃO, 1982, p. 64).

Quando se fala em Portugal e nas reformas administrativas que estava sofrendo, devemos levar em conta todo o território dominado pelos portugueses, o que inclui o Brasil. Foi por meio da correspondência entre o Principal Almeida e o 8º Vice-Rei Marquês do Lavradio, D. Antonio de Almeida, que a reforma pombalina do ensino foi estruturada no Brasil, por meio das ordens dadas ainda em Lisboa (ANDRADE, 1978, p. 6). A principal clientela dos jesuítas no Brasil eram os ameríndios e os filhos da elite colonial, que confiavam a educação das crianças à rede de colégios jesuítas (MAXWELL, 1997, p. 72). Desde o primeiro contato que os jesuítas tiveram com os índios, aqueles se interessaram em fazer destes novos cristãos. Caminha, primeiro escritor em terras brasileiras, chegou a escrever para o rei de Portugal: “O melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente” (CAMINHA, 1963, p. 8).

“A obrigação de ensinar competia, primeiramente à família, e tanto a igreja como o Estado complementavam o que ela não conseguia por si só” (ANDRADE, 1978, p. 2). No entanto, com as novas mudanças impostas por Pombal, os métodos jesuíticos seriam eliminados da educação portuguesa. Os jesuítas não estavam dispostos a cumprir as ordens impostas, a ponto de se ter de usar a força militar para contê-los. “Na fronteira sul do Brasil foi necessária uma campanha militar para derrotar as missões jesuíticas” (MAXWELL, 1997, p. 94). Até porque os missionários andavam armados, mesmo sendo aconselhados por outros padres que não usassem armas, pois suas lutas deveriam ser espirituais e não terrenas (FREIRE, 2013, p. 99).

Seriam feitos concursos para professores régios, ou seja, com licenças reais para ensinarem, e esses professores, por sua vez, seriam proibidos de usar os métodos costumeiros dos jesuítas. Os padres oratorianos foram alguns dos responsáveis pela nova programação educacional.

*A participação dos Oratorianos da Casa de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> das Necessidades surge com evidência indelével na redacção desse mesmo texto programático, não só pela coincidência da metodologia de ensino teórico rápido, por compêndios de bolso, e utilização do Resumo da Gramática de Antônio Pereira de Figueiredo, como de toda a participação dos Neris, a quem se concede equiparação a Professores Régios em Lisboa e a nomeação de um Padre para Comissário de Viseu, além de outros sinais marcantes, que a seu tempo se vincarão (ANDRADE, 1981, p. IX).<sup>21</sup>*

---

<sup>21</sup> O livro possui duas numerações de páginas, uma em números romanos e depois começa uma nova em números arábicos, por isso foi deixada a numeração conforme o livro.

Mesmo com todo o esforço de Pombal no sentido de retirar o controle inercial da educação, ela permanecia. De acordo com Fernando de Azevedo (1976, p. 135), “A base pedagógica dos jesuítas, após a expulsão de Portugal e seus domínios, teria permanecido a mesma”, pois foram criados seminários para um clero secular que praticava métodos e programas de estudos semelhantes aos dos jesuítas. As mudanças educacionais estavam ocorrendo, porém lentamente. O rompimento do domínio jesuítico significaria transformação, modernização e inovação para os portugueses e os povos dominados por eles (FALCON, 1993, p. 226). “Portugal com Pombal e Portugal sem Pombal tinha muitas diferenças”, inclusive nos territórios ultramarinos (GAUER, 2007, p. 81). Os professores régios adotados em todo o reino português foram um grande salto para a modernização.

Um dos fatores que levou muitos jesuítas a serem substituídos por outras ordens foi que o ensino, após a Lei do Diretório de 1757, não poderia ser feito na Língua Geral, mas em português. Muitos missionários ignoravam as ordens régias e continuavam ensinando da forma como bem queriam. Essa atitude fazia com que os índios não conseguissem se comunicar com os outros portugueses, fato que desagradava Pombal. “A má educação que dão os missionários nas aldeias, aos Índios, pelos deixarem ignorantes de tudo, e principalmente da Língua Portuguesa”. Dessa forma, os padres tinham maior controle sobre os índios do que o próprio Estado (MENDONÇA, 2005, p. 503).

O Alvará de 28 de junho de 1759 foi um grande passo na reforma. Ele propunha um fim aos duzentos anos de atividades pedagógicas dos jesuítas e estava documentado com assinatura do rei e do Conde de Oeiras. Com essa medida, estavam suspensos o ensino jesuítico e suas práticas pedagógicas de forma geral. Foi dada instrução para que se banissem todos os livros; para isso foram intimadas todas as pessoas que os possuíam, dos livreiros aos trabalhadores dos depósitos. O objetivo era destruir todos os veículos de ideias jesuíticas que pudessem existir em Portugal e seus domínios. A partir de então, seria valorizado o método científico, a observação direta, o estudo das disciplinas de retórica, Gramática, Latim e Grego, associadas às ciências naturais. Ideias adquiridas não só durante sua vivência em Londres como ministro, mas também dos modelos franceses (FRANCO, 2006, p. 201; SENA-LINO, 2020, p. 420).

A valorização da língua latina em vez da língua portuguesa causava dificuldade no ensino e aprendizagem. As gramáticas necessitavam passar por mudanças e serem escritas na língua portuguesa, o que as tornaria mais simples e claras, facilitando o aprendizado. Não foi

fácil substituir o método clássico aplicado pelos jesuítas, mas as mudanças educacionais eram necessárias. Ribeiro Sanches (2003, p. 37), na sua *Carta sobre a educação da mocidade*, escreve que, antes de Pombal, a cada cem alunos que estudavam latim dos 14 aos 16 anos, apenas um terço conseguia aprender uma quantidade mínima que fosse capaz de fazê-lo ser matriculado em uma universidade, algo que era muito vergonhoso e que mostrava que os métodos até então não traziam bons resultados na educação portuguesa (OLIVEIRA, 2006, p. 96).

Barros (1882, p.174), diz que a educação da mocidade era desprezada e manipulada pelos jesuítas, causando aos alunos danos extremos, pois os “mestres, formando o espírito da juventude, lhe corrompião o coração, introduzindo em sua alma o veneno da sua doutrina”. As reformas educacionais pensadas por Pombal deveriam ser aplicadas em todos os domínios portugueses. No Brasil, por exemplo, duas grandes reformas educacionais tiveram repercussão, a dos estudos menores, em 1759, e a dos estudos maiores, em 1772. Nesse meio tempo de 13 anos, foram implementadas algumas medidas menores para se adequar o ensino ao novo critério de educação, com o intuito de tirar Portugal das “trevas” deixadas pelos jesuítas no sentido educacional. Pombal também tentou europeizar os brasileiros, no sentido de “modernizar as artes e as indústrias, desenvolver e monopolizar o comércio pela criação de grandes companhias semelhante ao que vinha fazendo a Inglaterra” (BOTO, 2011, p. 100).

Garcia (1824, p. 24), escritor filopombalino, menciona que Sebastião José estava voltado às novas ideias educacionais e à sua popularização, algo que era visto com repúdio pelos jesuítas, uma vez que eles preferiam viver nas “trevas da ignorância e da superstição”, o que não é totalmente verdade, como veremos mais à frente. As reformas no ensino possibilitaram a criação das escolas régias com professores não jesuítas e com autorização do Estado para lecionar. Foram enviados professores para todas as regiões portuguesas, inclusive as de além-mar. O Alvará de 4 de junho de 1771 fixou a cidade de Lisboa como encarregada de supervisionar os assuntos alusivos às escolas primárias e quais deveriam ser censurados nas Colônias (ARAÚJO, 2007, p. 74).

O planejamento educacional pombalino ocorreu em várias etapas: por meio da lei do diretório, em 1757, e dos estudos menores em 1759. Logo depois, foi criado o Real Colégio dos Nobres, em 1761, e em 1772 foram desenvolvidos os estudos maiores, tendo os religiosos não jesuítas como professores régios (NUNES, 2013, p. 27). Araújo (2020, p. 401), em seu artigo *A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: revisão e censura de um projeto*

civil, literário e educativo, afirma que o colégio funcionou onde era o edifício do Noviciado da Companhia de Jesus e ficou aos cuidados do arquiteto militar Carlos Mardel para reformá-lo. Encontrava-se no sítio da Cotovia, atual Príncipe Real, e estava em desuso devido à expulsão dos jesuítas.

O Colégio Real dos Nobres foi criado visando a qualidade e o ensino da ciência. Além de criá-lo, foi investido dinheiro suficiente para trazer os melhores mestres de todas as regiões (PORTUGAL, 1780, p. 438-439). No colégio, seriam ensinadas todas as matérias necessárias para a formação do perfeito nobre, seguindo as diretrizes políticas pombalinas (BOTO, 2011, p. 68). Tudo isso para tentar manter o reino em desenvolvimento e buscando competir com os países de destaque da Europa, como Inglaterra e França, uma vez que os colégios de prestígio portugueses, como o S. Miguel de Todos os Santos e a Escola de Línguas e Artes<sup>22</sup>, encontravam-se em declínio (ARAÚJO, 2020, p. 402).

Embora o Colégio Real dos Nobres tivesse uma mentalidade cristã e requeresse uma formação católica de seus alunos, como era comum nas escolas da época, ele estava seguindo uma rotina diferente, não sendo mais controlada pela igreja, mas pelo Estado. A cultura clerical que imperava no período não poderia estar presente na educação dos jovens. Eles deveriam ter uma educação dada por mestres leigos, militares e com as devidas habilidades educacionais (BOTO, 2011, p. 98).

Assunção (2006, p. 348), em *O “terremoto” provocado por Sebastião José de Carvalho na América portuguesa*, destaca que a formação visava o desenvolvimento progressista e científico para melhorar a economia e ao mesmo tempo formar o homem para a vida pública. Um dos motivos é que a nobreza lusitana dominava a maior parte dos cargos importantes do Estado, como por exemplo: “comissões diplomáticas, governos das colônias, postos de comando do exército. Contudo, as competências e habilidades nem sempre eram condizentes com o exercício da função”.

Nos primeiros anos de criação do Colégio Real dos Nobres, ele foi bem falado, mas logo entrou em decadência. O rendimento de cerca de 40:000 cruzados conseguidos pelo subsídio literário era insuficiente para manter o bom andamento a instituição. Ao iniciar o funcionamento, apenas vinte e quatro alunos se inscreveram e, durante os dez primeiros anos, o número não passou de cinquenta, formando apenas trinta fidalgos. A ideia de formar um

---

<sup>22</sup> O declínio do Colégio de Artes de Coimbra era tão grande que no dia 7 de maio de 1746 o reitor proibiu que as conclusões ou exames ou defesas tivessem opiniões novas. Tudo deveria permanecer como estava (PAIM, 1982, p. 20).

modelo educacional e evitar a entrada dos jovens nos conventos e seminários, o que faria deles pessoas improdutivas para o reino, não saiu como planejado (AZEVEDO, 1922, p. 340; SENALINO, 2020, p.481).

A formação oferecida no Colégio dos Nobres era fundamental para recuperar a economia portuguesa. Antes dele, os jovens fidalgos não eram preparados para serem úteis à Pátria. Eles costumavam tratar todos os subalternos como se fossem escravos, demonstrando desprezo por eles. Outro problema era que o fidalgo não poderia ser preso por dívida, o que aumentava o prejuízo para o reino, caso não tivesse um bom preparo e bom senso. O Colégio Real dos Nobres foi uma tentativa de melhorar essas pessoas, dando-lhes oportunidades de favorecerem o crescimento do Reino (BOTO, 2010, p. 286).

No ano de 1771, o Colégio dos Nobres, cujos professores em boa parte eram estrangeiros, parou de funcionar. Apesar de a escola buscar formar uma nobreza culta e instruída para o serviço da Coroa, infelizmente sua forma de funcionamento provocava um em conflito permanente entre as ideias de Pombal e as dos representantes da alta nobreza. O colégio atendia, principalmente, aos fidalgos de pouco renome. Os nobres e as pessoas de destaque “não pretendiam delegar a Sebastião José a educação dos filhos”. Como dito anteriormente, Pombal tinha muitos aliados e inimigos na Corte (ALVES, 2011, p. 62).

Pombal não reconhecia os avanços educacionais trazidos pelos jesuítas. Embora eles tenham melhorado o estudo da linguagem desde a publicação, em 1572, da *Arte da Gramática Latina*, do padre Manuel Álvares, que teve 530 edições, tornando-se uma referência obrigatória no ensino do latim em toda a Europa, Pombal a proibiria em 1759, pois ela não se adequava à sua política educacional (OLIVEIRA, 2014, p. 144-145). Ele tinha como referência política e pedagógica outra visão de ensino, baseada nos pedagogos D. Luiz da Cunha, António Nunes Ribeiro Sanches e Luís António Verney. Suas ideias foram apropriadas pelas reformas pombalinas como uma das principais fundamentações teóricas (BOTO, 2010, p. 284; TELES, 2019, p.85).

O *Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra* tentava espalhar notícias a favor de Pombal, mencionando que a forma de lecionar dos jesuítas tinha sido uma catástrofe na educação antes da implementação de suas reformas. Ele destacava que os diferentes campos dos saberes, como a arte, a ciência e as aulas, estavam destruídos pelas ações e reformas jesuíticas que direcionavam a educação do país em marcha lenta e até se opondo às novas ideias (GAUER, 2007, p. 122).

De acordo com Andrade (1981, p. X) a reforma valorizou o ensino da Língua Latina entre as línguas consideradas mortas, principalmente por ser necessário o seu conhecimento para prosseguir o estudo superior. Para isso, utilizou-se o conhecimento dos autores mais corretos, tanto latino como gregos, que eram considerados modelos, tanto pela pureza da linguagem como pelos dotes literários, prezando a retórica, não se limitando a sagrada, valorizando a forense e ao próprio linguajar diários das profissões. A reforma passaria a apreciar as aulas de física, botânica e química.

As reformas educacionais e tentativas de colocar a educação sob o controle do Estado na Universidade de Coimbra, como nos estudos menores, foi um grande passo para dificultar o crescimento dos jesuítas. O objetivo era combater o jesuitismo e formar um clero ilustrado, com uma maior fidelidade ao Estado, preparado para se portar como um funcionário público e não pertencente à Igreja (SANTIROCCHI, 2015, p. 70-71).

Mesmo contrário a Pombal, Branco (1885, p. 178) diz que a retirada dos jesuítas da educação ampliou o conhecimento da ciência e da filosofia em diferentes campos educacionais que até então eram proibidos.

Começou então uma nova era para o movimento intellectual da nação. Abriram-se escolas de sciencias naturaes, cousa quasi desconhecida entre nós; permitiu-se o livre exame: facultou-se ampla discussão sobre matérias litterarias e scientificas; e o pensamento poude, por este modo, exercer a sua atividade em todos os ramos do saber humano. A fortificar o espirito nas lides da sciencia accudiu a mocidade estudiosa. Seguiu-se o labutar na instrucção e desenvolvimento progressivo das ideas que prepararam a liberdade e os beneficios da civilisação, de que nós, a geração presente, gosamos (BRANCO, 1885, p. 178).

Por outro lado, o Alvará de 4 de junho de 1771, que trata da censura de alguns livros desaprovados por Pombal para uso educacional e público, faz com que alguns autores questionem se ele foi realmente um homem ilustre (ARAUJO, 2007, p. 74). Alves, por exemplo, não o aprova como ilustrado, pois Pombal havia censurado a Universidade de Coimbra reformada e banido escritos contemporâneos, dentre os quais se destacam Voltaire e Beccaria. Ela também aponta que os modelos políticos pombalinos eram os do século XVII (ALVES, 2011, p. 31).

Coelho (1885, p. 203), em seu livro *O Marquez de Pombal: obra comemorativa do centenário de sua morte*, salientam que, apesar de toda luta para eliminar os jesuítas dos domínios portugueses, Pombal não conseguiu exterminar suas obras e seus trabalhos, que

estavam presentes em todo o reino, inclusive nele mesmo. Assim, “O ministro pôde exterminar a Companhia; mas não pôde extinguir o seu espirito, nem os seus discipulos, que eram em Portugal toda a gente, incluindo Pombal em pessoa”.

Pombal, por ter vivido fora de Portugal e conhecido outras culturas, durante sua vida de ministro, sabia que a educação fornecida pela Companhia de Jesus precisava ser diminuída, porém seria necessário colocar outras pessoas com habilidades e visões futuristas com relação à educação, visando um olhar moderno e não voltado para o clássico, como era posto pelos jesuítas. Os oratorianos foram, pois, a escolha feita por ele para combater tais métodos (PEREIRA, 2019, p.32).

Marquez de Pombal começou por contrapor ao ensino jesuítico, outro ensino também religioso, favorecendo a Congregação do Oratório, que permitiu à Universidade, libertar-se, em parte, da influencia jesuítica. Desse modo, os Jesuítas tiveram de recuar, palmo a palmo, na educação nacional, acabando por ser dispensado desse serviço (ANDRADE, 1981, p. XXVI)<sup>23</sup>.

A gramática produzida pelo padre José de Anchieta (1533-1597) no ano de 1595, intitulada *Arte da grammatica da lingoa*, era utilizada para ensinar os portugueses a se comunicarem com os índios, uma vez que a mesma se encontrava em português e pretendia misturar as línguas para facilitar a comunicação. Tal mistura de línguas europeias com indígena ficaria conhecida como língua geral<sup>24</sup>. Os jesuítas tinham uma visão conservadora, valorizando amplamente o ensino da Língua Latina. Contradizendo os métodos jesuíticos, os oratorianos tinham uma visão menos conservadora e não viam o ensino da Língua Latina como superior ao das Línguas Modernas ou mesmo às demais disciplinas. Eles “praticaram também uma educação moderna, ministrando línguas vivas, física experimental, matemática, geografia e história contemporânea [...] combatendo a influência pedagógica e cultural jesuítica” (CARDOSO, 2002, p. 83).

Andrade (1981, p. 4) menciona que a congregação oratoriana costumava utilizar livros mais promissores do que os jesuítas em suas aulas. As obras *Fundamenta stili cultioris*, de Heinécio, e *Lá methode d'étudier et d'enseigner chrétiennement et solidement les Lettres*

---

<sup>23</sup> As numerações estão em romanos porque o livro possui duas numerações diferentes, uma em números arábicos e outra em romanos.

<sup>24</sup> Língua geral tinha como base o tupi com algumas palavras portuguesas. A linguagem barbarizava o português e foi utilizado como principal forma de comunicação em muitas aldeias. (SENA-LINO, 2020, p.311).

*Humains par rapport aux Lettres Divines*, de L. Thomassin, eram muito utilizadas. Entretanto, tudo ainda era muito novo e seria lapidado por Pombal, pois as obras possuíam assuntos que não deveriam ser tratados nas escolas e nem nas igrejas; “se pronunciavam sobre a política, o estado, a magistratura, a guerra!”, questões das quais se deveria manter distância.

Entre as primeiras ações de Pombal após o atentado contra o rei foi aumentar a valorização dos oratorianos em Portugal, começando pela educação. Ele proibiu os compêndios do padre jesuíta Manuel Alvares e o mandou substituir pela gramática de Antonio Pereira de Figueiredo, oratoriano. Enquanto esperava mais professores régios chegarem ao reino, preferiu deixar algumas escolas fechadas a permitir que jesuítas ensinassem nelas (D’AZEVEDO, 1922, p. 338).

Antônio Pereira de Figueiredo, foi um padre oratoriano, nascido em Mação no ano de 1725. Ele foi canonista, historiador, linguista, músico, deputado da Real Mesa Censória, sócio fundador da Academia das Ciências. Durante o período pombalino, ele foi um dos principais arquitetos do estabelecimento das bases teóricas e educacionais a serem seguidas para combater a expansão educacional jesuítica. Ele teve suas obras em destaque na educação portuguesa; seu livro *Novo methodo da grammatica latina reduzido a compendio para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, publicado em 1752, foi bem aceito por Pombal em substituição aos livros jesuíticos que foram proibidos, depois do Alvará de 28 de julho de 1759. A forma de ensino presente nele e sua aplicação na educação aumentaram ainda mais a rivalidade existente entre os oratorianos e os jesuítas (PEREIRA, 2019, p.57).

A polêmica entre “Metodistas” e “Alvaristas”, ou entre oratorianos e jesuítas, transcende as circunstâncias da reforma, além de se mostrar mais complexa do que uma simples oposição entre o método antigo e outro novo de se ensinar Gramática Latina (OLIVEIRA, 2006, p. 96).

Além de Antonio Pereira Figueiredo com sua gramática, existem outros escritores e obras que ganharam destaque no período pombalino. Marques (2009, p. 161-163), em seu artigo "Os Congregados de Braga, no contexto do Oratório Português", relata outros exemplos, como Verney, com o *Verdadeiro Método de Estudar*; o padre José Dias, que publicou obras tanto de Lógica como de Metafísica, e ganharam fama no período, tendo de ser republicadas em 1783 e 1784; e o padre João Bernardes, com duas obras de Filosofia escritas em língua latina.

A reforma educacional ocorrida em 1772 já havia sido planejada anteriormente. O Alvará de 30 de setembro de 1770 já mencionava a substituição das aulas de leitura, que eram

realizadas pelas escolas jesuíticas e que, a partir de então, deveriam ser entregues aos oratorianos. Os métodos de ensino aplicados pelos jesuítas, segundo a lei, atrapalhavam e atrasavam o desenvolvimento dos alunos. “Nas escolas de ler e escrever se praticava até agora a lição de processos litigiosos e sentenças, que somente servem de consumir o tempo”, ou seja, era um desperdício de tempo que poderia ser melhor aproveitado com métodos novos que seriam aplicados pelos oratorianos, enquanto o método anterior “Hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial” (PORTUGAL, 1829, p. 498).

Azevedo (1841, p. 175) afirma que a Universidade de Coimbra possuía entre 5 e 6 mil alunos, também estava corrompida pelos métodos jesuíticos e seus descasos. A questão monetária estava acima da aprendizagem. Os alunos que não quisessem ir à Universidade estudar “erão dispensados de assistir, com tanto que pagassem o direito de presença, isto é, o de não assistirem pessoalmente”. Não é por acaso que Sebastião José de Carvalho e Melo se destacou devido às reformas educacionais e também à forma como lidou com as ordens religiosas. Imortalizado na história como Marquês de Pombal, viveu 83 anos, vindo a falecer em sua propriedade, na quinta de Pombal, no dia 8 de maio de 1782. Deixou sua marca registrada na história e permanece até hoje, sendo um dos homens mais importantes na história política e administrativa portuguesa (JAEGGER, 1960, p. 6).

### 3 AS ORDENS RELIGIOSAS

Os termos “ordens religiosas” e “congregação”, são vulgarmente usados para atribuírem as diferentes instituições religiosas, no entanto, eles são diferentes. Na ordem religiosa é necessário fazer um voto solene público conforme o Código Canônico, enquanto na congregação não é necessário. Outra diferença é que as congregações só passaram a ser criadas em 1784, com a aprovação de Pio VI (FRANCO, 2007, p. 261-262).

O catálogo de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nos mostrou que existe uma enorme quantidade de trabalhos que abordam, principalmente, a educação fornecida pelos padres jesuítas, enquanto as outras ordens costumam ser deixadas de lado. Para se ter uma ideia, até o ano de 2021, existiam cerca de 608 dissertações e 162 teses que têm como objeto de estudo a educação fornecida pelos jesuítas, o que representa mais da metade de todas as outras publicações relacionadas às outras ordens religiosas. Com relação aos padres franciscanos, ordem com maior predominância em Sergipe, existem 91 dissertações e 54 teses; já sobre os oratorianos, são 12 dissertações e 7 teses; os trabalhos que tratam dos carmelitas somam 32 dissertações e 13 teses<sup>25 26</sup>.

De acordo com Souza (2003, p.141), pertencer a uma ordem religiosa tinha três grandes vantagens: a primeira é o poder religioso, por meio dele era possível abrir várias portas na sociedade; o segundo é o econômico, as igrejas costumavam ser ricas e grandiosas, frutos de doações em consequência de conversão e por serviços prestados; o terceiro é educacional, uma vez que seus membros sabiam ler e escrever, algo pouco comum entre as pessoas da época.

Os primeiros educadores em Sergipe, assim como nas demais partes do Brasil, foram os padres católicos, compostos principalmente por jesuítas, porém não exclusivamente por eles. Além dos Inacianos, no Brasil, existiam também Carmelitas, Beneditinos, Franciscanos, entre outros. O primeiro grupo religioso a chegar ao Brasil foi o dos Franciscanos, mas eles não tinham a intenção de catequizar os índios e lhes ensinar (ARAUJO, 2007, p. 30).

D. João III foi o responsável por colocar a educação dos ameríndios nos primeiros séculos de contato com os portugueses sob os cuidados dos padres jesuítas, tendo como principal responsável o padre Manoel da Nóbrega. O ensino se dava na “Língua Geral”, nome

---

<sup>25</sup> As informações foram obtidas com base em consultas e leituras dos resumos no catálogo de teses e dissertações da Capes.

<sup>26</sup> Maiores informações poderão ser obtidas na tabela do apêndice.

dado à mistura da língua latina com as línguas indígenas. Somente por volta de 1649 chegariam os primeiros padres ao Brasil com o objetivo de oferecer as primeiras aulas e catequizar os índios. Eles foram Antonio Pires, Leonardo Nunes e Vicente Rodrigues. Por meio deles foi criado o colégio jesuítico chamado Colégio de Meninos (GAUER, 2007, p. 83-84).

O colégio jesuítico no Brasil foi fundado muito tarde quando comparado com Portugal. Em Coimbra, o primeiro colégio dirigido pelos padres da Companhia de Jesus foi fundado em 1542. Foi a partir dele que se deu a autorização para preparar missionários destinados a expandir a educação nos territórios ultramarinos, dando os primeiros passos para a implantação da educação no Brasil (CARDOSO, 2002, p. 79). Niskier (1995, p. 47), em *Educação Brasileira: 500 anos de História 1500-2000*, salienta que no Colégio de Meninos de Jesus, criado na Bahia, existia um centro eficaz de catequese e civilização das crianças. Seu benefício foi indiscutível para a época, pois ajudava a “domesticar” e converter os índios em praticantes do cristianismo. Santos (2011, p.3), menciona que a escola foi fundada em 1554, período em que ainda não existiam outras ordens religiosas ministrando aulas no Brasil, e permaneceu em pleno funcionamento até o ano de 1763. Ela fornecia curso de ler, escrever, gramática e elementos do latim.

De acordo com Mesquida (2013, p. 240), em seu artigo "Catequizadores de índios, educadores de colonos, soldados de Cristo", com pouco tempo de chegada dos inicianos ao Brasil, eles criaram dezenas de colégios, dos quais se destacam o Colégio da Baía (1549), o Colégio de Piratininga (1550), o Colégio de Porto Seguro (1552), o Colégio dos Meninos de Jesus, de São Vicente (1553) e o Colégio do Espírito Santo (1555). Não demorou muito para chegarem ao Brasil outras ordens religiosas que deveriam ajudar na catequização e dominação dos índios. “Além dos jesuítas, também participaram da catequese os carmelitas, segundo grupo regular que chegou ao Brasil. O terceiro grupo a chegar foi o dos beneditinos e logo após os franciscanos”<sup>27</sup> (GAUER, 2007, p. 84). Somente no século XVII os oratorianos se instalariam no Brasil para exercer atividades educacionais (ANDRADE, 1978, p. 5). Os diversos grupos que aqui chegavam logo passaram a competir entre si, principalmente os oratorianos e os jesuítas, algo que se agravou no período pombalino.

---

<sup>27</sup> A classificação de Gauer está relacionada a chegada e permanência no Brasil. Quando falamos do primeiro grupo de modo geral a chegar no Brasil (sem a intenção de ficar), foram os padres franciscanos, junto da esquadra de Cabral. Destes podemos destacar o frei Henrique Soares de Coimbra, primeiro padre a pisar e santificar as terras brasileiras (MIRANDA, 1969, p.47-48).

No Brasil, os primeiros alunos foram os filhos dos indígenas, os órfãos de Lisboa enviados para o Brasil e os filhos dos portugueses que viriam a nascer aqui. As primeiras aulas estavam voltadas ao abecedário e ao estudo de latim (LEITE, 1937, p. 23). O objetivo do Estado em deixar os clérigos como responsáveis pela educação não era acabar com o analfabetismo ou mesmo ensinar latim aos índios e portugueses que se encontravam no Brasil. Pelo contrário, era um ensino voltado à formação humanística e preparatória dos filhos da nobreza e da nascente burguesia para o acesso à Universidade, até porque só teria acesso à escola de Gramática Latina quem já soubesse ler, escrever e contar (SOUZA, 2011, p. 26).

Conforme afirma a professora Joselita Júnia Viegas Vidotti, em seu livro *Política de língua estrangeira: o século XIX no Brasil*, o ensino de línguas no Brasil, a princípio, foi baseado no latim. O latim era o idioma da Igreja, da filosofia, da ciência, dos negócios. As pessoas cultas usavam o latim como língua internacional da sabedoria. Por isso, era tão valorizada pelos jesuítas (VIDOTTI, 2013, p. 19).

O poderio dos jesuítas da educação nos territórios portugueses no decorrer dos anos estava perdendo prestígio, principalmente na segunda metade do século XVIII. O motivo que levou à desaprovação entre os portugueses, inclusive de Marquês de Pombal, foi o fato de o ensino clássico oferecido pelos clérigos estar supostamente atrasando o país tanto no sentido educacional quanto no econômico, o que levou a uma mudança drástica em toda a administração portuguesa. A substituição dos professores jesuíticos pelos professores régios deu força aos demais grupos católicos que se encontravam nos domínios portugueses. A quantidade de jesuítas em Portugal era tanta que, mesmo substituindo-os por padres de outras ordens no período pombalino, ainda não foi suficiente para manter o ensino de forma constante e regular. Algumas escolas tiveram de ser fechadas por falta de professores (ARAÚJO, 2007, p. 31).

Os professores régios enfrentaram muitas dificuldades. Entre elas está a falta de respeito por parte das autoridades locais, de eclesiásticos e de seus alunos. O padre oratoriano Manoel Álvares não simpatizou com a ideia pombalina de retirar os jesuítas, preferindo apoiar os inicianos em vez da ordem a que ele mesmo pertencia (FRANCO et al., 2019, p. 84-85). Pombal preferiu fechar as escolas que não tinham professores a deixá-las sob o controle jesuítico. “Combater a ignorância, e suprimir os erros, que durante dois séculos a pedagogia jesuítica havia instilado na mentalidade portuguesa” era mais importante (AZEVEDO, 1922, p. 285). De acordo com o novo Alvará, as aulas régias passariam a ser autônomas e isoladas, com um

único professor. Esse professor teria um cargo vitalício e ensinaria em língua portuguesa aos ameríndios. Os manuais deveriam ser atualizados e modernos, conforme as exigências pombalinas. Após a retirada dos seguidores de Loyola, Pombal pretendia trazer avanço na educação com métodos e conteúdos novos. Ele reformou o ensino de humanidades em 1759; fundou o Colégio Real dos Nobres em 1761; criou 837 cadeiras de primeiras letras em 1772 e no mesmo ano reformou a Universidade de Coimbra (ASSUNÇÃO, 2006, p. 347).

“A expulsão da Companhia havia deixado no mundo um imenso vazio pedagógicos” (ANDRADE, 1981, p. XXVIII). Por outro lado, o vazio pedagógico aos poucos seria completado por clérigos de outras ordens, começando pelos padres próximos ao rei até as regiões ultramarinas. Os jesuítas foram afastados e obrigados a abandonar os domínios portugueses, aos poucos sendo substituídos pelos superiores dos franciscanos e dos carmelitas. A Coroa previa “desmontar o poderio da Ordem de Santo Inácio, abolindo os métodos pedagógicos vigentes há séculos, em todos os domínios do Reino” (VERRI, 2005, p. 185). Essa atitude beneficiaria as demais ordens religiosas que quisessem expandir seu evangelho e seu método de ensino.

Após a retirada dos jesuítas da educação, as outras ordens religiosas poderiam ensinar seguindo as diretrizes e ordens vindas da monarquia, atitude que nem sempre era cumprida, levando a perseguições delas também, porém com menos força do que a realizada contra os jesuítas. De acordo com Araújo, não demorou muito para que Pombal também perseguisse “os carmelitas, beneditinos e franciscanos”. Tudo para tentar colocar Portugal dentro dos moldes encontrados nos países mais desenvolvidos, como França e a Inglaterra (ARAUJO, 2007, p. 62).

### 3.1 OS JESUÍTAS

Os trabalhos que abordam os jesuítas são bem variados, dos quais podemos destacar pesquisas relacionadas à educação, à pregação, às missões, à ciência e à sua expulsão do reino português. A ordem Inaciana é privilegiada não só pelos pesquisadores da atualidade, como também do passado. A ordem religiosa católica sobre a qual mais se escreveu e que teve suas obras mantidas no decorrer do tempo com menos perdas de conteúdo foi ela. Talvez esse tenha sido o principal motivo de mais pesquisadores se interessarem em estudá-la, uma vez que as

outras ordens não conseguiram preservar suas obras e documentos históricos com tanta perfeição (MARQUES, 2009, p. 137).

O professor José Eduardo Franco é um exemplo de pesquisador na área de história da educação portuguesa que se dedicou a estudar a história dos jesuítas mais a fundo. Ele tem pesquisado documentos e informações relevantes sobre como ocorreu a educação em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, região portuguesa do além-mar. Ele possui vários trabalhos que abordam as realizações jesuíticas nos domínios portugueses, entre os quais se destacam sobre essa temática os 30 volumes da obra completa do padre Antonio Vieira e os livros *Jesuíta e ilustração: cumplicidades e confrontações*; *Jesuítas e ilustração: Rupturas e continuidade*; *o mito dos Jesuítas em Portugal e no Brasil* e *O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro-ministro de D. José pela maçonaria*.

Entre os jesuítas que são muito discutidos e pesquisados no período pombalino está o padre Gabriel Malagrida, principalmente por se opor à administração do Marquês de Pombal. O padre Malagrida foi um dos principais responsáveis por assustar as pessoas dizendo que os males ocorridos em Portugal no período pós-terremoto eram uma punição divina pelos atos da administração do ministro do rei (ARAÚJO, 2007, p. 71). Sena-Lino (2020, p. 371) chega a dizer que a radicalização e divisões de lados, antipombalino e filopombalino foram causadas pelas mensagens e cartas do padre Malagrida.

Malagrida costumava escrever livros e folhetos com temáticas bíblicas comparando-as a acontecimentos recentes. O terremoto ocorrido na Europa, em um de seus folhetos, *Esther, Mardocheu e Aman*, seria uma demonstração da insatisfação de Deus para com a vida moral dos portugueses. O padre usava a ironia e a sátira para confrontar a nobreza portuguesa, não sabendo que Pombal faria tudo o que estivesse a seu alcance para eliminar seus inimigos (SILVA, 2017, p. 131-133).

Depois que Malagrida teve a audácia de fazer folhetos que iam contra o Estado português, Pombal decidiu puni-lo, expulsando-o para Setúbal e queimou todos os seus folhetos, mas não foi suficiente para resolver o problema. A oposição dele contra Marquês de Pombal foi tanta que, de acordo com a tradução feita por Castelo Branco da obra de Paulo Mury, intitulada *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus: apóstolo do Brasil no século XVIII estrangulado e queimado no Largo do Rocio de Lisboa aos 24 de setembro de 1761*, foi necessário fazer uma armação para que Malagrida fosse condenado à morte e não pudesse atrapalhar os planos de Pombal.

“Quanto á obra sobre o Anti-christo- acrescentou o padre Homem, não foi auctor d’ella Malagrida; mas sim o infame padre Platel, o ex-capuchinho Norbert, estipendiado por Pombal para calumniar os seu adversarios:” Este miseravel recebia pelo seu infame mister uma pensão de 1:300\$000 rs (MURY, 1875, p. 174).

Luiz Gonzaga Jaeger (1960, p. 18), em *A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760: Exame crítico-histórico no seu bicentenário*, chama nossa atenção para o fato de que a idade avançada pode ter causado algum problema mental em Malagrida, pois este começou “a escrever coisas próprias de um demente”. O infeliz ancião foi condenado por juízes, intimidados por Carvalho, a ser garrotado pela mão e queimado em praça pública de Lisboa. Antes de morrer, Malagrida chegou a escrever várias cartas e textos destinados, principalmente, a membros de sua família e da Companhia de Jesus, totalizando mais de 60 documentos; destes, destacavam-se um livro sobre o terremoto de 1755 e outro com o título *Vida e império do Anticristo* (FURLAN, 2018, p. 76). Os acontecimentos com o padre Malagrida deram margem para que vários pesquisadores quisessem conhecer sua história mais a fundo, como, por exemplo, Célia Cristina da Silva Tavares e Zulmira C. Santos, que possuem obras publicadas sobre ele.

Camilo Castelo Branco (1825-1890) é um dos tradutores e escritores antipombalinos que merecem nossa atenção, principalmente por abordar o governo de D. José I contra os jesuítas como atitude errônea e motivada por Marquês de Pombal. Entre as obras famosas em que está envolvido, seja traduzindo ou escrevendo, estão: *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus* (1875); *O perfil do Marquez de Pombal* (1882) e *Camilo Castelo Branco na cadeia da relação do Porto* (1917). Nas obras, ele busca desfazer a imagem de Sebastião José de Carvalho e Melo e passa a mostrá-lo como vilão, homem capaz de fazer tudo o que está a seu alcance para atingir seus objetivos, mesmo que para isso tenha de incriminar inocentes, como foi o caso do padre Malagrida.

Quando falamos em educação no Brasil, sem sombra de dúvida, a importância dos jesuítas é inquestionável. Leite (1934, p. 24), no seu livro *Páginas de História do Brasil*, escreve que “Onde existia uma casa de jesuítas logo se erguiam uma igreja e uma escola: pão de espírito completo!” Eles fundaram as primeiras escolas e bibliotecas brasileiras. Os professores Barreto e Santos (2013, p. 27-28), em *Indícios da educação jesuítica na capitania de Sergipe (1575-1759)*, mencionam que a primeira escola brasileira foi criada em Salvador. Entre os principais

problemas enfrentados estava convencer os índios a não comerem carne humana. Os jesuítas não só queriam ensinar a ler e escrever, como também pretendiam fazer um curso de Teologia e Ciências Sagradas. Nesses cursos, seriam estudados: Gramática Latina, Humanidades e Retórica, Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

Outro ponto muito pesquisado com relação aos jesuítas, e o que mais nos interessa neste trabalho, é a forma como eles lidaram com a educação portuguesa. Alguns pesquisadores costumam afirmar que esses religiosos eram os responsáveis pelo período das trevas educacionais em Portugal. Historiadores pombalistas culpam os jesuítas pelos problemas do ensino e pelo atraso no desenvolvimento português. No entanto, isso não significa que era verdade, até porque existem diversos fatores envolvidos, e os jesuítas eram apenas um deles. O Marquês de Pombal, inclusive, tinha muito a agradecer aos jesuítas, uma vez que ele era “jesuíta de nascimento e por educação” (AZEVEDO, 1922, p. 314). Por mais contraditório que possa parecer, boa parte dos iluministas europeus que rejeitavam a forma de ensinar dos inicianos teve sua formação em escolas e em universidades direcionadas por eles (FRANCO et al., 2019, p. 24).

Oliveira, em seu livro *A historiografia brasileira da literatura inglesa: Uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*, já dizia que muitos pesquisadores associam o vocábulo jesuíta a atraso educacional português em relação aos países desenvolvidos da Europa (OLIVEIRA, 2015, p. 28). Falcon, por sua vez, afirma que os jesuítas foram alvos e vítimas da política pombalina. “Adversário real do plano político, o jesuíta é também, até certo ponto, uma espécie de ‘bode expiatório’, sobretudo nos casos concretos de Portugal e Espanha” (FALCON, 1993, p. 135-136).

A professora Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa (2016), em seu trabalho *O ensino e a ciência nas instituições inicianas do mundo luso de setecentos*, deixa claro que muitos professores jesuítas tinham conhecimento das ciências mais modernas e estavam atualizados, porém não podiam repassar esse conhecimento em suas aulas por não fazerem parte do estatuto educacional, uma vez que a base dele era aristotélica. Todavia, existiam trabalhos científicos produzidos por eles, inclusive do padre Antonio Vieira (1703-1768), que ministrou o *Cursus Philosophicus* no Colégio de Santo Antão, no período de 1739 a 1742 (ROSA, 2016). Além disso, o gosto de D. João V pela ciência não começou por causa dos oratorianos, mas por indicação dos jesuítas, especificamente por meio de Luis Gonzaga (1666-1747). Ele despertou o interesse do rei pela ciência astronômica, levando-o a criar os primeiros observatórios

astronômicos do Paço Real e, pouco depois, o Gabinete de Física Experimental da Casa das Necessidades, pertencente aos oratorianos (FRANCO et al., 2019, p. 20).

Estudiosos do passado, como Émile Durkheim (2010), em sua obra *Educação e sociologia*, como também da atualidade, Wilson Alves de Paiva (2015), em sua obra *Legado dos Jesuítas na Educação*, já fizeram algumas pesquisas que mencionam a importância dos jesuítas para a educação portuguesa e desmentindo o fato de eles serem os únicos responsáveis pelos problemas educacionais portugueses. Até porque os primeiros passos científicos, principalmente na área humanista, foram dados pelos padres jesuítas. Eles foram os responsáveis pelas primeiras evoluções na educação portuguesa utilizando um método único em diversas partes do mundo, o famoso *Ratio Studiorum*.

Azevedo nos informa que

Em dois séculos ou, mais precisamente, em 210 anos, que tantos se estendem desde a chegada dos primeiros jesuítas até a expulsão da Ordem pelo Marquês de POMBAL, em 1759, foram eles quase os únicos educadores do Brasil: os religiosos, de outras ordens, franciscanos, carmelitas e beneditinos, não só se fixaram entre nós mais tarde, em 1580, como também, fiéis à tradição monacal, mantinham um regime de vida mais ascética e apartada e, se já começavam então a romper o isolamento primitivo e a dedicar-se à pregação e a obras mais práticas, não davam à função educadora o papel primordial que ela assumia no plano de atividades dos jesuítas (AZEVEDO, 1944, p. 288).

Temos de ter em mente que as conquistas dos inicianos na educação não foram de uma hora para outra, mas aconteceram aos poucos, sendo bem planejadas por um método conhecido como *Ratio Studiorum Atque Institutio Societatis Iesu*, construído em um período de cerca de 50 anos. Ele foi criado em 1593 e definia princípios comuns que pudessem ser usados pela Ordem em toda a Europa como forma de ensino e de expansão rápida de seu evangelho, tendo como principal clientela os jovens, pois era mais fácil moldar suas personalidades, diferentemente das pessoas adultas (FRANCO et al., 2019, p. 49-50, 71). A igreja e a escola aparecem na vida colonial tão irmanamente que não havia aldeia indígena nas vilas ou na cidade que, ao lado, não tivesse uma escola de ler e escrever para meninos (AZEVEDO, 1944, p. 131).

No catálogo da Capes, existem 30 dissertações de mestrado e 18 teses que têm como objeto de estudo cadastrado o *Ratio Studiorum*<sup>28</sup>; observando esses estudos, temos o professor Dr. José Maria de Paiva, pertencente ao departamento de pós-graduação em Educação da

---

<sup>28</sup> Maiores informações poderão ser encontradas no apêndice E.

Universidade Metodista de Piracicaba, como orientador da maioria dos trabalhos com essa temática<sup>29</sup>. Paiva deixa claro que a educação fornecida pelos jesuítas não era voltada para os índios. A preocupação dos jesuítas era criar colégios para atender “os filhos dos principais”, portugueses da alta sociedade que se encontravam no Brasil. Esses filhos seriam “advogados, ocupariam cargos públicos, possibilitariam a sociedade se reproduzir” (PAIVA, 2011).

De acordo com Andrade (1981, p.VII), a pedagogia pregada pela Companhia de Jesus era exaltada como um instrumento eficaz de modernização, no entanto, as autoridades, antes de Pombal, vinham ignorando seu resultado e sua eficácia. Sebastião José, foi corajoso ao questionar seus métodos, o que gerou “um duelo travado desde o século XVII contra a didáctica dos Jesuítas, por um Gaspar Schopp e um Francisco Sanchez”, combate este que permaneceria no século XVIII, com os oratorianos e membros de outras ordens.

A educação era uma forma utilizada pelos padres não só para evangelizar como também dominar a população. Os jesuítas utilizavam esses métodos no Brasil e em outras regiões dominadas por Portugal, como é o caso dos territórios das Índias. Eles usavam os Colégios com o propósito de “propagar o Evangelho, e de se dilatar o Dominio” (BARBUDA, 1841, p. 39). Os inicianos tinham privilégios que as outras ordens religiosas não tinham, o que facilitava o seu domínio. A Companhia de Jesus, que tinha “privilégios nas esferas pedagógica e missionária, conferidos pela Santa Sé e reconhecidos pelos reis portugueses”, tornou-se “uma das instituições religiosas mais ricas da América Portuguesa”. Além disso, tinham autonomia nos domínios portugueses (ARAÚJO, 2007, p. 31).

O método Inaciano foi um artifício conservador de ensino que chamou a atenção de centenas de estudiosos, dentre os quais podemos citar como exemplo: Iria Aparecida Storer di Piero, que publicou *Ratio studiorum, educação e ciência nos séculos XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida* e Yara Kassab, que publicou *estratégias lúdicas nas cartas dos primeiros jesuítas da américa portuguesa*. Já dizia Azevedo (1944, p. 128), em seu livro *A cultura brasileira*, que o jesuíta é o “primeiro mestre do Brasil que, compreendendo o alcance desse instrumento verdadeiramente eficaz de penetração que é a escola elementar, criou escolas e ergueu colégio em toda parte”.

A educação não era mantida pelo Estado antes do período pombalino, o que significa que todo o investimento educacional era vindo dos fundos da própria igreja. Sousa e Cavalcante

---

<sup>29</sup> No catálogo de teses e dissertações da Capes, menciona-se que Paiva orientou nove teses sobre os métodos jesuítas até 2021, sendo o professor que mais aparece como orientador de teses abordando o método Ratio Studiorum.

(2016, p. 81), no trabalho *Os Jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República*, afirmam que, no âmbito da escolarização propriamente dita, se observa a relação entre o financiamento e suas ligações com o sistema colonial. Nesse primeiro momento da constituição de um projeto educacional no Brasil, que durou de 1549 a 1759, o Estado delegou aos jesuítas o privilégio da administração educacional, da constituição da infraestrutura escolar e do exercício do magistério público. Esse processo ocorreu a partir do que se denominou autofinanciamento, ou seja, a maior parte dos recursos era próprio ou obtido pelos próprios jesuítas, sem a necessidade do governo.

A quantidade de clérigos era enorme em Portugal. No ano de 1777, foi feito um levantamento populacional na cidade de Lisboa pelo duque Chatelet, contando-se cerca de 2,06 milhões de pessoas, sendo que destas mais de 200 mil eram frades, padres e freiras que consumiam os rendimentos do Estado sem nada produzirem. O clero e a nobreza buscavam um mesmo fim: ter controle da riqueza e do poder político, algo que era deplorável na administração do Marquês de Pombal, de acordo com Palmella, escritor filopombalino (PALMELLA, 1882, p. 31-35). Algo parecido afirma Pereira (2019, p.78), em sua obra *Um político católico no tempo das luzes*, ao dizer que as motivações da Companhia de Jesus eram econômicas, tendo seus bens apreciados por Pombal após sua expulsão como erário régio, a ponto de serem confiscadas para preencher o vácuo do tesouro real causado por ela.

Aos Inacianos, com pouco tempo de chegada a Portugal, foi logo confiada a direção do Colégio das Artes em 10 de setembro de 1555. O “controle do Colégio significava praticamente controle de toda a Universidade”. Os estudos menores e as Universidades de Coimbra e Évora estavam nas mãos dos discípulos de Loyola. Por esse motivo, Pombal culpa os jesuítas pelo atraso educacional ocorrido em Portugal no período setecentista, uma vez que a Companhia de Jesus estava controlando as instituições de ensino existentes em Portugal (BEAL, 1976, p. 322).

Lorhany Cordeiro Ribeiro (2015, p. 27), em *Chronologia da Congregação do Oratório de Goa: a construção da “santidade” do padre José Vaz na crônica de Sebastião do Rego (XVIII)*, destaca que os jesuítas foram de suma importância na origem da congregação oratoriana, grupo majoritário a assumir a educação portuguesa após a sua retirada em diversas regiões de Portugal e do mundo. A formação dos oratorianos foi baseada nos conhecimentos adquiridos dos jesuítas. A aldeia de Margão, situada na província de Salsete, por exemplo, teve sua origem no século XVII, por meio das atividades deles. Na província, havia 14 igrejas da Companhia de Jesus, e foi por meio delas que “houve a formação sacerdotal de grande parte

dos membros do Oratório de Goa”. De acordo com Mello (2007, p.141), a formação da junta das missões cristãs católicas em Goa era composta de forma mista até o ano de 1774, quando foi extinta por Pombal. Entre os padres que a compunham estavam Fr. Nicolau da Conceição (capuchinho), Fr. Gonçalo de S. José (franciscano), Pe. Antônio Rodrigues (jesuíta) e Pe. Manuel Martinho Xavier (oratoriano).

De acordo com Gilda Maria Whitaker Verri (2005, p. 175), em sua tese *Tinta sobre papel: livros e leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808*, muitos alunos estavam infelizes com os ensinamentos passados pela ordem jesuíta. Segundo a autora, Ribeiro Sanches teria sido vítima da má formação inaciana. Ele chegou a cursar Direito Civil em Coimbra, mas abandonou por decepção e deficiência dos professores, preferindo estudar Medicina em Salamanca. Ele ficou tão decepcionado com os métodos aplicados pelos jesuítas que resolveu fazer um livro tratando do assunto. No seu livro *Carta sobre a Educação da Mocidade*, ele destaca que os filhos dos nobres com faixa etária entre 7 e 13 anos deveriam estudar disciplinas como Retórica, Poética, Grego, Latim, História, Inglês, Francês, Lógica, Geografia Náutica e Arquitetura Militar. Os pontos levantados por ele foram bem vistos por Pombal, que futuramente acataria muitas de suas instruções para a criação do Colégio dos Nobres (ASSUNÇÃO, 2006, p. 348).

Kenneth Maxwell (1997, p. 72), em *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, esclarece que os jesuítas não tinham apenas o Estado português como inimigo, pois outras ordens da própria igreja católica tinham inveja e queriam se destacar também. Ele diz que “Alguns dos inimigos mais sinceros dos jesuítas vieram de dentro da estrutura eclesiástica”. Assim, os inacianos não só foram acusados de obscurecerem o desenvolvimento do reino, como também houve ataques de outros grupos católicos.

O professor Claudio de Britto Reis (1987), em *O Marquês de Pombal e as imagens da verdade*, salienta que Pombal também foi vítima de ataques preconceituosos de historiadores antipombalistas, uma vez que, como ministro de D. José I, estava cumprindo ordens dadas pelo rei contra os jesuítas. O rei era o responsável por todas as ações tomadas dentro dos territórios portugueses. Por outro lado, Pombal, por mais que tivesse a intenção de aniquilar os jesuítas, não poderia fazer isso sem a autorização de D. José I. Franco e Rita (2004, p. 28), por seu turno, em *O mito do Marquês de Pombal*, destacam que todas as ações de Pombal tiveram a aprovação do rei, tanto as positivas quanto as negativas, uma vez que D. José I “lhe delegou poderes

extraordinários para agir, poderes nunca até então cedidos a um ministro na história política da monarquia portuguesa”.

### 3.2 OS ORATORIANOS

Os estudos menores estavam sob a administração da Companhia de Jesus por cerca de dois séculos, e a sua retirada para colocar os oratorianos era da vontade do rei, uma vez que isso beneficiaria o reino (OLIVEIRA, 2010a, p. 117). Os oratorianos estiveram muito presentes na educação do Brasil depois da retirada dos jesuítas, em 1759. Apesar disso, quando comparamos a quantidade de documentos existentes que tratam dos jesuítas com a quantidade que trata dos oratorianos, podemos ver que o número é quase escasso, principalmente em relação às Congregações dos oratorianos e sua forma de ensino nos domínios portugueses. Dos 19 trabalhos que constam no banco de dados da Capes, 12 são dissertações e 7 são teses<sup>30</sup>.

Os trabalhos abordam diferentes assuntos, dentre os quais podemos citar: religiosidade, arquitetura, educação, pessoas e igrejas específicas. Entre os pesquisadores que costumam estudar os oratorianos, podemos destacar Vivien Fialho da Silva Ishaq (2004), que possui alguns trabalhos sobre o assunto, dos quais podemos mencionar a tese defendida na Universidade Federal Fluminense, *Catolicismo e Luzes: a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII*, que afirma que o Oratório português se inspirou no programa curricular do ensino ministrado nos colégios franceses que tinha incorporado a reforma escolástica, a filosofia cartesiana e a luta contra as manifestações religiosas características do período barroco. Suas atitudes ganharam a aprovação de D. João V e uma proteção especial contra possíveis ataques dos jesuítas.

Podemos destacar também o pesquisador José Luís Brandão da Luz (2017), que publicou diversas obras sobre os oratorianos, dentre as quais podemos citar a obra *Bartolomeu de Quental, pregador da redenção do homem*, que trata de mostrar como e quais foram as contribuições do padre Bartolomeu de Quental na congregação oratoriana e na educação fornecida por ela. O pesquisador José Marques (2009, p. 135), em artigo da revista *Misericórdia de Braga*, afirma que as primeiras congregações nos domínios portugueses foram em Lisboa (1668), Freixo de Espada à Cinta (1673), Porto (1680), Braga (1686), Viseu (1688), Estremoz

---

<sup>30</sup> Maiores informações no Apêndice F.

(1697), e logo depois foram abertas mais duas congregações em territórios ultramarinos, em Goa e em Pernambuco.

A existência dos oratorianos em Portugal só foi concedida por Roma em 1º de janeiro de 1668, tendo o padre Bartolomeu do Quental como responsável pela congregação a partir do dia 23 de março, apesar de que os trabalhos dos oratorianos só foram iniciados no dia 16 de julho de 1668. A aprovação dos oratorianos pelos portugueses era grande. Uma prova disso é que em menos de dois anos de fundação já existiam dez congregações nos territórios portugueses e um estatuto com as virtudes e a moralidade que deveria ser seguida pelos cidadãos que quisessem pertencer à ordem oratoriana (LUZ, 2017, p. 436).

Cristofé Lage Gomes (2016, p. 26), em seu trabalho *O Padre Bartolomeu do Quental: fundador da Congregação do Oratório em Portugal*, destaca que a instrução e a formação recebidas pelo padre Quental, principal responsável pela educação oratoriana em Portugal, eram fundamentadas no ensino jesuítico, na medida em que seu mentor era o padre Diogo Fernandes, um dos mais prestigiados professores da Universidade de Évora. A Congregação oratoriana defendia a pureza ortodoxa e a necessidade de alargar a oração mental, prática que daria origem ao nome da ordem religiosa – oratorianos (SARTIN, 2013, p. 5).

O padre Bartolomeu do Quental assumiu em um período difícil, pois Portugal passava por crises econômicas, sociais, militares, educacionais e religiosas, vivenciando uma época conturbada (GOMES, 2016, p. 17). Ele recebeu proteção régia durante seus trabalhos, valorizando a igualdade entre seus membros, a disciplina e os princípios divinos. Luz (2017, p. 434-435) afirma que a escolha de Quental foi um acerto precioso para a valorização da fé católica e ao mesmo tempo para fortalecer os estudos religiosos e científicos em Portugal. Ele era uma pessoa extremamente capacitada para o cargo, visto que tinha diversas formações e uma boa reputação moral, considerada impecável para assumir a liderança. Ele já tinha sido pregador da capela real e confessor do paço; tinha concluído os mais altos estudos para o sacerdócio; era mestre em Artes pela Universidade de Évora, doutor em Filosofia, e mais tarde mestre em Teologia, área que sempre apreciou, principalmente no trabalho de pregação.

Falcon (1993, p. 208), em *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*, já dizia que os oratorianos haviam sido os principais responsáveis pelas reformas pedagógicas que se contrapunham os métodos jesuíticos, tendo tais métodos a aprovação de Pombal futuramente. Assim, “Os problemas de uma renovação pedagógica e até mesmo de uma atualização do próprio conteúdo do ensino situam em lugar de destaque a atuação dos

oratorianos”. No entanto, de acordo com Teles (2019, p.81), devemos deixar claro que a substituição dos jesuítas pelos oratorianos, como responsáveis por conduzir boa parte das reformas educacionais de interesse do Estado, não trouxe ao ensino português alterações expressivas na educação do reino.

A professora Bonifácio (2017, p. 28), em *Uma Educação para a vida*, destaca a forma de ensino dos oratorianos de uma maneira diferente da praticada pelos jesuítas, uma vez que os “oratorianos vinculavam-se, principalmente, ao aprendizado da leitura e da escrita, da prática religiosa, de valores morais, da música, canto e teatro”. A inserção de Portugal em uma nova forma de ensinar, voltada para as ciências e as novas experiências, traria uma grande evolução, tirando o reino do atraso educacional do qual muitos culpavam os jesuítas. D. João V estava satisfeito com o trabalho dos oratorianos, a ponto de recompensá-los com um hospício, que poderia ser usado como centro de ensino, localizado ao fundo da Igreja das Necessidades, no ano de 1745. Eles foram encarregados de ensinar “as primeiras letras, humanidades, filosofia e teologia, transformando a Casa das Necessidades [...] num foco de atração, tanto no campo do ensino das ciências naturais, quanto humanístico e literário” (FALCON, 1993, p. 210).

D. João V também doou aos oratorianos uma biblioteca com cerca de 30 mil volumes de diversas obras, inclusive de autores modernos. Entre eles, estavam Bacon, Gassendi, Lock, Antonio Genovesi, Claude Lancelot e Pereira de Figueiredo. O rei os protegia como forma de contrabalancear o predomínio da Companhia de Jesus. O ensino do oratório era semelhante ao dos jansenistas de Port-Royal, o que fez com que fosse presenteado mais uma vez em 1747, com “o privilégio perpétuo do novo método pedagógico port-royalista que tendia a superar o método alvarístico dos jesuítas” (BEAL, 1976, p. 324).

Aos poucos, eles foram se destacando e sendo valorizados, mesmo antes de Pombal assumir um cargo no governo, pois antes do período pombalino eles já tinham conquistado a aprovação de D. João V. Foi durante o seu reinado que foi publicado o *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luiz António Verney, livro que não só criticava o ensino jesuítico, mas também destacava a importância da mudança de direção nos estudos que eram aplicados pelos seus métodos (ALVES, 2011, p. 85). No entanto, para Paim (1982, p.21), o livro de Verney “nada mais seria do que um resumo do Livro I do Ensaio de Locke”.

Antes mesmo de Pombal, D. João V já acreditava nas mudanças pedagógicas para melhorar a educação portuguesa. Ele era um homem que valorizava a ciência e, durante o seu reinado, o ensino já começava a se modificar, uma vez que foram promovidos “os estudos de

astronomia e, sobretudo, concedendo seu patrocínio aos oratorianos”. No entanto, ele morreu antes de fazer uma grande mudança educacional, episódio que aconteceria com Pombal (BEAL, 1976, p. 323). Jaeger (1960, p. 6) chega a dizer que Pombal fez muito por Portugal, mas devemos deixar claro que D. João V já tinha feito várias mudanças antes do ministro. Muitos escritores tentaram esconder as benfeitorias do seu reinado para realçar as transformações trazidas por D. José I, através de Pombal. No entanto, de acordo com Marcia Eliane Alves de Souza Mello (2007, p.120) em seu livro *Fé e império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas, desde 1713* que os oratorianos passaram a ser mais favorecidos por D. João V em detrimento dos religiosos da companhia, recebendo benefícios reais e inúmeras demonstrações de amizade, como as citadas anteriormente.

O terremoto ocorrido em Lisboa em 1755 prejudicou todos os habitantes de Portugal, inclusive a congregação oratoriana. O Convento do Espírito Santo foi totalmente destruído, “o templo e o convento se reduziram a cinzas”. Quatro padres e vários habitantes que se encontravam na congregação morreram. Os padres sobreviventes tiveram de se mudar para o Convento das Necessidades (SOUSA, 1909, p. 90). No entanto, nada que até então havia acontecido prejudicaria seu crescimento no reino, até porque as reformas educacionais teriam sua congregação na liderança.

Os “oratorianos vinculavam-se, principalmente, ao aprendizado da leitura e da escrita, da prática religiosa, de valores morais, da música, canto e teatro” (BONIFÁCIO, 2017, p. 28). A inserção de Portugal em uma nova forma de ensinar, voltada para as ciências e as novas experiências, traria uma grande evolução, tirando Portugal do atraso educacional de que muitos culpavam os jesuítas. Os oratorianos não foram os únicos religiosos que discordavam e que tinham problemas com os jesuítas. Os jansenistas também deles discordavam. Eles eram antiescolásticos e inimigos comuns dos jesuítas, contrários ao ultramontanismo, e mais ou menos cartesianos”, fato que fazia ambos terem pensamentos comuns e contrários aos métodos jesuítas (FALCON, 1993, p. 209).

Existiam várias falhas nos sistemas jesuítas, dentre as quais podemos destacar: desvalorização dos autores modernos, como, por exemplo, Antonio Verney; falta de empirismo e racionalidade nos conhecimentos difundidos; uso de leitura passiva e em latim, no lugar de fazer uso das línguas vivas; e não aceitação dos novos conhecimentos que se produziam na Europa. Mesmo assim, os jesuítas chegaram a ter em suas mãos o controle do ensino por vários séculos, o que significaria que os oratorianos junto com Pombal teriam um combate com a

“Escolástica, do qual resultou a ciência renascentista e, posteriormente, a física newtoniana, acabando por transformar-se num dos baluartes da Contra-Reforma” (PAIM, 1998, p. 30).

Sebastião José se preocupou em tomar medidas úteis para preencher as vagas deixadas pelos jesuítas. Ninguém poderia ensinar sem autorização oficial, nem mesmo de forma particular. Diversos livros foram proibidos, incluindo *Prosódia*, do jesuíta Bento Pereira. Alguns outros foram readequados para o novo sistema educacional introduzido por Pombal, como foi o caso da gramática grega de Port-Royal, sendo a Congregação dos oratorianos “auctorizada a continuar o ensino das escolas da sua religião” (COELHO et al., 1885, p. 265).

Os oratorianos também se preocupavam em ensinar às pessoas com necessidades especiais. Ribeiro Sanches, inclusive, aprendeu muito com um oratoriano que se empenhava em construir “thermometros, barômetros e uma carta geographica em madeira para ensino dos cegos”. A inovação educacional era um ponto forte do ensino oratoriano (LEMOS, 1911, p. 158). Ele concordava com relação às reformas educacionais pombalinas. Eram necessárias escolas militares e para fidalgos, pois o reino precisava de soldados para os momentos de paz e de guerra, assim como precisava de pessoas capacitadas que pudessem ajudar na administração do reino. Essas características da administração pombalina seguiam as orientações de uma boa educação dos jovens portugueses, citada por Sanches em seu livro *Cartas sobre a educação da mocidade*, escritas em 1759 e publicadas em 1760.

De acordo com Lemos (1911, p. 12-13), em sua obra publicada no início do século XX, *Ribeiro Sanches: a sua vida e a sua obra*, os jesuítas ensinavam Gramática Latina, mas nunca o latim. A retórica não tinha arte, artifício ou energia. Não “davam uma ideia pelo menos da historia antiga e moderna, e da geografia do tempo dos romanos. [...] Aprender a nossa philosophia era peor que não a aprender”. Os oratorianos foram escolhidos para corrigir as falhas existentes no método anterior e, ao mesmo tempo, despertar interesse nos alunos.

Por outro lado, a tentativa de tirar os jesuítas para colocar outros padres demorou a dar resultados positivos, principalmente nas regiões ultramarinas. A educação ficou desfalcada, o Estado não estava preparado. Faltavam aulas, livros, professores e investimento suficiente. “A educação pública brasileira – ainda que ornamental, arcaica e alienada – foi simplesmente por água abaixo” (RISÉRIO, 2010, p. 235). Algo parecido afirmam Franco e Rita (2004, p. 33), ao dizerem que Pombal teve boas intenções ao mudar o ensino português, mesmo não dando os resultados esperados. Ele criou “o primeiro sistema de ensino estatal na Europa, embora os seus efeitos a curto e a médio prazo não tenham sido tão transformadores como se quis crer”.

O oratoriano que ajudou a melhorar a educação durante o período e que foi muito estudado pelos pesquisadores foi Luís António Verney. Muitos pesquisadores se dedicaram aos seus os métodos de ensino, principalmente em seu livro *Verdadeiro Método de Estudar*. Quando buscamos no banco de dados da Capes a palavra “Antonio Verney”, foi possível encontrar 18 trabalhos sobre ele, sendo destes 11 dissertações e 7 teses. Quando pesquisados trabalhos relacionados ao seu livro, encontramos 17 trabalhos, sendo destes 11 dissertações e 6 teses<sup>31</sup>.

O oratoriano Luís Antonio Verney não foi o primeiro a tentar introduzir novas práticas pedagógicas, mas foi um dos que mais ganhou repercussão e destaque. Por meio de sua obra, outros escritores também se expressaram mais livremente, inclusive alguns padres jesuítas gostaram do que leram e fizeram elogios com pseudônimos em outras obras, como é o caso do padre José Freire, que usou o nome Cândido Lusitano, na obra *Ilustração Crítica a huma Carta que hum Filologo de Hespanha escreveo a outro de Lisboa, acerca de certos Elogios Lapidares*, escrita em 1750 (ANDRADE, 1981, p. 9).

Confrontar os métodos de ensino dos Inacianos nesse período não era uma ideia sábia e exigia um ato de coragem. De acordo com Beal (1976, p.325), Verney não quis arriscar sua vida ao publicar *Verdadeiro Método de Estudar* com seu nome. Ele permaneceu anônimo por medo da Inquisição e da repercussão que a obra havia ganhado em todo o mundo e, em especial, nos territórios portugueses. Um padre capuchinho italiano se apresentou como autor das cartas no lugar do oratoriano Verney. Os jesuítas e os oratorianos já não tinham uma boa relação e o livro *Verdadeiro Método de Estudar* aumentou ainda mais a rivalidade entre eles. Os inacianos atacaram Verney profundamente por desrespeito aos métodos jesuíticos, que eles acreditavam ser “o orgulho e a gloria de Portugal”. A obra também foi desprezada por conter “ideias perigosas, especialmente a heresia do Jansenismo” (BEAL, 1976, p. 325-326).

Oratorianos e jesuítas, em rivalidade surda desde o início, entraram em choque a partir da concessão régia, em 1708, que reconheceu aos egressos das escolas oratorianas os mesmos direitos que tinham aqueles saídos das classes jesuíticas. A luta desenvolveu-se em diversas etapas, quase todas terminando com vitórias do Oratório: 1716,1725,1747. Quebrava-se o monopólio jesuítico, mas não o eclesiástico, no campo decisivo da pedagogia. Não se

---

<sup>31</sup> Informações obtidas no catálogo de teses e dissertações da Capes. Disponível em: <[https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

deve, contudo, imaginar que os oratorianos tivessem entrado na liça já munidos de todo um arsenal renovador (FALCON, 1993, p. 209).

O livro de Luís António Verney foi tão contrário às ideias dos jesuítas que, em 1771, quando foi descoberto que o escritor era Verney, ele foi expulso do Estado romano, o que tornaria o livro ainda mais popular (AZEVEDO, 1922, p. 302). Por outro lado, Verney foi muito privilegiado como padre oratoriano pela Coroa portuguesa. Temos como prova disso o fato de que, durante os 55 anos em que esteve em Roma, suas despesas foram custeadas por Portugal. Sua forma de análise da Filosofia, da Lógica e da Física era vista por Pombal com aprovação e modelo a ser seguido em substituição ao método jesuítico (SILVA, 2017, p. 31). A relação dele foi tão forte durante as reformas educacionais portuguesas que, durante os anos de 1768 a 1777, de acordo com Mariagrazia Russo (2009, p.223) em seu artigo *O ensino linguístico dos jesuítas e a oposição no Século das Luzes*, cerca de mil e quinhentos textos foram proibidos por não seguirem as normas ortográficas requisitadas em seu livro *A arte da gramática da língua portuguesa* (1770).

Outro assunto que tem chamado a atenção dos pesquisadores a respeito dos oratorianos é a reforma educacional da Universidade de Coimbra e o novo estatuto. Entre os pesquisadores que se interessaram por esse assunto, podemos citar Ruth Maria Chittó Gauer, com seu livro *A construção do Estado-Nação no Brasil: a contribuição dos egressos de Coimbra*, e a professora Carlota Boto, com sua tese *Instrução Pública e Projeto Civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência da infância e da escola*.

A reforma educacional pombalina foi imposta de forma autoritária, seguindo uma ideologia que não aceitava meio-termo ou posicionamentos contrários. Todo ensinamento jesuítico que colocara Portugal nas trevas educacionais deveria ser evitado e excluído das escolas. De acordo com Alves (2011, p.85), a Real Mesa Censória suprimiu das Universidades os livros de Bayle, Espinosa, Rousseau e Voltaire. Ela tinha a finalidade de ir contra todos os livros filojesuíticos que, acreditava-se, eram a raiz da ignorância e das trevas portuguesas (SENA-LINO, 2020, p. 510). Por outro lado, D. Francisco de Lemos, que ajudou na criação do estatuto de 1772 da Universidade de Coimbra, “possuía em sua biblioteca particular autores como Voltaire, Boerhave, Montesquieu e Marini, entre outros” (GAUER, 2007, p. 78).

Cristiane Tavares Fonseca de Moraes Nunes (2013, p. 27), em *A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina de 1772*, informa-nos que o novo estatuto da Universidade de Coimbra foi criado no reinado de D. José em 1772 e ficou conhecido como estatuto pombalino,

o qual substituiria o anterior, criado em 1654 no reinado de D. João IV. O estatuto estava repleto de novas ideias e com uma visão futurista, dando menos valor ao ensino clássico, como ocorria com o estatuto anterior. Entre os criadores do novo estatuto estava o brasileiro João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, que foi “convidado para fazer parte da Junta de Providência Literária e orientou a reforma de seus estatutos, atendendo aos desejos de Pombal”.

As reformas na Universidade também aumentaram o número de brasileiros que tiveram acesso a ela. Entre os anos de 1700 a 1771, cerca de 1.296 brasileiros foram alunos da Universidade de Coimbra. Esse número é superior não só ao período anterior como posterior a Pombal. Entre o período de 1772 a 1820, apenas 788 tiveram acesso à Universidade. Esses números mostram claramente que Pombal facilitou a entrada na Universidade não só de portugueses como de brasileiros (GAUER, 2007, p. 50).

No período de 1770 até 1777, D. Francisco de Lemos foi privilegiado por exercer um dos cargos mais importantes da sua carreira, o de reitor da Universidade de Coimbra. Pombal confiou a ele a responsabilidade de manter suas reformas em funcionamento. Cabia ao reitor providenciar as construções necessárias na Universidade, contratar lentes (professores) e aplicar os planos curriculares (ALVES, 2018, p. 141).

Os jesuítas não estavam satisfeitos e tentaram prejudicar as reformas educacionais pombalinas. No *Compêndio Histórico* de 1771, “há um esforço no sentido de denunciar o plano jesuítico que visara à total destruição da Universidade e do ensino em todo o reino”. Eles “perseguiam os lentes, professores e outros ministros eclesiásticos” que eram a favor de Pombal (GAUER, 1996, p. 45).

### 3.3 OS FRANCISCANOS

A Ordem Franciscana também é conhecida por diversos outros nomes, entre eles: Ordem dos Frades Menores, Menoritas, Ordem Seráfica, Capuchos, Recoletos, Conventuais e Capuchinhos. De acordo com Andrade (2010, p.158-169), ela é conhecida pelo serviço pastoral e vida mendicante; voltada para vivência na pobreza e a serviços comunitários. Foi fundada por Francisco de Assis, que rejeitou a vida burguesa para viver na capela dedicada a Nossa Senhora dos Anjos, em 1208. A ordem chegaria em Portugal entre 1216 e 1227 por meio de movimentos expansionistas pela Europa.

O número de trabalhos científicos que tratam dos franciscanos é significativamente pequeno quando comparado com os jesuítas, provavelmente devido à dificuldade em encontrar material sobre eles, uma vez que a ordem teve poucos livros e documentos que ainda podem ser encontrados na atualidade. A dificuldade econômica em financiar seus trabalhos, se comunicar com os índios e a valorização da oralidade em vez da escrita são alguns dos motivos que levaram à escassez de informação sobre as práticas educativas exercidas pelos padres franciscanos na América portuguesa (AMORIM, 1999, p.363). A quantidade de documentos é ainda menor quando relacionado ao desempenho político e educacional no período pombalino. Outro ponto que devemos destacar é que os jesuítas costumavam documentar de forma escrita a maioria dos acontecimentos realizados pela sua ordem, algo que não aconteceu com os franciscanos. No entanto, isso não os faz pouco importantes. Xavier (2006, p. 89-90), em seu livro *Itinerários Franciscanos na Índia seiscentista, e algumas questões de história e de método*, escreve que “A hegemonia jesuítica foi beneficiada pela sua riqueza arquivista e escrita, a escassez de conhecimento sobre os franciscanos resulta, por sua vez, no facto de os Menotes terem sido menos eficazes no registo das suas atividades em suporte escrito”.

No banco de dados da Capes, existem 145 trabalhos cadastrados sobre a ordem franciscana, sendo 91 dissertações de mestrado e 54 teses<sup>32</sup>. Esses trabalhos tratam principalmente sobre: pinturas, arquiteturas, missões, educação, história da ordem, padres e paróquias específicas. Infelizmente, a maioria dos trabalhos não foi disponibilizada pelos pesquisadores, o que dificultou a pesquisa, sendo possível apenas ter acesso ao resumo. Dentre os estudos a que tivemos acesso, podemos destacar as pesquisas feitas por Tania Conceição Iglesias e por João Valerio Scremin.

A tese de Iglesias, defendida na Universidade Estadual de Campinas, em 2010, intitulada *A experiência educativa da ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial*, destaca as missões e a educação da ordem franciscana em regiões dominadas por Portugal e pela Espanha no século XVI. Já a tese de Scremin, defendida na mesma instituição, no ano de 2016, intitulada *Reformar os costumes e salvar as almas: a atuação dos franciscanos na educação e formação sacerdotal*, salienta o trabalho de expansão da ordem no Brasil realizado com crianças pobres na cidade de São Paulo nos séculos XVIII e XIX.

Maria do Carmo Tavares de Miranda (1969), em seu livro *Os franciscanos e a formação do Brasil*, nos traz informações relevantes desde a origem da ordem, em 16 de abril de 1209,

---

<sup>32</sup> Observar o apêndice G.

tendo o padre Francisco de Assis como primeiro fundador e S. Boaventura como segundo fundador; até o fechamento da Escola Apostólica de Tianguá, em 1967, por falta de membros. A vida deles deveria ser baseada no evangelho e no amor, tendo uma doutrina filosófica e teológica.

Niskier (1995, p. 51), em seu livro *Educação Brasileira: 500 anos de História 1500-2000*, informa que os franciscanos chegaram ao Brasil pela primeira vez no ano de 1585 e criaram o Convento de Nossa Senhora das Neves, na cidade de Olinda, Pernambuco, sendo Bernadino das Neve o primeiro frei brasileiro. De princípio, era necessário apenas uma conduta virtuosa e uma idade conveniente (AMORIM, 1999, p.364). A chegada dos padres franciscanos nas Américas, vindos principalmente de três regiões: Espanha, França e Portugal, de acordo com Maria Luísa Nabinger (2009), em seu artigo "Capuchinhos e jesuítas: emissários do poder político e europeu (séculos XVI-XVII)", teve como o papel primordial "garantir os poderes régios nas terras recém-conquistadas, sob a condição de emissários políticos com atribuições de guardiães das ocupações" (NABINGER, 2009, p.88-89).

Aos poucos, eles se espalharam para diversas partes do Brasil, chegando à Bahia, em 1587; a Igarapu, em 1588; à Paraíba, em 1589; ao Espírito Santo, em 1591 e ao Rio de Janeiro, somente no ano de 1608, com a criação do Convento de Santo Antônio. Os primeiros capuchinhos<sup>33</sup> vieram com os portugueses e atuaram como evangelizadores, percorrendo as aldeias indígenas com o intuito de ensinar e educar. Em pouco tempo, criaram 26 escolas, que eram subvencionadas pelo governo central para ministrarem a educação primária das crianças indígenas (SCREMIN 2016, p. 26).

Franciscanos italianos, no início do século XVIII, vieram ao Brasil para apoiar seus irmãos na expansão da sua fé nas regiões portuguesas ultramarinas. Eles desenvolveram missões populares na Bahia, em 1705, e partiram em direção ao Sul (ARAÚJO, 2007, p. 53-54). A vinda dos irmãos italianos foi importante, pois os franciscanos portugueses que se encontravam no Brasil tiveram dificuldade em ter novos devotos. De acordo com Miranda (1969, p.48), "a guerra holandesa fizera baixar o número de religiosos, que de 121 passaram para 80".

De acordo com Nóbrega e Oliveira (2016), em seu artigo "A instrução franciscana e a reforma pombalina na capitania da paraíba setecentista: continuidades e descontinuidades

---

<sup>33</sup> Nome popular dado a um dos três subgrupos da ordem franciscana por usar um capuz pequeno, seu nome oficial é Ordem dos Irmãos da Vida Eremitica. Ela foi fundada em 1525, nas Marcas, Itália; com a finalidade de trazer a pureza original da ordem de São Francisco (MENDES e CALAZANS, 2010, p.71).

(1750-1777)", destaca que em 1718 os franciscanos começaram a ministrar aulas de gramática em seus conventos. Estas aulas continuariam sob responsabilidade da igreja até 1782. Logo após, os padres seriam substituídos pelos professores régios, que poderiam ser eles mesmos, desde que estivessem aptos e estivessem cientes de que deveriam seguir todas as orientações do Estado. A última dessas escolas em conventos terminou suas atividades educacionais em 1785. Entre os padres que ensinavam gramática estavam: Frei Antônio de Santa Tereza, no convento de Santo Antônio do Pará, Frei Antônio de São Camilo e Lellis Carvalho, em Olinda.

Maria Adelina Amorim (1999, p.375), em seu artigo "A formação dos franciscanos no Brasil-colônia à luz dos textos legais", esclarece um pouco de como funcionaram as aulas franciscanas. Ela menciona que os estudos estavam voltados para a filosofia e a teologia. O estatuto de 1683 permitia frequentar o curso aos colegiais com mais de seis anos de hábito e exigia dos estudantes três anos de artes, dois anos de teologia com no mínimo duas lições por dia e ao final do curso deveriam ser avaliados por um Lente (professor). Todavia, as aulas não ocorriam de forma regular, sendo que em 1746 foram tomadas providências para que os Lentes considerados faltosos e negligentes perdessem suas cadeiras com a finalidade de que os alunos não fossem prejudicados e ficassem sem aulas.

Joaquim Veríssimo Serrão (1982, p. 106), em *O Marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista* afirma que D. Frei Manuel do Cenáculo de Vilas-boas, da ordem dos Franciscanos, era amigo de Pombal e foi responsável pela diocese de Breja, no ano de 1770, período em que já se tinha removido os jesuítas dos domínios portugueses. Ele realizou suas obras eclesiásticas durante o período de 32 anos naquela região.

Antes de chegarem ao Brasil, eles receberam uma formação rígida na Europa e deveriam transmitir os mesmos ensinamentos nas novas terras. Eles não só foram os responsáveis por fornecerem cursos de artes, de teologia, de coristas e de sacerdotes no Brasil, como também foram os responsáveis por impor o ensino de grego no Ensino Superior. Eles viam o ensino do grego, da gramática, da retórica e da filosofia como meio essencial para o desenvolvimento cultural dos ameríndios. No entanto, somente em 1772, no Rio de Janeiro, o Latim e Grego foram ensinados nos cursos superiores. (AMORIM, 1999, p.364-369; AZEVEDO, 1944, p. 150). Diversas ordens religiosas ajudaram a repor os locais vagos na educação com a saída dos jesuítas não só em Portugal, mas também em diversas regiões da Europa. Polônia, Piemonte, Moscovia e Veneza são exemplos de locais que também teriam sido prejudicados pelos jesuítas, sendo necessário retirar a escola deles, pois a política pombalina divulgava que eles

“corrompiam a educação da mocidade” (PORTUGAL, 1874, p. 301). Pereira (2019, p. 34) afirma que o pombalismo foi-se construindo com a intenção de elevar Portugal ao nível das outras nações europeias, o que obrigou a mudanças e reformas em diversas áreas administrativas, principalmente relacionadas à educação.

A substituição dos jesuítas pelos franciscanos foi bem aceita por Pombal, uma vez que eles não tinham uma visão contra a Reforma. Pelo contrário, viam a filosofia como algo positivo dentro da educação. Temos como exemplo o convento franciscano de Olinda, que, por volta do ano de 1767, oferecia “formação filosófico-teológica para os religiosos que não realizaram seus estudos em Portugal” (ARAUJO, 2007, p. 32).

De acordo com Amorim (1999, p.375), em 1776, os Estatutos para os Estudos da Província de N. Sra. da Conceição do Rio de Janeiro, seguindo as orientações pombalinas relacionadas à reforma da Universidade de Coimbra, ordenou que passasse a haver na província oito cadeiras: três para os Estudos Menores (a Retórica, o Grego e o Hebraico), e cinco para os Estudos Maiores (Filosofia, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Moral e Teologia Exegética).

As vagas na educação deixadas pelos jesuítas foram uma grande oportunidade para os franciscanos, principalmente porque a congregação, alguns anos antes, vinha sofrendo com falta de recursos, o que prejudicava a sua expansão nos territórios portugueses. No ano de 1610, a pobreza era tanta que tiveram de pedir uma esmola maior à Coroa portuguesa, em virtude de terem aumentado o ministério e precisarem de ajuda para conseguir expandir sua fé para a região da Índia (XAVIER, 2006, p. 89).

O pesquisador Tarcísio Beal (1976, p. 333), em *As raízes do Regalismo brasileiro*, destaca que para os franciscanos não foi fácil assumir algumas das vagas deixadas pelos jesuítas, pois eles teriam de providenciar seus próprios materiais, seguindo o modelo dos novos Estatutos de Coimbra. Alguns padres tiveram dificuldade para elaborar seu material a ponto de copiar algumas passagens dos Estatutos do *Compêndio Histórico*. Somente em 1776, os franciscanos de Portugal teriam seu plano de estudos. Eles usaram manuais e livros empregados em Coimbra. Dentre as obras se destaca o livro *Dedução Chronologica e Analytica*, usado pelos professores de Teologia Moral.

O frei franciscano José Mariano da Conceição Velloso merece destaque pela sua contribuição na educação brasileira. Ele foi botânico, zoólogo, professor de matemática, explorador e naturalista de campo, prolífico autor enciclopédico e tradutor de livros sobre os

assuntos mais variados. Foi educado pelos franciscanos, inicialmente, no Convento de São Boaventura de Macacu, no Rio de Janeiro. Depois de cinco anos, recebeu ordens religiosas no Convento de Santo Antônio, também no Rio de Janeiro, onde estudou filosofia, teologia e depois foi professor de geometria, retórica e história natural.

Com a retirada dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, a escola passou a ofertar novas disciplinas, tais como: a introdução do ensino do grego e do hebraico, das línguas modernas, como o francês e o inglês, e, sobretudo, das ciências matemáticas, físicas e naturais. Já em 1776, os frades franciscanos organizaram em escolas os primeiros cursos graduados e sistematizados no Brasil (AZEVEDO, 1944, p. 314).

O subsídio literário foi de grande ajuda para manter os gastos na educação dada pelos franciscanos, porém o valor era insuficiente para garantir uma educação pública de qualidade. Os cursos superiores fornecidos por eles no Rio de Janeiro e seus seminários em Olinda não davam bons resultados. Provavelmente, o baixo salário recebido pelos professores contribuiu para uma má formação dos alunos (ARAUJO, 2007, p. 74-75). Um outro problema era a falta de professores franciscanos, uma vez que eles não queriam assumir as funções de professores régios com um salário pequeno. De acordo com Santos (2022, p.277), em seu artigo *Da lei do diretório ao alvará de 1770: civilizar para o bem do Estado*, foi necessário envio de dois professores de outras regiões para Pernambuco para ocuparem vagas deixadas pelos jesuítas, uma vez que as vagas permaneciam abertas.

### 3.4 OS CARMELITAS

A ordem carmelita foi essencial para a formação do povo português e brasileiro. Ela pode ser subdividida em: Carmelitas Calçados, que surgiu por volta de 1153 a 1159, Carmelitas Descalços, que surgiu por volta de 1210 e os Carmelitas Terceiros Observantes, fundada por volta de 1452 a 1476.

De acordo com Gomes (2010, p.79-82), os Carmelitas Calçados<sup>34</sup> surgiram da construção de uma pequena capela no monte Carmelo por Bertoldo, na gruta de Elias. No entanto, começaram se espalhar pela Europa no ano de 1247, chegando em Lisboa no ano de 1389. Os primeiros carmelitas calçados foram enviados para o Brasil em 1579 sob a chefia de Frutuoso Barbosa, destinado a povoar a região da Paraíba. Em 1715, a quantidade de frades

---

<sup>34</sup> Eles tem esse nome para diferenciar dos Carmelitas Descalços.

carmelitas já era grande: 218 na Bahia e 163 no Rio de Janeiro, o que levou o Papa Clemente XII, em 1720, a separá-las em duas províncias, independentes de Portugal.

De acordo com Veiga (2010 p.83-99), os Carmelitas Descalços têm sua origem no monte Carmelo, região conquistada pelos muçulmanos. O local era considerado santo e foi erigida uma capela. Eles tinham que viver em grutas, meditar dia e noite, viver na pobreza material e em castidade. A ordem foi implantada em Portugal em março de 1581 e ganhou popularidade pelo fato de eles terem uma vida na pobreza, humildade, pregação, confissões e assistência espiritual aos fiéis sem quererem algo em troca. No Brasil, eles chegariam em 1665, graças à expansão missionária da província portuguesa de S. Filipe, que enviou oito frades para a Bahia de Todos os Santos. Eles se hospedaram junto com os Carmelitas Calçados que já se encontravam no Brasil, enquanto esperavam a construção de sua igreja.

Os Carmelitas Terceiros Observantes, conforme Gomes (2010, p. 100-103), refere-se a um conjunto de associações de fiéis que participam de um instituto religioso, levando um vida dentro das normas cristãs. Ela pode ser subdivida em outras duas partes: regular, onde seus membros decidem levar sua vida inteiramente a serviço da igreja, e secular, onde seus membros levam uma vida dividida entres seus próprios afazeres e as atividades da igreja. A Ordem Terceira não se limitava apenas ao culto, sendo responsável também por caridades e cuidados hospitalares.

A quantidade de trabalhos existentes sobre os carmelitas cadastrados na plataforma Capes é pequena, principalmente quando se trata de educação, assunto pouco explorado, mas não menos importante. No banco de dados da Capes, havia 45 trabalhos cadastrados quando feita uma busca com a palavra “carmelitas”, sendo 32 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado.<sup>35</sup> As pesquisas sobre essa ordem costumam ser sobre misticismos, igrejas específicas, pinturas e artes. Entre os estudiosos sobre os carmelitas, podemos destacar o professor Percival Tirapeli, ligado ao programa de pós-graduação em Artes da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como o responsável por orientar a maior parte dos trabalhos constantes da plataforma Capes sobre carmelitas. No entanto, não foram voltados para a educação no período pombalino, mas para a arte e o estilo de pinturas.

Maria das Graças Souza de Araújo, doutora em história pela Universidade Federal de Pernambuco, tem vários trabalhos que abordam a ordem carmelita no período pombalino. Dentre eles, podemos destacar sua dissertação de mestrado, *Fixação e Expansão da Ordem*

---

<sup>35</sup> Observar a apêndice H.

*carmelita em Pernambuco no Período Colonial*, e sua tese de doutoramento, *Decadência e restauração da Ordem carmelita em Pernambuco (1759-1923)*. Nessas obras podemos encontrar informações a respeito do ensino voltado para a região Nordeste, centralizando-se, primeiramente, em Pernambuco e depois na Bahia, no período pombalino.

Arnaldo Niskier (1995, p. 50) afirma que os carmelitas chegaram ao Brasil em 1580, na Paraíba. Eles estabeleceram moradia em Olinda, logo após na Bahia e depois no Espírito Santo. André Cabral Honor (2013, p. 198), em sua tese *Universo cultural carmelita no além-mar: formação e atuação dos carmelitas reformados nas capitanias do norte do Estado do Brasil (sec. XVI a XVIII)*, escreve que os carmelitas foram os precursores da educação no Brasil, tendo seguido um método semelhante ao *Ratio Studiorum*, que era aplicado pelos jesuítas, “Porém deixando seus professores com maior liberdade para atuar no que dizia respeito ao conteúdo dos seus cursos”.

Roberta Bacellar Orazem (2009), em sua dissertação de mestrado *A representação de Santa Teresa D’Ávila nas igrejas da ordem terceira do Carmo de Cachoeira/Bahia e São Cristóvão/SE*, destaca a formação do grupo carmelita no Brasil e sua relação na cultura e na arte dos locais que se estabeleceram. Ela chegou a possuir muitas terras, escravos e mercadorias; atitudes que chamariam a atenção das autoridades governamentais (ORAZEM, 2009, p.60-64).

De acordo com Araújo (2007, p. 116), os carmelitas, para expandir seu ministério, recebiam noviços brasileiros que deveriam ser treinados e educados por um ano na mais restrita conformidade dos seus ensinamentos, por meio de aulas de humanidades ministradas gratuitamente, por frades, antes de se tornarem professores. No entanto, a situação financeira da congregação era precária durante o período pombalino, levando os carmelitas a alegarem que “não podiam, ainda ministrar aulas de humanidades ao público, pois mesmo após a ordenação dos noviços eles eram inexperientes em relação a prática docente”.

Infelizmente, tal como os jesuítas, muitos padres carmelitas também se corromperam ao se envolverem em assuntos mundanos. Durante o século XVIII, muitos missionários foram acusados de exploração do trabalho indígena para benefício próprio. Existiam também acusações de clérigos que usavam meios fraudulentos para facilitar seu enriquecimento. No entanto, como era costume de Pombal, os padres corruptos e alguns inocentes foram severamente punidos (CARVALHO JUNIOR, 2015, p. 118).

Sebastião José de Carvalho e Melo não tolerava resistências ou ideias contrárias ao seu governo, pois ele “desenvolveu uma política altamente repressiva não dando margem de

manobra a quem pretendesse inovar ou pensar dos limites estreitos da obediência pura aos ditames do Estado e à ordem estabelecida pela ideologia política dominante” (FRANCO; RITA, 2004, p. 34).

Os carmelitas ganharam mais destaque em Portugal com a saída dos jesuítas. Durante o período pombalino, o padre que se destacou foi o arcebispo de Tessalónica, D. Frei de Inácio de S. Caetano. Ele assumiu o bispado da cidade de Penafiel, na povoação de Arrifana de Sousa, em 1770. Pombal deve muito a ele por ser confessor da princesa do Brasil, D. Maria I, tendo conseguido, “em 1777 evitar o castigo máximo ao Marquês de Pombal” pelas ações realizadas contra os jesuítas (SERRÃO, 1982, p. 106).

Ajudando os oratorianos, os carmelitas também atuaram na educação após a expulsão dos jesuítas. Pombal se preocupou em tomar medidas que não prejudicassem o comércio e a indústria com a saída deles, criando “escolas para preencher o imenso vácuo que a proscricção da Companhia de Jesus ocasionara nas letras” e reformando pelo mesmo motivo, a Universidade de Coimbra (BARROS, 1882, p. 107). Todas as pessoas capacitadas das outras ordens poderiam participar na educação, desde que ensinassem aplicando os novos métodos e não dificultassem a aprendizagem ou que não a tornassem lenta, como ocorria com o *Ratio Studiorum*.

Os carmelitas abriram aulas em seus conventos e mosteiros para estudantes seculares e para o ensino preposto à formação sacerdotal. No entanto, as aulas régias e a instrução costumavam ocorrer em casa para as famílias abastadas e eram pouco frequentadas. O motivo pode ter sido a falta de interesse dos alunos e a carência de professores, uma vez que, desde a expulsão dos jesuítas em 1759 até 1805, não foi possível completar o quadro das atividades institucionais escolares, situação que só mudaria com a chegada da família real ao Brasil, em 1808 (AZEVEDO, 1944, p. 315; ARAUJO, 2007, p.57).

É importante destacar que não eram apenas os jesuítas que desaprovavam a maneira de agir de Pombal. O superior dos carmelitas, em 1764, também não gostava da forma de agir do ministro de D. José. Ele chegou a pedir autorização a Roma e ao rei para fazer um relatório indicando o número de professores, de casas e um balanço de bens e rendas que possuíam. No entanto, teve sua solicitação negada porque Pombal interferiu na autorização que seria concedida por D. José I, que, ao invés de enviá-lo, repassou a tarefa para Salvaterra (BEAL, 1976, p. 328).

Os carmelitas brasileiros estiveram à frente de diversas produções científicas, podendo-se destacar o Frei Leandro do Sacramento, que produziu 23 trabalhos sobre botânica, e mais tarde o carmelita Alves Serrão, mais conhecido por Frei Custódio, que conseguiu produzir diversas obras, mesmo vivendo em um período de dificuldades financeiras. O padre e comandante de batalhão em tempo de guerra, José Maria Brayner, ao saber dos problemas enfrentados pelos seus irmãos no Convento do Carmo, na Bahia, resolveu visitá-los com a intenção de reinstalar o espírito dos carmelitas no Brasil, uma vez que eles estavam desgraçadamente esquecidos das profundas lições que faziam os carmelitas serem fortes e, ao mesmo tempo, brasileiros (AZEVEDO, 1944, p. 135-136; JUNQUEIRA, 2005, p. 84).

### 3.5 OS BENEDITINOS

Os padres beneditinos foram essenciais na educação dos povos tanto da Europa quanto do Brasil. A origem da ordem beneditina é datada em 11 de novembro de 909, graças a doações de terras por Guilherme, o piedoso, em Cluny. Aos poucos, os monges de São Bento ampliaram seus ministérios para outras regiões como França, Inglaterra e Portugal; chegando a um número de cerca de dez mil monges entre os anos de 1122 e 1156 (SANTOS, 2010, p.64-65).

No banco de dados da Capes, havia 73 trabalhos cadastrados quando feita uma busca com a palavra “beneditino” e “beneditinos”, sendo 54 dissertações de mestrado e 19 teses de doutorado. No entanto, as pesquisas existentes sobre a educação fornecida por eles são reduzidas. A tendência de publicações, de acordo com a base de dados da Capes, é voltada para a área de história e aborda temas como: arquiteturas, artes, igrejas e padres específicos.

Entre os pesquisadores sobre os beneditinos que devemos destacar está o professor Marcos Ayres Barboza, com a tese de doutorado *A educação e a política dos beneditinos na América Portuguesa*, pela Universidade Estadual de Maringá. A obra aborda não só aspectos históricos e educacionais da ordem, mas também os principais membros que ajudaram a ampliar o ministério. A sua obra destaca o trabalho realizado por dois beneditinos que vivenciaram o período pombalino, Frei Mateus da Encarnação Pina (1687-1764) e Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) (BARBOZA, 2020).

José Pereira da Silva (2014, p. 80), em sua tese de doutorado *Trapistas do Brasil*, defendida na Universidade de São Paulo, menciona que os beneditinos foram “os grandes formadores da Europa. Evangelizaram, conservaram e transmitiram sua cultura da antiguidade,

criaram escolas monasteriais entre outras iniciativas”. Não foi por acaso que, no início da reforma beneditina em Portugal, mesmo tendo como obstáculos as mudanças que envolviam a falta de instrução, eles criaram condições para que esse problema fosse resolvido. Entre as soluções estava o estímulo à formação que desempenhou um papel importante entre os beneditinos, sobretudo daqueles que eram capazes de desenvolver as atividades pastorais, como a pregação e a cura das almas. Com relação ao Brasil, não seria diferente (BARBOZA, 2020, p. 177).

Os beneditinos chegaram à América portuguesa, com o apoio de Felipe II, para a Bahia, em 1580. O irmão Pedro de São Bento, brasileiro, foi o responsável pela fundação da congregação, em um terreno doado pelo casal Francisco Alfonso Condestável e Maria Carneiro. Aos poucos foram expandindo o ministério em solo americano: no Rio de Janeiro, em 1586; na Paraíba, em 1607; em Santos, em 1650; em Sorocaba, em 1660; em Jundiaí, em 1668; e em Brotas, em 1670. Eles não se preocupavam apenas com a educação dos homens, mas também das mulheres, todavia o primeiro mosteiro beneditino totalmente feminino só foi criado em 24 de novembro de 1911, na cidade de São Paulo, com o nome Abadia de Santa Maria (TAVARES, 2007, p. 50; SILVA, 2014, p. 107; SANTOS, 2010, p.69).

Além de mulheres, estavam presentes nos mosteiros beneditinos pessoas negras, algumas como escravas, outras como monges. De acordo com o historiador Jorge Victor de Araujo Souza, em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Monges negros: trajetória, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro - Século XVIII*, vários negros foram forçados a trabalhar como escravos para os beneditinos, e, por questão de vaidade, dava-se preferência aos negros de pele clara para fazerem parte de sua ordem (SOUZA, 2007, p. 57). É importante destacar que mesmo antes da criação da Lei Áurea, de 13 de março de 1888, Marquês de Pombal com autorização do rei, já proibia o uso de escravos. Reis (2000, p. 156-157) menciona a existência de dois Alvarás que os libertavam: O Alvará com força de lei de 19 de setembro de 1761, que proibia a introdução de escravos no reino de Portugal vindo dos portos da África, América e Ásia, declarando-os livres quando desembarcados em terras portuguesas e o Alvará de 16 de janeiro de 1773, que declarava livre os filhos de mães escravas existentes no reino.

Cabia aos beneditinos portugueses, após a criação da Congregação de São Bento de Portugal, reorganizar as formas de estudos de maneira que atendessem ao processo missionário e de ocupação da América Portuguesa. Eles tinham a tarefa de levar os indígenas e, depois, os

africanos a aceitarem a dominação política e religiosa de Portugal (BARBOZA, 2020, p. 176). O Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão foi fundamental na ampliação da ordem, seguindo as orientações pombalinas.

De acordo com Tavares (2007, p. 84), em sua obra *Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na América Portuguesa (1580-1656)*, a ordem pretendia “convencer as populações indígenas a integrar-se à sociedade envolvente, através, entre outros meios, da evangelização e da educação profissional, para torná-los trabalhadores ‘úteis’ dentro da estrutura da sociedade colonial”.

Luiz A. de Oliveira Ramos (1984, p. 176), em *Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração*, afirma que os planos de Santa Clara, diretor-geral de estudos beneditinos, seguiam todo o estatuto e as instruções da legislação pombalina. Ele não só fez com que a congregação beneditina ensinasse o Grego e o Latim, como também o Hebraico, pois acreditava ser fundamental para a tradução e comparação da Bíblia. Nas aulas beneditinas, também estavam presentes as aulas de diversas línguas vivas, como “estudo do francês, do italiano e até do inglês” (TAVARES, 2007, p. 86).

Entre os principais padres que os beneditinos tinham à disposição no período pombalino para lecionar estavam: Fr. Joaquim de Santa Clara, Fr. Francisco de S. Bento Barba, Fr. Francisco da Natividade, Fr. João Batista de São Caetano e Fr. António de São Belo Camelo. Eles eram mestres nas áreas da filosofia, teologia e ética.

O Fr. António de São Belo Camelo foi o primeiro frade da ordem a fazer os estudos domésticos e também lecionou na Universidade de Coimbra as matérias teológicas e do direito canônico. Já o Fr. Francisco de S. Bento Barba era doutor em teologia e lecionou na Universidade de Coimbra as matérias de história eclesiástica e teologia polêmica (RAMOS, 1984).

É importante destacar que a educação beneditina tinha como intenção atingir o máximo de pessoas possível com poucas congregações, ou seja, foi determinado pelo diretor-geral da congregação que só se criassem escolas monásticas de ensino de humanidades, filosofia e teologia onde existissem cidades. Não deveriam lecionar em aldeias ou locais remotos onde faltassem os requisitos mínimos para a boa instrução, como, por exemplo, livro e um local apropriado. Eles visavam “uma comunicação de homens doutos e os meios conducentes para se adquirir sólida e não superficial instrução”. Os indígenas que se destacavam nas aulas teóricas tinham permissão de ir aos mosteiros, onde recebiam um ensino primário, educação

cívica, aulas de carpintaria e jardinagem, numa escola fundada dentro dos mosteiros. Dessa forma, eles poderiam ser úteis aos monges (RAMOS, 1984, p. 174).

#### 4- O CASO DE SERGIPE

Com relação aos padres e o ensino em Sergipe no período pombalino, existem ainda menos trabalhos que tratam do assunto. Poucos escritores se dedicaram a explorar o tema, talvez por dificuldade de encontrar os materiais, que em sua maioria foram perdidos ou se encontram em outros estados, pois Sergipe era comarca da Bahia. No banco de dados da CAPES, quando pesquisado a palavra “Educação em Sergipe”, é encontrado apenas 11 trabalhos, sendo estes: 10 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Todos publicados por programas de Pós-graduação em Educação, sendo o professor Jorge Carvalho de Nascimento o responsável por orientar a maioria dos trabalhos.

De acordo com Jorge Carvalho do Nascimento (2003, p. 23; 31), as pesquisas sobre a educação sergipana antes de 1990 eram feitas de forma particular e individual, não existiam grupos de pesquisa que se interessassem pelo assunto. Entre os primeiros pesquisadores que se dedicaram a estudar sobre a história da educação sergipana, podemos destacar os professores: Adolfo Ávila Lima, José Calazans, Maria Thetis Nunes e Felisbello Firmo de Oliveira.

Adolfo Ávila Lima foi o primeiro pesquisador sobre a história educacional de Sergipe. De acordo com Anderson Teixeira de Souza (2015), em sua obra *intitulada A memória revelando práticas educativas: representações da configuração docente na cidade de Aracaju – década de 1980*,

Adolfo Ávila Lima (1882-1960) fez circular a conferência conhecida como “Esboço histórico da instrução pública no Brasil” no IHGS, sendo esta a notícia pioneira acerca dos estudos que circundam a História da Educação no Estado. Só 11 anos depois, já no ano de 1927, é que surge outra produção referenciando a História da Educação, intitulada *como Memória a um projetado congresso de professores primários em Aracaju (1925-1926)*, tendo como autor o professor Helvécio Ferreira de Andrade (1864-1940) (SOUZA, 2015, p. 53).

José Calazans Brandão da Silva (1915-2001) foi uma personalidade letrada de Sergipe e Bahia. Ele formou-se em Direito pela faculdade da Bahia (1937) e atuou como professor de história em Sergipe. Escreveu diversas obras, das quais podemos destacar os artigos: “*O ensino público em Aracaju 1830-1871 e Aracaju: contribuição à história da capital de Sergipe (1942)*”(NASCIMENTO, 2004).

O professor Felisbello Firmo de Oliveira Freire foi outro pesquisador que se dedicou a conhecer mais a fundo a história de Sergipe. Para algumas pessoas, de acordo com

Albuquerque (2019, p.274), ele é o primeiro historiador de Sergipe, sendo considerado o pai da historiografia sergipana. Das suas obras de destaque, é possível citar *História de Sergipe (1575-1855)*, livro publicado em 1891, e *Colonização de Sergipe de 1590 a 1600*, publicado em 1889. No entanto, elas são raras, poucas pessoas e bibliotecas as têm em seu acervo (GUARANÁ, 1925, p. 158). Por outro lado, o Livro *História de Sergipe (1575-1855)* pode ser encontrado digitalmente na Biblioteca Digital do Senado Federal. Ele aborda a exploração territorial, a invasão holandesa e as cartas de sesmarias.

A professora Maria Thetis Nunes trabalhou no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) por 30 anos, local que favoreceu seus estudos, pois possuía um grande acervo de documentos que tratavam do assunto. No entanto, hoje (2023), as obras antigas que ela pesquisou não se encontram mais no IHGSE. Ela publicou dezenas de artigos e livros voltados para educação e história de Sergipe, dentre os quais podemos destacar: *História de Sergipe a partir de 1820* (1978), *História da Educação em Sergipe* (1984), *Sergipe Colonial I* (1984) e *História da Educação Sergipe Colonial II* (1989).

Armindo Guaraná (1925) também merece destaque como pesquisador da educação, uma vez que ele conseguiu, em seu *Dicionário Bibliográfico Sergipano*, nomear e abordar um pouco da vida de várias pessoas ilustres de Sergipe, inclusive por se destacarem na educação.

As pesquisas sobre o ensino em Sergipe foram precárias até o final da década de 1990. Por outro lado, o século XXI está sendo favorável, uma vez que a quantidade de trabalhos publicados aumenta gradativamente de forma extraordinária, e a tendência é aumentar, graças a formação de grupos de pesquisa e a existência do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFS (PPGED).<sup>36</sup>

Nas últimas décadas, novos pesquisadores se interessaram pela história da educação em Sergipe, dentre os quais podemos mencionar os professores: Jorge Carvalho do Nascimento, Pericles Moraes de Andrade Junior, Raylane Andreza D. N. Barreto e Vera Maria dos Santos.

O professor Jorge Carvalho do Nascimento publicou vários livros e artigos que tratam da educação em Sergipe, podendo-se citar os livros *Historiografia Educacional Sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação*, publicado em 2003; e *O ensino profissionalizante em Sergipe: contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1944)*, publicado em 2010.

---

<sup>36</sup> Todos os trabalhos publicados sobre história da educação produzidos em Sergipe até o ano de 2000 somam 132, número que foi aumentando gradativamente. Somente em 2001 e 2002 foram produzidos 84 (NASCIMENTO, 2003, p. 26).

Raylane Andreza D. N. Barreto (2013), em seu livro *Temas de História e Educação Católica em Sergipe*, discute sobre os indícios da educação católica em Sergipe, suas missões e regiões utilizadas como centros de catequização e de ensino nos períodos de 1575 a 1898. Ela também tem uma tese de doutoramento intitulada *A formação de padres no nordeste do Brasil (1894-1933)* (2009), que nos interessa principalmente a seção quatro, por abordar o seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus de Aracaju.

A professora Vera Maria dos Santos (2011), por sua vez, em seu livro *As mulheres de posses: a instrução dos órfãos menores na Capitania de Sergipe Del Rey no século XVIII*, estuda a educação recebida por crianças órfãs e mulheres no ensino elementar e profissional na região de Sergipe. Ela destaca que muitas mulheres no século XVIII, ao perder o marido ficavam dependentes das heranças a receber para manter a sobrevivência dela e dos seus filhos, tendo muitas vezes de solicitar ajuda ao governo que, na maioria das ocasiões, repassava essa responsabilidade para outro membro da família mais próximo.

#### 4.1 A CHEGADA DAS ORDENS RELIGIOSAS EM SERGIPE

A população nativa de Sergipe era composta por diversos grupos indígenas, com costumes e culturas diferentes. Alguns viviam da caça, outros da pesca e ainda outros da agricultura. As tribos eram boimés, karapotós, aramurus, kaxagós, xokós, kiriris, tupinambás, entre outras (RISÉRIO, 2010, p. 43). Até 1750, existiam nove aldeias indígenas nos arredores da Vila de Penedo e trinta e seis na Bahia (FIGUEIREDO, 1981, p. 64).

Freire (1891, livro I, p.2), menciona que a chegada dos europeus para morarem em terra sergipana está fortemente ligada as doações de terras que “El-Rei D. João III fez da capinatina da Bahia para Francisco Pereira Coutinho, a 5 de Abril de 1534”. A doação era de cerca de cinquenta léguas que ia do Rio São Francisco a Bahia de Todos os Santos. Ele também menciona que as ordens se estabeleceram em Sergipe nos seguintes períodos:

Tendo os jesuítas se estabelecido desde 1597, seguiram-se á elles os carmelitas em 1618 ou 1619(24), tendo sido precedidos pelos capuchinhos em 1603. Só muito posteriormente vieram os franciscanos, em 1657 (FREIRE, 1891, p.85).

Wanderlei de Oliveira Menezes (2015, p.132), em sua dissertação de mestrado *Ordem e transgressão em Sergipe D’el Rei: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-*

1808), chega a dizer que Sergipe estava em um ponto estratégico para a política administrativa pombalina, pois era uma região rica em produtos agrícolas, principalmente cana de açúcar, cultivado na região do Cotinguiba. A quantidade de moradores da região chegou a cerca de cinquenta mil no final do século XVIII, sendo muitos deles escravos, pessoas sem instrução e sem práticas religiosas católicas, o que levou grupos religiosos a se interessarem pelo local. Atitude que era favorável ao governo, uma vez que o aumento da produtividade e necessidade de pessoas capacitadas exigia mais mão de obra e de pessoas instruídas.

Dentre os grupos que estiveram e se fixaram em Sergipe durante o período pombalino estavam os jesuítas, beneditinos, franciscanos (capuchinhos) e carmelitas. Não foram encontrados relatos de ordens oratorianas em regiões sergipanas durante esse período, provavelmente pelo fato de que a retirada dos jesuítas do reino português trouxesse uma escassez de professores e, os oratorianos, tiveram que permanecer nas regiões mais povoadas, o que não era o caso de Sergipe.

Figueiredo afirma que não foi por amor que os padres jesuítas saíram da Bahia com destino a Rio Real, em Sergipe, mas por doações de terras feitas em 1534. Francisco Pereira Coutinho chegou a distribuir sesmarias a Diego Alvares Correia, em 20 de dezembro de 1536. Os padres Gaspar Lourenço e João Salônio chegaram a Rio Real em 28 de fevereiro de 1575 e trouxeram mais 20 outros padres recém-formados, no ano de 1577. Em 1685, João de Barros e outros padres jesuítas participavam da missão de Rodelas, no Baixo do São Francisco, local que permaneceram por três meses com auxílio de padres capuchinhos franceses (FIGUEIREDO, 1981, p. 42-43; REIS, 2000, p.144-145).

Um problema enfrentado por Gaspar Lourenço, João Sanio e os demais companheiros da aldeia de S. Antonio, foi que durante suas missões eles estavam acompanhados de soldados reais que agiam de forma cruel com os índios. De acordo com Freire (1891, livro I, p. 6), os soldados abusavam dos índios, de suas mulheres e de seus filhos, fazendo com que muitos deles fugissem e procurassem abrigos em outras aldeias. Essa atitude frustrava todo o trabalho investido pela Companhia de Jesus na região.

A permanência dos soldados no littoral sempre foi um motivo de susto para os nativos, que tiveram de fugir para a aldeia de *Apéripé*, outro celebre chefe das aldeias de Sergipe, em vista das agressões que lhes começaram a fazer, roubando-lhes as amantes, filhas e irmãs.

A devassidão da soldadesca levantou o tumulto nas aldeias que ficaram desertas, fugindo os seus habitantes para a de um de seus chefes.

Ficaram frustrados os esforços do jesuíta Gaspar Lourenso. E si não fora a execução de uma ordem régia para a conquistar-se Sergipe não ficasse inutilizado o trabalho do jesuíta (FREIRE, 1891, livro I, p.6).

Outro problema foi que houve uma grande procura do clero por cargos públicos de destaque e de administração pública em Sergipe desde a chegada de Cristóvão de Barros em 1590, colocando a questão educacional em um segundo plano. Antonio Murтинho foi o primeiro padre vigário a chegar a São Cristóvão e, logo após, Pedro Bento Ferraz, Gaspar Fernandes, Gaspar Monteiro, Felipe da Costa e Sebastião Pedroso de Gois (NUNES, 1996, p. 218-219).

A cidade de Laranjeiras, no ano de 1606, tinha uma pequena povoação conhecida pelo nome de Bom Jesus, e nela existia uma capela simples<sup>37</sup> chamada Santa Philonema, Virgem e Mártir do século IV, construída por uma senhora<sup>38</sup>. No decorrer dos anos, a povoação foi crescendo, e a capela também, o que chamou a atenção dos padres jesuítas. Os inacianos só chegariam a Laranjeiras com o objetivo de morar por volta de 1701. A residência foi construída vizinha à igreja de Santo Antônio. Pouco mais à frente, em 1731, novos jesuítas chegaram, fazendo outra residência à margem direita do rio Cotinguiba. Quatro anos depois, foi construída a igreja da Comandaroba<sup>39</sup>, tendo o padre Bonucci como um dos principais responsáveis por trazer louvor para a cidade e para o colégio de São Cristóvão.

---

<sup>37</sup> Uma capela simples, de acordo com Nunes (2008, p.35), é uma pequena igreja onde se possui um altar para realização de missas.

<sup>38</sup> Não foi possível encontrar o nome dela durante a pesquisa.

<sup>39</sup> O local ficou popularmente conhecido como Igreja do Retiro.

**Figura 1:** Igreja de Comandaroba -1734



**Fonte:** Livro História de Laranjeiras Católica (p.53)

De acordo com Santos (2016, p. 67), em São Cristóvão existia uma livraria com cerca de 500 livros à venda para os diversos usos, principalmente voltados para a pedagogia. Ela pertencia a Antonio Cazimiro e era avaliada em 400 mil réis, valor superior ao da sua casa, localizada na rua de São Francisco, o que demonstra o interesse da elite letrada pela leitura e pela escrita no período pombalino.

Os jesuítas não se limitaram ao ensino de primeiras letras; além do curso elementar, eles mantiveram os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina (BARRETO, 2013, p. 27-28).

Em 1731, foi construída a igreja de Jesus, Maria e José e, em 1739, a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Elas foram feitas sem muita extravagância, pois eles, os jesuítas, “já ouviam ao longe o estridulo retinir das armas e o ranger das grades das prisões de Marquês de Pombal” (OLIVEIRA, 1981, p. 36). No mesmo ano em que os jesuítas foram expulsos de todo o reino português, 1759, a carta régia de 22 de novembro elevaria a aldeia de Geru a Vila de Tomar, Freguesia dos Campos do Rio Real (FIGUEIREDO, 1981, p. 66):

Com base em Lei de 28/8/1767, que amplia a lei de expulsão da Companhia de Jesus em terra sergipana, seus membros não podendo “ensinar, pregar, confessar”, declarados “incorrigíveis e comum inimigos de toda a potência Temporal, de toda a Suprema e legítima autoridade” (FIGUEIREDO, 1981, p. 67).

Quando tratamos de educação em Sergipe, infelizmente, os jesuítas não fizeram um bom trabalho como em outras regiões; de acordo com Ribeiro (2010, p. 235), eles moraram aqui por vários séculos, mas não deram muita atenção à educação. No entanto, após a expulsão dos jesuítas, outras ordens ocupariam o seu lugar.

A ordem franciscana chegou em Sergipe por meio da Custódia de Santo Antônio do Brasil, independente de Portugal. De acordo com Miranda (1969, p.83), por meio da custódia foram fundados os dois conventos de Santo Antônio, em Paraguaçu, em 1649 e em Cairu, em 1650. Em Sergipe, foi criado o convento de Bom Jesus da Glória, em São Cristóvão, em 1657. Sabe-se, também, que os capuchinhos franceses chegaram a Sergipe em 1670 por meio da missão aramurus e aos poucos foram se espalhando em volta do rio São Francisco (RISÉRIO, 2010, p. 44).

Com relação à cidade de Lagarto, Luiz Mott (1989) ressalta que a vila era pobre, dependente da policultura de subsistência e do criatório extensivo, e seus habitantes não eram civilizados em razão da falta de uma educação qualificada. No final do século XVIII, a situação sociocultural da “Vila de Lagarto” devia ainda ser muito mais rústica, pois eles ostentavam muita grandeza, mesmo sendo pessoas simples e iletradas. Além disso,

Em todo este termo não se acha um Mestre público que ensine a ler e escrever, aritmética e os princípios de uma conduta religiosa e temente a Deus. Quanto é difícil aos moradores de Lagarto apartarem de sua companhia os tenros filhos e os enviar para aprenderem os primeiros elementos das letras (em S. Cristóvão ou Santa Luzia), em tão remotas distâncias (MOTT, 1989, p.100).

A presença dos carmelitas em Sergipe, por volta de 1618, é marcada principalmente por estar na trajetória entre duas regiões importantes do país, Bahia e Pernambuco<sup>40</sup>. Eles se fixaram em Sergipe graças a doações de terras, nas margens do rio Real e também na região de São Gonçalo, com a finalidade de ajudar os franciscanos na catequização daquela região. Aos poucos, eles levantaram capelas, hospícios e começaram a se espalhar. Eles receberam doações de terras da ordem franciscana no final do século XVII, na cidade de São Cristóvão, onde fixaram-se na antiga capela de Santo Antônio. Na Vila de Santo Amaro das Brotas, eles fizeram moradias no início do século XVIII, tendo como Prior Frei Sebastião do Nascimento. Nunes (1996, p. 233-236) afirma que em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo já tomava medidas severas contra as ordens religiosas, então os carmelitas, que eram 32 em número, não aumentaram ainda mais porque Pombal “proibia a entrada de noviços nas Ordens Religiosas, trazendo-lhes graves consequências”, pois ele já pretendia transformar o Estado português em um território laico, longe da influência religiosa na administração portuguesa. (ORAZEM, 2009, p.87).

A educação fornecida pelos primeiros carmelitas em Sergipe é desconhecida. Infelizmente, os documentos e informações existentes sobre eles estão voltadas para a área assistencial. No entanto, Nunes (2008, p.25-26), destaca que seu Convento foi essencial para expandir a educação.

Sua importância foi, porém, declinando na vida sergipana, em 1828, só existia no Convento de São Cristóvão um único Religioso como afirma, respondendo à Portaria, de 17 de março de 1827, do Imperador D. Pedro I, que solicitava informação sobre o melhor lugar da Província para o estabelecimento de um Colégio de Estudos, o Vice-Presidente, em exercício, Manuel de Deus Machado, ao indicar aquele Mosteiro. Quando, em fins de 1833, criou-se o primeiro Liceu de São Cristóvão, de duração efêmera, funcionou no Convento dos Carmelitas, onde também localizado, em 1847, o segundo Liceu, que aí permaneceria até a extinção com a mudança da Capital para Aracaju em 1855 (NUNES, 2008, p.26).

De acordo com Roberto Sousa Santos (2013, p.87-88), em seu artigo “A reestruturação sociorreligiosa em Sergipe: uma análise da relação entre o catolicismo oficial e o popular no século XVIII”, construir edifícios religiosos em Sergipe não era vantajoso, uma vez que a construção era mantida por doações e boa parte da população era composta por negros, pardos

---

<sup>40</sup> Freire (1891, livro I, p.3) chega a dizer que Bahia e Pernambuco eram as regiões mais populosas e as viagens marinhas eram perigosas na época, forçando os viajantes a partirem por terra. Sergipe, por estar em uma posição intermediária, tornando-se um ponto de repouso, tanto de viajantes como de selvagem que fugiam da colonização.

e brancos pobres. Desta forma, muitas irmandades<sup>41</sup> religiosas que visavam ajudar na formação e evangelização da população pobre costumavam ser construídas vizinhas às igrejas mais renomadas e em regiões povoadas, como forma de economizar dinheiro. A irmandade de Santo Antônio do Carmo é um exemplo, ela foi construída ao lado do convento do Carmo para diminuição de custos. O convento e igreja do Carmo foi uma construção carmelita criada em 1699 e ampliada nos anos de 1739 a 1745 ou 1766. Ela era uma igreja considerada simples e que atendia grupos sociais de baixa renda, principalmente negros e pardos, diferente da Terceira Ordem do Carmo de São Cristóvão (igreja vizinha), que era composta por pessoas de prestígio da sociedade local e não era permitida a entrada de pessoas negras, indígenas ou pobres, de acordo com Karoline Padilha de Paulo (2019, p.35-36), em seu trabalho *Identificação e mapeamento das cores do forro da sacristia do Carmo Pequeno de São Cristóvão SE/BR*.

**Figura 2:** Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo



**Fonte:** Site da prefeitura de São Cristóvão.

---

<sup>41</sup> Irmandade está relacionada a associações de fiéis que exercem obras de piedade ou caridade; eretas pelo incremento do culto público (SANTOS, 2013, p.108-109).

Santos (2013, p.118-125), menciona que a quantidade de irmandades em Sergipe aumentou gradativamente até atingir todas as regiões no período oitocentista. Elas ocuparam todas as cidades e vilas, atendendo a públicos diversificados. Em Aracaju, por exemplo, existiam três irmandades, uma localizada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, frequentada por pessoas brancas e as outras duas na Igreja São Salvador, uma frequentada por pessoas negras e na outra por mulheres.

Os Beneditinos chegaram à Bahia por volta de 1581 e construíram sete abadias e residências. Os seus mosteiros costumavam ser notáveis por seus tamanhos e riquezas, desempenharam um importante papel militar no combate contra os corsários franceses no Rio de Janeiro e contra o invasor holandês na Bahia. Todavia, assim como as demais ordens religiosas que se encontravam em Sergipe no período pombalino, elas tiveram dificuldade em crescer devido ao forte controle do estado em suas ações. Alves chega a dizer que ao passo que as ordens desapareciam, as suas propriedades eram tomadas, inclusive os prédios religiosos que não tiveram autorização de funcionamento pelo Estado (ALVES, 1979, p.22- 28).

De acordo com Bonjardim e Almeida (2011, p.6-7), em seu artigo “Expansão do sagrado: a territorialidade da igreja católica em Sergipe-Brasil”, os Beneditinos chegam em Sergipe por volta de 1603<sup>42</sup>, conforme carta de sesmaria que lhe é dada em agosto de 1603. Assim que chegavam em um local onde pretendiam morar eles construíam uma capela, principalmente nas áreas que ficavam localizadas na área rural, no meio de fazendas de gado ou engenho de açúcar. As construções costumavam ser graciosas como demonstração de fé e de transformação sociocultural. O representante da ordem beneditina em Sergipe no ano de 1603 foi o Frei Domingos.

Santos (2013, p.82), afirma que a igreja e o Estado tinham uma relação muito próxima e ao mesmo tempo intrigas por terem interesses parecidos nas regiões sergipanas. As ordens religiosas queriam a conservação de seus negócios, tanto espirituais como materiais, todavia o Estado queria a igreja fora dos assuntos terrenos, que ela apenas catequizesse seus moradores, tornando-os dóceis e fáceis de lidar, pois os índios sergipanos não costumavam ser amistosos. Temos como exemplo o bispo Pero Fernandes Sardinha, que foi devorado pelos índios enquanto estava na Bahia.

---

<sup>42</sup> O representante da ordem beneditina em Sergipe no ano de 1603 foi o Frei Domingos. (FREIRE, 1981, p.39)

A chegada dos beneditinos em Sergipe foi importante, principalmente para a população negra. Pois, em suas ordens terceiras<sup>43</sup>, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão, abrigava confrarias, como a de São Benedito. De acordo com Santos (2013, p.110), ela era mantida por padrões de outra localidade, pois não teve aprovação das Câmeras dos deputados provinciais, sendo que ela funcionava de forma não legalizada nem pela coroa e nem pelo Arcebispo baiano, ou seja, não há registro de sua existência em documentos oficiais.

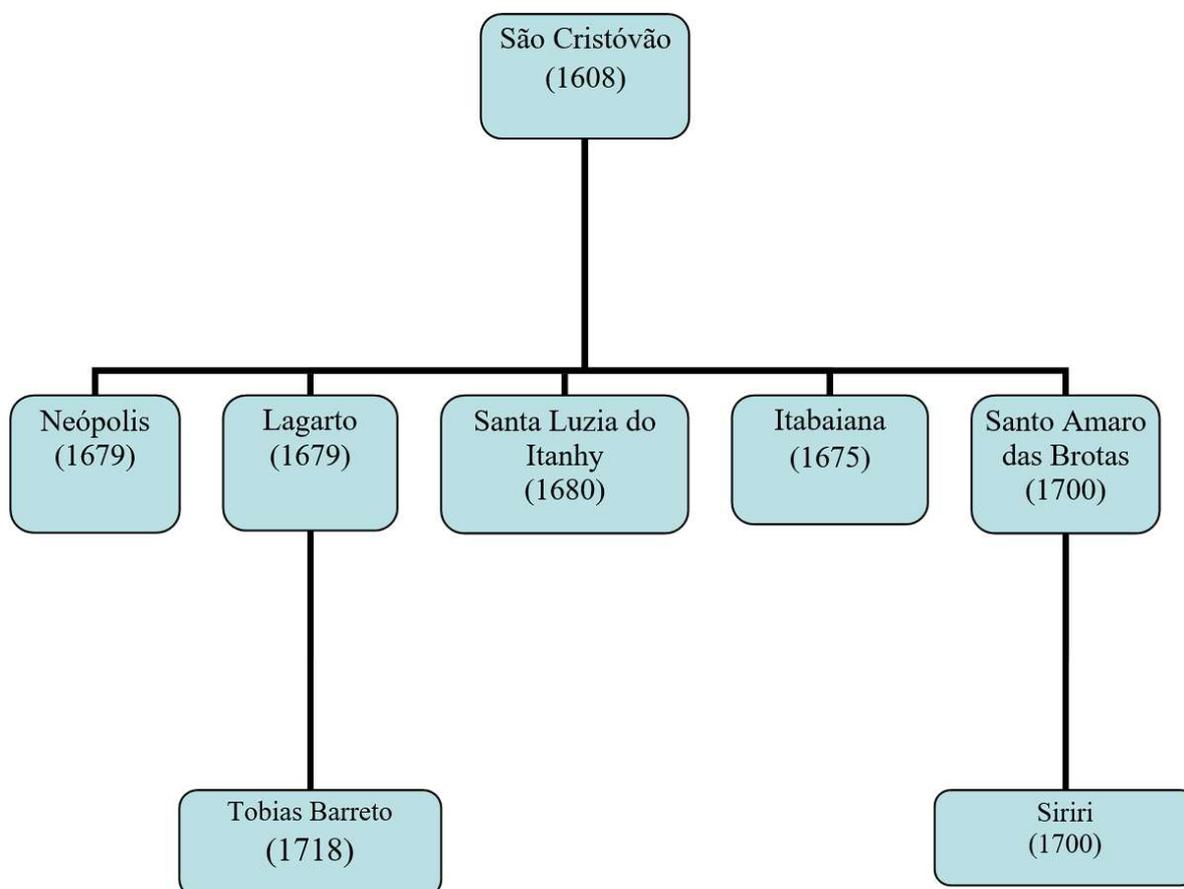
Os beneditinos, parecidos com os jesuítas, se interessavam por bens materiais, assim sendo, utilizavam trabalhos escravos em suas plantações de terras. De acordo com Souza (2011, p.188-190), os beneditinos tinham uma vida monástica e necessitavam do trabalho de escravos para se manter. No entanto, a exploração da mão de obra escrava negra era tanta que os beneditinos chegaram a fazer mais lucros do que os próprios padres jesuítas.

Logo abaixo encontra-se a tabela 1, contendo os primeiros locais onde as ordens religiosas católicas se fixaram, no entanto, as datas apresentadas são aproximadas. Ela foi criada seguindo as informações de Bomjardim e Almeida (2011), em *Expansão do Sagrado: a territorialidade da igreja Católica em Sergipe –Brasil*.

---

<sup>43</sup> Quando falamos em ordem terceira, estamos nos referindo a “associações de leigos que estariam ligados a uma das ordens religiosas possuidora de uma regra” (SANTOS, 2013, 109).

**Tabela 1-** Primeiros locais de fixação das ordens católicas em Sergipe (datas aproximadas)



#### 4.2 A EDUCAÇÃO EM SERGIPE NO PERÍODO POMBALINO

De acordo com Barreto (2013, p.28), a educação e catequização em terras sergipanas começou por volta de 1575. Gaspar Lourenço e João Salônio chegaram a província da Baía de Todos os Santos e fundaram igrejas, no local onde hoje é conhecido como cidade de Santa Luzia do Itanhy. Inácio de Tolosa era o responsável pelas missões naquela região e designou Gaspar Lourenço para catequizar as tribos do território sergipano, ação que foi prejudicada pela dificuldade de compreender a linguagem dos índios.

A ideia era que a educação jesuítica, ministrada aos índios, que à época, eram considerados bárbaros, pois além de rituais considerados de infiéis, andavam nus, e praticavam antropofagia, serviria, com seu doutrinação, para apascentar os ânimos e consequentemente facilitar o ingresso dos colonos portugueses nas terras sergipanas (BARRETO, 2013, p. 28).

A primeira escola jesuítica em terras sergipanas foi fundada próxima ao rio Real, com o nome de Escola de São Sebastião. Ela tinha como responsável o professor padre João Salônio e uma quantidade de alunos que variava entre cinquenta e cem por ano (BARRETO, 2013, p.29). No entanto, dentre as primeiras escolas dos jesuítas em Sergipe, a mais importante era localizada em Tejupeba, local onde os padres moravam. Entre os padres, podemos destacar o padre João Nogueira, procurador das fazendas de Sergipe; José de Torres, construtor de barcos, e Francisco Simões, carpinteiro (NUNES, 1996, p. 228).

**Figura 3:** Colégio jesuítico de Tejupeba –Itaporanga D’Ajuda



**Fonte:** Verônica Nunes- livro *Termos sobre religiosidade* (p.49).

Santos (2011, p.181) afirma que em Nossa Senhora da Piedade do Lagarto foi criado em 1698 o ensino religioso pelo seu Arcebispo, onde se ensinava a Moral do Evangelho. Ele deu aula na região durante um longo tempo, pois não existia “um mestre público que ensinasse a ler e a escrever, aritmética e os princípios de uma conduta religiosa e temente a Deus”.

Educação essencial para os moradores da cidade e regiões circunvizinhas, até porque na Vila de Santo Amaro<sup>44</sup>, que era mais desenvolvida, também não existia cadeira de ler e escrever.

Em São Cristóvão, a situação não era muito diferente. A câmara de São Cristóvão chegou a solicitar a fundação de um colégio da Companhia de Jesus em 4 de julho de 1684 para ensinar aos seus filhos, mas as preces não foram atendidas nem pelo rei e nem pelos padres. Ao invés disso, as autoridades portuguesas solicitaram informações ao governo da Bahia acerca desse pedido, mas a resposta foi desfavorável, alegando que tal requerimento não era competência da câmara, mas da Companhia de Jesus. De acordo com Silva, “os jesuítas não tinham interesse em exercer tal atividade em Sergipe, onde havia uma população branca escassa e dispersa”. No ano de 1727, foi feita uma nova solicitação pelos moradores da região e, mais uma vez, não tiveram sucesso. De acordo com Ribeiro (2010, p. 235), na solicitação eles alegavam que o território era distante da cidade da Bahia, o que dificultava por ser muito custoso mandar seus filhos para outras cidades mais desenvolvidas para poderem aprender as letras humanas, professadas pelos religiosos da Companhia de Jesus. No entanto, a ordem jesuíta não se interessou em expandir seu ministério nas regiões sergipanas. Em 1739 existiam 32 frades na região, todavia, eles se preocuparam mais com a pregação do que a educação (SILVA, 2019, p.41).

Devido as diversas solicitações dos moradores de São Cristóvão por melhoria na educação não serem atendidas pelas autoridades portuguesas, de acordo com Nunes (2008, p.24), a população local passou a se dispersar pelos interiores em busca de melhores áreas para “atividades econômicas dominantes, constituindo uma sociedade em formação, sem núcleos urbanos importantes[...] não se coadunavam com o pragmatismo que norteou a Companhia de Jesus na localização dos cursos de Humanidades”. Santos (2011, p.181), menciona algo diferente, o atraso educacional em Sergipe se dá principalmente pela localização das povoações, que eram concentradas no interior e não no litoral, e pela pequena clientela em comparação com outros estados. Para se ter uma ideia, São Cristóvão, que era uma das regiões mais populosas, tinha apenas cerca de 1595 habitantes durante o período pombalino<sup>45</sup>. Devemos lembrar que as intenções de alguns padres era enriquecer materialmente e que a educação era a única forma deles conseguirem tal feito.

---

<sup>44</sup> Ela era uma vila com população pobre, sem tradições e sem edifícios (FREIRE, 1891, p. 319).

<sup>45</sup> Por outro lado, a quantidade informada por Santos (2011, p.181) contradiz a de Freire (1891, livro II, p.180), que menciona a contagem do Padre Gonçalo Soares da França, realizada em 1724. Nela a frequência de Nossa Senhora da Vitória, pertencente a São Cristóvão tinha cerca de 7776 habitantes.

Carvalho (1978, p. 110) afirma que a Constituição da Companhia de Jesus permitia apenas aos colégios e casas de formação possuírem bens que lhes garantissem o sustento do trabalho pedagógico e missionário. O que fazia com que o ensino jesuítico nos domínios portugueses fosse condicionado a esse fator, ao qual, infelizmente, Sergipe não se encaixava. A penetração e o alargamento da obra missionária dependiam da criação de escolas, únicos empreendimentos que poderiam justificar, do ponto de vista canônico, a posse dos bens indispensáveis à concretização dos demais fins da Companhia de Jesus. Enquanto a povoação se encontrasse pequena ou com pouca relevância material, a Companhia de Jesus não teria interesse em trazer sua ordem para a região.

A educação em São Cristóvão pelos jesuítas começou no meio do século XVIII e ocorria por meio de duas classes, uma voltada para o ensino da Gramática Latina, lecionada pelo frade Antonio de Nazaré, e outra classe voltada para o ensino de ler e escrever. No entanto, ambas passavam dificuldades para funcionar, tanto devido à pouca quantidade de alunos como por conta das despesas, que não recebiam "esmola nenhuma da câmara, nem de Sua Majestade tem ordinária". O que agravaria ainda mais a situação educacional seria o Alvará da expulsão dos jesuítas, datado de 25 de setembro de 1761 por meio de Carta Régia. Ao ser cumprido em Sergipe, dos 32 sacerdotes que aqui viviam, quatro foram presos, sendo três em Tejupeba e um em Japoatão; os outros 28 fugiram para evitar a prisão, causando uma enorme redução de pessoas com habilidades necessárias para ensinar (NUNES, 1996, p. 229).

O ensino jesuítico em Sergipe nos seus primeiros anos não visava transformar os índios em monoteístas ou lhes transmitir sua cultura. O objetivo das missões dos jesuítas, de acordo com Figueiredo (1981 p. 65), era disciplinar quase de caserna, ou seja, de forma rígida, não permitindo o ensino do português, para distanciá-los dos colonos e ao mesmo tempo transformá-los em dóceis e seminaristas, para fins mercantis. Leite (1938, p. 40) diz algo parecido, ao afirmar que o movimento escolar estava preocupado para além da instrução em geral; ele se preocupava por ser "vantajoso para a catequese e também 'para o sossego da terra e proveito da república'".

A retirada dos jesuítas pelo Marquês de Pombal abriu margem para a mestiçagem da população, a entrada de novos métodos de ensino e o desenvolvimento político e urbano da região. Porém, a princípio, não foi bem aceita pelos habitantes da região e trouxe vários prejuízos para seus moradores. Ao transformar as aldeias em vilas, como foi o caso da aldeia do Geru, e retirar os jesuítas de Sergipe, os índios voltaram a ser escravizados, uma vez que os

jesuítas proibiam a entrada de homens brancos nas aldeias. Até mesmo missionários de outras ordens religiosas que tinham permissão de Pombal para continuar a catequização em Sergipe se sentiram ameaçados e desprotegidos. Eles tinham medo de desagradar a monarquia e receberem o mesmo tratamento dos inacianos (RISÉRIO, 2010, p. 233-234).

Nunes (2008, p.21-23), menciona que a expulsão dos inacianos de Sergipe não teve uma grande consequência na educação por ela ter uma população pequena. A sua população era de cerca de 30 mil e estavam espalhadas principalmente nas vilas de Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Rio Real e Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Ela ainda menciona que as primeiras instituições a terem os padres expulsos foram os colégios de São Gonçalo e Jaboatão, em cumprimento do Mandato de 26 de novembro de 1760. O Capitão-mor José dos Mares Henriques, foi o responsável em fazer as prisões e deportar os jesuítas que se encontrassem presentes nas instituições.

Com relação à educação franciscana que os índios sergipanos receberam, não foi tão diferente da fornecida pelos jesuítas. De acordo com Luis Filipe Marques de Souza, em sua dissertação *os capuchos de Santo António no Brasil (1585-1635)* (2007, p.180), a educação franciscana consistia em trazer a mocidade indígena para doutrina católica, fazendo deles bons coadjuvantes da ação catequética junto dos membros adultos de suas tribos. Para isso, eram usados os cânticos, ritos e alfaias religiosas com a intenção de cativar os jovens índios a ponto de transformá-los em bons discípulos, de tal forma que estes pudessem transmitir a fé católica entre seus familiares.

Os jesuítas permaneceriam como principais educadores em Sergipe no período de 1575 a 1719. Depois desse tempo, os padres franciscanos se destacariam, sendo o Frei Antonio Nazareth nomeado como o primeiro professor de gramática na cidade de São Cristóvão. Além dele, vieram mais doze franciscanos para a região com a intenção de ensinar gramática latina, ler e escrever (SANTOS, 2016, p. 23). No entanto, só no ano de 1729 os franciscanos abririam a primeira aula de Gramática e a primeira aula de Ler e Escrever em Sergipe, o que significa um atraso de quase onze anos quando comparado às primeiras aulas dadas no convento de Jaboatão (NUNES, 1996, p. 89; MIRANDA, 1969, p.200).

Após a expulsão dos jesuítas, os frades franciscanos ocuparam as suas antigas residências e propriedades, dando início à construção da igreja de São Félix de Cantalício, templo que passou várias décadas para ser construído, sendo finalizado somente no ano de 1810 (MELLO, 2000, p. 11-12). De acordo com Mendes e Calazans (2010, p.72), os capuchinhos,

como era comum em suas constituições, deveriam morar em casas pequenas, erigidas fora das povoações e com uma quantidade de frades entre seis e doze. Suas igrejas deveriam ser pequenas e não podiam receber remuneração pela sua pregação. Seus membros deveriam fazer voto de pobreza, o que os tornavam populares e bem aceitos pelo Estado, uma vez que eles visavam riquezas celestes e não materiais. Todavia, a ordem passou dificuldade no período pombalino para se manter.

As escolas franciscanas funcionaram de forma regular até o ano de 1760. As mudanças legislativas, por ordem de Pombal, fez com que mestres nomeados pela igreja fossem retirados de suas cadeiras e novos mestres fossem proibidos de assumir a educação sem que antes passassem pela aprovação do Estado. A carta dirigida ao Frei Antônio de Sta Isabel, no ano de 1760, mencionado por Miranda (1969, p.201), destaca a proibição dos estudos de gramática nos estados da Bahia (que também era Sergipe até 1820) e de Pernambuco. Ela também proibia nomear mestres nas províncias sem passar por uma nova banca examinadora. No entanto, as escolas continuaram a funcionar normalmente até 1782, quando os professores régios começaram a substituir os professores franciscanos, sendo a última aula dada em 1785.

A legislação pombalina foi cumprida muito tarde em Sergipe quando comparada com outras regiões. As reformas educacionais previstas na lei demoraram décadas para chegar aqui. Santos (2011, p.183) afirma que os concursos para professores régios provavelmente tenham ocorrido em 1760 para a vila de Santo Antonio de Vilanova do Rio São Francisco, pelo Arcebispo da Bahia, no entanto, sem sucesso. Somente no ano de 1780, seriam nomeados os primeiros professores régios para as cidades de São Cistóvão, Vila de Santa Luzia e Nova Real do Rio São Francisco. José de Sousa foi um dos mestres de Ler e Escrever, mantido com finanças públicas recebidas da Real Fazenda e das Câmeras. Ele veio de Portugal, primeiramente para Capitania de Pernambuco e, durante o período pombalino, para Sergipe Del Rey.

De acordo com Santos, Santos e Vilar (2021, p.7-9), as aulas régias em Sergipe começaram no período Mariano (1777 a 1792) e aos poucos foram se expandindo para mais regiões. Entre os anos de 1780 e 1799, o padre Felix Pacheco Alvares da Silva e João Gois de Melo assumiram as aulas de Primeiras Letras e Gramática, na Vila de Santo Amaro das Brotas; enquanto O Mestre Joaquim José Moreira assumiu as aulas de Ler e Escrever, na cidade de Sergipe Del Rey, em 1799.

Do final do século XVIII até o início do século XIX, Sergipe viveu um período de pobreza, sem vida urbana, sem colégios de qualidade e com a taxa de analfabetismo muito alta. Todavia, padres carmelitas e missionários capuchinhos ajudaram na alfabetização dos índios sergipanos com a saída dos jesuítas. De acordo com Risério (2010, p.238), cerca de 300 casais de Pacatuba, 50 casais de São Pedro, 60 casais de Japaratuba e mais de 100 casais da Vila de Tomar de Geru aprenderam a ler e a escrever. Esses índios foram ensinados por um clérigo secular e um professor de primeiras letras, o que levou o número de alfabetizados indígenas a ser superior em relação ao dos brancos que viviam em Sergipe.

De acordo com Menezes (2021, p.131), nas primeiras décadas de 1800, a cidade de Tomar a Nova teve um vigário, um professor de primeiras letras e um capitão-mor que ajudaram a manter a ordem e a educação dos cidadãos; na cidade de Pacatuba foi parecido, a educação foi ministrada por um missionário capuchinho. Em Japaratuba, o responsável foi um padre carmelita descalço. Em Porto da Folha, através da Missão São Pedro, um missionário capuchinho com ajuda de um capitão-mor que era índio, forneceram educação aos moradores. Ele ainda acrescenta que “Todos estes índios se acham civilizados com a religião e com a polícia do estado. Ocupam em cultivar as suas terras e alguns em ofícios mecânicos. Sabem ler e escrever a maior parte”.

De acordo com Léo Antonio Perrucho Mittaraquis (2010, p. 55-56) em sua dissertação *as ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey: uma ausência pedagógica*, afirma que a dimensão das práticas pedagógicas das catequeses não tiveram um valor significativo em Sergipe como nas demais regiões. A presença das diferentes ordens, seja com os gentios ou com os colonos, pouco priorizaram a pedagogia educativa. Suas formas de lecionar e os resultados alcançados estavam bem diferentes das que ocorriam na Europa.

As aulas régias em Sergipe, conforme as exigências pombalinas de 1759, foram aplicadas primeiro nas cidades de Itabaiana, Lagarto, Propriá e Santo Amaro. Contudo, ainda ficaram com o quadro de professores incompletos algumas delas. As Câmaras das vilas sergipanas denunciavam a existência de cadeiras de gramática latina em que não havia aula de Ler e Escrever, como era o caso de Laranjeiras, e a falta de critérios para a instalação de aulas régias que não atendiam nem mesmo ao que era requerido no subsídio literário (NUNES, 1996, p. 89).

De acordo com Freire (1891, p.194), a carta régia de 22 de novembro de 1758, informava que as vagas de emprego, seja na educação ou nas demais vagas de empregos

existentes em Sergipe, deveriam ser preenchidas preferencialmente por “naturaes da aldeia[...] só em falta de algum natural, de idoneidade para o cargo, devia ser elle exercido por um portuguez.” Como ocorreu com o escrivão judicial, que também passou a exercer o cargo de professor de primeiras letras na aldeia de Gerú.

Inclusive, depois de aplicada a legislação pombalina, ela não trouxe melhorias para educação de forma imediata, tampouco trouxe benefícios para as demais ordens católicas não jesuíticas, pois muitas de suas leis se aplicavam a todas. De acordo com Miranda (1969, p.92), o que dificultou o crescimento das ordens religiosas e da educação em Sergipe foi o excesso de controle do Estado sobre suas instituições. D. José I, por meio de Pombal, publicou o decreto de 30 de janeiro de 1764, que proibia a aceitação de noviços pelas igrejas sem ter uma licença especial do governo, causando uma limitação de membros que afetaria de forma negativa o crescimento de suas ordens.

As aulas régias, criada após a expulsão dos jesuítas, tardaram quase três décadas para serem aplicadas em Sergipe. Ela só chegou depois da morte de D. José I e quando Pombal não era mais ministro. Mesmo assim, os subsídios literários eram cobrados de forma regular, algo que desagradava a população sergipana. De acordo com Silva (2019, p.52), os moradores da vila de Santo Amaro das Brotas chegaram a solicitar à rainha regente, em 1774, o cancelamento do subsídio<sup>46</sup> ou o envio de mestres para lecionar aulas naquelas regiões. No entanto, o subsídio literário continuou a ser cobrado mesmo em vilas onde não havia professores régios. Além disso, muitos professores régios desistiam das aulas por acharem o salário desvantajoso. Temos como exemplo o professor José Pinheiro Requião, da vila Real de Santa Luzia, em Estância, que foi professor substituto nas escolas da cidade da Bahia, na freguesia dos Paços e também pensava em desistir por ter um ordenado que atrasava com frequência de cento e cinquenta mil réis, uma quantia considerada pequena quando levados em consideração todos os gastos que teria.

Silva (2019, p.42) afirma que, até o ano de 1798, infelizmente, tanto franciscanos como jesuítas não contribuíram de forma significativa para a educação sergipana. Piorando ainda mais a situação, a legislação pombalina atrasou muito para ser cumprida aqui, o que causou um

---

<sup>46</sup> Os valores do subsidio literário era considerado alto, principalmente para as regiões que não tinham professores régios ou que tinha uma quantidade insuficiente. Para se ter uma ideia no ano de 1795 os valores do Tesouro Geral da Bahia na cidade de São Cristóvão foi de 530\$979, na Vila de Santo Amaro das Brotas foi de 205\$408, na Vila de Itabaiana foi 104\$120, na Vila de Lagarto foi de 81\$335 e na Vila de Tomar a Nova foi 4\$621, de acordo com Silva (2019,p.54).

enorme déficit educacional, forçando os moradores que tinham interesse em estudar a ter que se mudar para outras regiões.

Eva Maria Siqueira Alves (2005, p.21), em seu livro *Ateneu Sergipense*, afirma que o ensino secundário só chegaria a Sergipe em 1830, quando o Conselho Geral da Província de Sergipe criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, realizadas no Convento de Nossa Senhora do Carmo, em São Cristóvão. Ela foi criada com a finalidade de manter os filhos da burguesia presente na sua terra natal, sem necessidade de deslocamento para ampliar seus estudos.

Freire (1891, p.326-327) menciona algo parecido ao dizer que a educação em Sergipe só se fortaleceria depois da criação do “Lyceo de Sergipe”, por meio da lei de 31 de julho de 1847. Ele seria o centro de instrução secundária, oferecendo aulas de geometria, filosofia, retórica, latim, francês inglês, geografia e comércio. As aulas foram iniciadas em 1848, com menos de cem alunos, e suspensas em 1853, tendo 119 alunos. Em 1852, existiam 39 escolas primárias do sexo masculino e 15 do sexo feminino; e uma biblioteca pública, criada pela lei de 16 de junho de 1851, que continha aproximadamente 1043 obras.

Os lentes do Liceu Sergipense no ano de sua abertura foram: Frei José Roberto de Oliveira, oferecendo aulas de Gramática Latina e teve dezoito alunos matriculados; Manuel Odorico M. de Amorim, oferecendo aulas de Língua Francesa e teve dezessete alunos matriculados; Pe. José Gonçalves Barroso, oferecendo aulas de Filosofia Racional e Moral e teve dezesseis alunos matriculados; Galdino Barbosa de Araújo, oferecendo Aritmética, Geometria e Trigonometria e teve nove alunos matriculados; Olímpio Fiúza Muniz Barreto, oferecendo aulas de Retórica e Poética e teve nove alunos matriculados; Euzébio Vanerio, oferecendo aulas de Língua Inglesa e Antonio Nobre de A. e Castro, oferecendo aulas de História e Geografia, ambas não tiveram alunos matriculados (ALVES, 2005, p.24).

## CONCLUSÃO

Como foi possível observar no decorrer da tese, diferentes pesquisadores e estudiosos em história da educação concordam ao afirmar que, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, foi um homem que tinha seus objetivos bem definidos e estava disposto a fazer qualquer coisa para alcançá-los. Ele sempre se empenhou para conseguir se destacar dos demais cidadãos e para conseguir melhores cargos perante o rei. Suas atitudes não agradavam a todos, o que o levou a ter muitos inimigos principalmente religiosos, como ocorreu com os padres jesuítas.

Sebastião José de Carvalho e Melo, veio de uma família simples, com poucas chances de se destacar perante o rei, no entanto, em nenhum momento ele deixou que isso impedisse suas tentativas de aproximação da realeza. Ele soube aproveitar as chances que teve para melhorar sua posição social. Primeiramente, ele conseguiu o cargo de Ministro em Lisboa com a ajuda de seu tio Paulo Carvalho e Ataíde, Arcipreste da Sé Oriental, que era amigo íntimo do Cardeal da Mota. Logo depois, conseguiu o cargo de Secretário de D. José I com a ajuda de sua esposa, D. Leonor Arnestina de Daun, que era amiga da rainha mãe. Ao receber os cargos administrativos, Pombal, não só se destacou como ganhou cada vez mais a confiança do rei.

Para alcançar seus objetivos, ele, com autorização do rei D. José I, criou leis, expulsou, prendeu e “matou pessoas” que poderiam interferir na sua administração. O padre Malagrida, por exemplo, foi preso e morto por se opor as mudanças que Pombal achavam necessárias para o reino. O Marquês queria que Portugal se enquadrasse aos moldes dos países desenvolvidos como França e Inglaterra, mas para isso seria necessário retirar todos os obstáculos existentes, o que levou à expulsão dos padres jesuítas e de outros grupos que se negassem a seguir suas ordens.

Infelizmente, ele não conseguiu presenciar todas as mudanças educacionais ocorridas em Portugal, pois algumas das reformas demoraram anos e até décadas para serem implantadas nas regiões mais remotas, como foi o caso de alguns territórios brasileiros, em especial Sergipe, região discutida na tese.

A seção 2 deixou claro que vários pesquisadores concordam que Pombal se esforçou em alcançar seus objetivos quando tratamos de tentativas de trazer o reino português para a era das luzes (novos conhecimentos e novos métodos de ensino). Por outro lado, os pesquisadores analisados durante a tese apontam que Pombal errou ao achar que os jesuítas estavam totalmente

desatualizados com o ensino. Muitos jesuítas estavam atualizados com os novos métodos de ensino, porém deveriam seguir a forma clássica, conforme estava posto pelo *Ratio Studiorum Atque Institutio Societatis Iesu*.

A pesquisa aponta que Pombal pouco valorizou o conhecimento jesuítico e não levou em conta que ele foi instruído e criado dentro dos moldes jesuítas, tendo seu tio, jesuíta, como um dos seus tutores. Ele também recebeu apoio dos inacianos para chegar a uma posição mais próxima da nobreza, fato que não considerou ao tentar afastá-los do rei e de assuntos relacionados à administração portuguesa. A tese também deixa claro que Pombal não foi o único português a querer retirar a responsabilidade educacional das mãos dos jesuítas. D. João V, antes dele, já vinha dando esses passos, ou seja, Pombal deu continuidade a um trabalho anterior. No entanto, de forma mais agressiva, algo que D. João V não aprovava durante seu reinado. Outro português, antes de Pombal que a tese mostra que era contra a participação das ordens religiosas na administração portuguesa foi D. Luís da Cunha.

Na seção 3 da tese, podemos concluir que a quantidade de trabalhos existentes sobre os jesuítas é enorme quando comparados com as demais ordens que estiveram no Brasil. Os inacianos tiveram o cuidado de documentar e preservar boa parte dos acontecimentos durante sua permanência no Brasil, as outras ordens, como franciscanas, carmelitas, beneditinas e oratorianas, não tiveram tal preocupação, o que fez com que boa parte de suas ações no Brasil fossem perdidas ou esquecidas no decorrer do tempo.

Com relação aos jesuítas, durante a pesquisa foi possível observar que eles foram os principais educadores em terras portuguesas por vários séculos. No entanto, acabaram sendo expulsos do reino por dois motivos fundamentais: supostamente participarem na tentativa de regicídio contra a vida de D. José I e por se envolverem em atividades administrativas do Estado. A retirada deles deixou um grande vazio educacional que, aos poucos, foram ocupados por professores régios de diferentes ordens, principalmente oratoriana.

Os jesuítas foram essenciais nos primeiros passos educacionais no Brasil. Eles se preocuparam em aprender a língua do índio e de ensiná-los sempre que possível na língua nativa, quando não era possível, misturavam a língua indígena com a latina, formando uma língua conhecida como Língua Geral. Essa atitude foi vista como algo ruim por Sebastião, uma vez que na língua do príncipe, o português, seria mais fácil para os comerciantes portugueses pudessem comercializar com os índios.

Os métodos jesuíticos e suas formas de ensino estavam baseados em modelos clássicos, valorizando a área de humanas e as línguas clássicas, algo que para Pombal, por estar no período conhecido como era das luzes da Europa, não foi bem visto. A educação da época deveria ser voltada para formação científica, valorizando métodos mais eficazes de ensino e usando as línguas vivas. Devido a não apoiarem e ao mesmo tempo se opuserem as reformas pombalinas, muitos foram punidos severamente, tendo que abandonar a educação portuguesa e procurar refúgio em outros reinos.

As pesquisas realizadas na tese mostrou que os oratorianos, de princípio, foram bem aceitos no governo pombalino. Eles acatavam as ordens e seguiam métodos educacionais considerados mais modernos e proveitosos para a população e para o Estado. Luiz Antonio Verney se destacou por criar manuais de ensino que seriam utilizados por Pombal em suas reformas. No entanto, ele passou por perseguição jesuítica por causa da forma que ele escrevia e, ao mesmo tempo, desfazia dos métodos que eram aplicados na educação portuguesa. Os oratorianos e jesuítas, mesmo sendo irmãos católicos, não tinham boa convivência. A rivalidade educacional e a perda do controle da educação portuguesa pelos jesuítas para os professores régios, que em sua maioria era oratoriana, foi um dos pontos que os levaram a discórdias entre eles.

Quando tratamos das ordens carmelitas, franciscanas e beneditinas é possível perceber que estas são ordens mais esquecidas durante as pesquisas, no entanto, não são menos importantes. Elas abriam aulas em seus conventos e monastérios, tentavam seguir a leis do Estado e fazer seus próprios materiais, mas nem sempre conseguiam. Alguns professores acabaram seguindo os modelos jesuíticos, pois não conseguiram se adequar a tempo às propostas do Estado. Podemos afirmar que muitos membros seguiam os requisitos porque eram obrigados, mas não porque apoiavam a administração pombalina, como foi o caso do superior dos carmelitas de 1764, que tentava fazer um acordo com o rei D. José I, entretanto, teve sua solicitação interferida por Pombal.

Na última seção, foi destacado a expansão pombalina na educação onde hoje se encontra o estado de Sergipe. A região não era uma área interessante para se promover a crença inaciana, pois tinha poucos moradores e estava longe do litoral, área preferida para se estabelecerem. No entanto, o que fez as ordens católicas se interessarem pelo local foi a posição estratégica, entre Bahia e Pernambuco. Os viajantes necessitavam de um local para descanso e de oração, assim sendo, deu-se início à construção das primeiras igrejas e, por sua vez, dos locais de ensinos.

As obras lidas durante a pesquisa mostram que os moradores de Sergipe tinham interesse em estudar e se esforçaram para trazer as ordens religiosas, principalmente a jesuítica para a região. Eles fizeram petições a coroa e aos responsáveis da ordem jesuítica para que construíssem suas igrejas e trouxessem professores, todavia, demorou para que suas preces fossem ouvidas. Muitos deles foram obrigados a se mudarem para serem educados. A ordem jesuítica tinha interesse em regiões populosas, o que fez Sergipe ser considerada uma região desinteressante. Por não terem onde estudar, alguns moradores acabaram desistindo da educação e se mudando para regiões que tivessem áreas agrícolas mais produtivas.

A ordem franciscana e a ordem carmelita, diferente da jesuítica, atenderam as necessidades da população e criaram igrejas e colégios em diferentes pontos do estado. Devido à sua forma humilde de ser, pensando em atender à necessidade da população e tendo pouco apego material, logo ganharam popularidade e aceitação dos moradores locais. Como era de costume da época, existiam prédios religiosos de acordo com a classe social. Pessoas pobres e ricas não frequentavam os mesmos lugares. Os beneditinos, por exemplo, tinham igrejas monumentais que chamavam a atenção por sua riqueza e arquitetura. No entanto, para manter sua grandiosidade acabavam explorando seus fiéis, principalmente os escravos negros.

Quando tratamos de padres oratorianos, principais padres a substituírem os jesuítas durante as reformas educacionais pombalinas, eles não chegaram a Sergipe para lecionar. Entre os principais motivos estão: a quantidade de padres oratorianos era pequena para a grande quantidade de escolas que se encontravam vazias no Brasil com a expulsão dos jesuítas, e o fato de Sergipe possuir uma população pequena e espalhada, sendo um desperdício de professores régios oratorianos se fossem mandados para essa região, quando existiam populações maiores em outras áreas necessitando de professores.

Ao finalizar esta pesquisa, duas assertivas podem ser destacadas, pela relevância para História da Educação, no que se refere a presença de outras ordens religiosas diferente das jesuítas no ensino; e na falta de interesse em educar a população presente nas terras sergipanas, levando a aplicação da reforma pombalina de forma muito tardia.

Para concluir, podemos afirmar que a intenção de Pombal de retirar os jesuítas e colocar professores régios foi essencial para as mudanças futuras nos modelos de ensino que funcionam até hoje (com escolas públicas e privadas que seguem regras do Estado). Entretanto, podemos acrescentar que retirar os padres jesuítas e substituí-los por professores régios de outras ordens religiosas que estivessem dispostas a seguir as orientações do Estado não foi a solução do

problema do atraso educacional, até porque os problemas educacionais iam além dos jesuítas. Não é por acaso que até os dias de hoje (2023) existem constantes mudanças nos métodos e nas formas de ensino, pois a educação sempre está passando por novas transformações.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Luís Machado de; Franco, José Eduardo. **Ordens e congregações religiosas no contexto da I República**. Lisboa: Gradiva, 2010.

ALBUQUERQUE, Samuel. Escrita em si na História de Sergipe de Felisbello Freire. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/rihgs/article/view/12378/9331>>. Acessado em: 5 de jan. 2023.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **Ateneu Sergipense: traços de uma história**. Aracaju: ADGRAF, 2005.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio\\_alves\\_a\\_igreja\\_politica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_a_igreja_politica_no_brasil.pdf)>. Acessado em: 15 de dez. de 2022.

ALVES, Carlos F. T. Cartas inéditas de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho para Sebastião José de Carvalho e Melo (1772-1777). **Revista História Unisinos**, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/download/htu.2018.221.12/60746139>. Acesso em: 25 dez. 2020.

ALVES, Patrícia Woolley Cardoso Lins. **D. João de Almeida Portugal e a Revisão do processo dos Távoras: conflitos, intrigas e linguagens políticas em Portugal nos finais do Antigo Regime (1777-1802)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1314/projeto/Tese-patricia-woolley-cardoso-lins-alves.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

AMANTINO, Marcia Sueli. Quando a igreja e a coroa se uniram para julgar a Companhia de Jesus: a reforma de 1758 e a sua devassa no Rio de Janeiro. **Revista de Pós-Graduação em Direito da UFC**, Fortaleza, 2009. Disponível em: [http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50893/1/2019\\_art\\_msamantino.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/50893/1/2019_art_msamantino.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

AMORIM, Maria Adelina. A formação dos franciscanos no Brasil-colônia à luz dos textos legais. **Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudo de História Religiosa**. Lisboa, 1999. Disponível em: <[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4389/1/LS\\_S2\\_11\\_MariaAAmorim.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4389/1/LS_S2_11_MariaAAmorim.pdf)>. Acessado em: 02 de dez. 2022.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **A reforma pombalina dos estudos secundários (1759-1771)**. Coimbra: Saraiva, 1981.

ANDRADE, Maria Filomena. Franciscano. In: **Dicionário histórico das ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2010.

ARAUJO, Ana Cristina. A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte: revisão e censura de um projeto civil, literário e educativo. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, 2020. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/7431/6996>. Acesso em: 7 mar. 2021.

ARAUJO, Maria das Graças Souza Aires de. **Decadência e restauração da Ordem Carmelita em Pernambuco (1759-1923)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7200/1/arquivo3361\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7200/1/arquivo3361_1.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

ARROYO, Antonio. **O caso do monumento ao Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. A Editora Limitada, 1914.

ASSUNÇÃO, Paulo de. O “terremoto” provocado por Sebastião José de Carvalho na América portuguesa. **Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudo de História Religiosa**, Lisboa, 2006. Disponível em: <https://abrir.link/XeknL>. Acesso em: 27 jan. 2021.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

AZEVEDO, Luiz Inocêncio de Pontes Athaide e. **A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello**. Tomo I. Lisboa: na Typ. Lusitana, 1841.

\_\_\_\_\_. **A administração de Sebastião José de Carvalho e Mello**. Tomo II. Lisboa: na Typ. de Luiz Correia da Cunha, 1842.

AZEVEDO, Pedro de. **O processo dos Távoras**. Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.

BARBOSA, Sara Rogério Santos. O ensino de gramática latina e a instituição da profissão docente. **A legislação pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira**. Aracaju: Criação Editora, 2022.

BARBOZA, Marcos Ayres. **A educação e a política dos beneditinos na América portuguesa**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: [encurtador.com.br/DJQT4](http://encurtador.com.br/DJQT4). Acesso em: 19 fev. 2022.

BARBUDA, Claudio Lagrange Monteiro de. **Instruções com quer El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia**. PANGIM: na Typ. Nacional, 1841.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; SANTOS, Claudfranklin Monteiro. **Temas de História e Educação Católica em Sergipe**. Recife: Editora UFPE, 2013.

BARROS, Francisco Lobo de Correia. **Altos feitos de Marquês de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

BEAL, Tarcísio. As raízes do Regalismo Brasileiro. **Revista de História**, Texas, 1976. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77808/81792>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BONIFÁCIO, Nadja Santos. **Uma Educação para a vida**: as práticas educativas dos salesianos para formação de meninos em Sergipe (1911-1945). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322606/1/Bonifacio\\_NadjaSantos\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/322606/1/Bonifacio_NadjaSantos_D.pdf). Acesso em: 17 out. 2020.

BONJARDIM, Solimar G. Messias; ALMEIDA, Maria Geralda de. Expansão do Sagrado: A territorialidade da igreja católica em Sergipe – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Universidade Nacional da Costa Rica, Heredia, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820279>. Acessado em: 08 de jan. de 2023.

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **História da educação brasileira**: o terreno do consenso. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 282-299, Aug. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000200006). Acesso em: 11 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Instrução pública e projeto civilizador**: o século XVIII como intérprete da Ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: [encurtador.com.br/hoyG2](http://encurtador.com.br/hoyG2). Acesso em: 6 mar. 2021.

BRANCO, Camillo Catelo. **Perfil do Marquez de Pombal**. Porto: Ty. Occidental, 1882.

BRANCO, Manuel Bernardes. **Portugal na epocha de D. João V**. Lisboa: Typographia e stereotypia moderna, 1885.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo, 1963. Disponível em: [encurtador.com.br/eknV5](http://encurtador.com.br/eknV5). Acesso em: 5 de jun. de 2022.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As Luzes da Educação**: fundamentos, raízes históricas e práticas das aulas régias no Rio de Janeiro 1759-1834. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARNOTA, Conde da. **The Marquis of Pombal**. 2. ed. Londres: Logmans, green, reads and dyer, Partermonster Now, 1871.

CARVALHO, José Liberato Freire de. **Ensaio historico-politico sobre a consttuição do reino de Portugal**. Paris: em casa de Hector Bossange, 1830.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. **Scenas do século XVIII em Portugal**. Lisboa: Sociedade editora, 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/scenasdosculo100vazd/page/232/mode/2up>. Acesso em: 3 abr. 2020.

CARVALHO JUNIOR, Roberto Zahluth de. **Dominar homens ferozes: Missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3539889#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3539889#). Acesso em: 15 out. 2020.

COELHO, José Maria Latino et al. **O Marquez de Pombal: obra comemorativa do centenário de sua morte**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

CORDEIRO, Manoel Caldas. **Marquez de Pombal** (folheto para poucos). Porto: na Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1890.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid: Parte I – Tomo I (1695-1735)**. Rio de Janeiro: Instituto Rio-Branco, 1950.

D'AZEVEDO, João Lucio. **O Marquês de Pombal e sua época**. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1922.

DOM MIGUEL I. **Manifesto de sua majestade fidelíssima, Elrei nosso senhor**. Londres: typ. de G. Schulze, 1832?. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1334804/drg1334804.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1334804/drg1334804.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Masangana, 2010.

EÇA, Mathias Aires Ramos da Silva de. **Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos Moraes sobre os efeitos da vaidade**. Rio de Janeiro: Livraria e editôra Zélio Valverde S. A., 1948.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina** (política econômica e monarquia ilustrada). 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FARIA, Marcos Roberto de. Contradições de uma missão: A Legislação e a expulsão dos jesuítas de São Paulo em 1640. **Revista eletrônica do arquivo público do Estado de São Paulo**, 2008. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao30/materia01/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **Enforcados: os índios em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo. Os jesuítas em Portugal e a ciência: continuidades e rupturas (séculos XVI-XVIII). **Antiguos jesuítas em Iberoamérica**. Córdoba, 2017. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/ihs/article/view/17656/17527>. Acesso em: 15 jun. 2021.

FRANCO, José Eduardo et al. **Jesuítas e ilustração: rupturas e continuidades**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019.

\_\_\_\_\_. Das Ordens às Congregações Religiosas: Metamorfoses da vida consagrada católica. In: **Boletim do Núcleo Cultural da Horta**, 2007. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiL46uk6\\_D\\_AhWAsJUCHSEkCX0QFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.nch.pt%2Fbiblioteca-virtual%2Fbol-nch16%2F255-269\\_congregacoes-religiosas.pdf&usq=AOvVaw2fxlQYc7VxeDiSBSPyUHCc&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiL46uk6_D_AhWAsJUCHSEkCX0QFnoECA0QAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.nch.pt%2Fbiblioteca-virtual%2Fbol-nch16%2F255-269_congregacoes-religiosas.pdf&usq=AOvVaw2fxlQYc7VxeDiSBSPyUHCc&opi=89978449). Acessado em: 5 de jan. de 2023.

FRANCO, José Eduardo; RITA, Annabela. **O mito do Marquês de Pombal: a mitificação do primeiro ministro de D. José pela Maçonaria**. Lisboa: Prefácio, 2003.

\_\_\_\_\_. O “terremoto” pombalino e a campanha de “desjesuitização” de Portugal. **Lusitania Sacra: Revista do Centro de Estudo de História Religiosa**, Lisboa, 2006. Disponível em: [encurtador.com.br/oDJVZ](http://encurtador.com.br/oDJVZ). Acesso em: 27 jan. 2021.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221700>. Acessado em 03 de jan. de 2023.

FREIRE, Glaucia de Souza. **Das “feitiçarias” que os padres se valem: circularidades culturais entre indígenas Tarairiú e missionários na Paraíba setecentista**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande Campina Grande, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=324202#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=324202#). Acesso em: 15 out. 2020.

FURLAN, Vinicius. **Gabriel Malagrida (1689-1761): Educador e Missionário da Companhia de Jesus na América Portuguesa**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6315988#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6315988#). Acesso em: 16 dez. 2020.

GARCIA, M. Emygdio. **Estudos Critico-historico: O Marquez de Pombal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1869.

GAUER, Ruth Maria Chittó. **A construção do Estado-Nação no Brasil**: a contribuição dos egressos de Coimbra. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **A modernidade Portuguesa e a reforma pombalina de 1772**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

GOMES, Jesué Pinharanda. Carmelitas Calçados. In: **Dicionário histórico das ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2010.

GOMES, Cristofe Lage. **O Padre Bartolomeu do Quental**: fundador da Congregação do Oratório em Portugal. Vivência e uma aproximação às origens da Congregação do Oratório em Portugal. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21298/3/Tese%20Final.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

HONOR, André Cabral. **Universo cultural carmelita no além-mar**: formação e atuação dos carmelitas reformados nas capitanias do norte do Estado do Brasil (séc. XVI a XVIII). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=159449#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=159449#). Acesso em: 13 out. 2020.

ISHAQ, Vivien Fialho da Silva. **Catolicismo e Luzes**: a Congregação do Oratório no mundo português, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2004.

JAEGER, Luiz Gonzaga. **A expulsão da Companhia de Jesus do Brasil em 1760**: Exame crítico-histórico no seu bicentenário. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do sul, 1960. Disponível em: [encurtador.com.br/iTUWX](http://encurtador.com.br/iTUWX). Acesso em: 3 jan. 2020.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A bahia e o prata no primeiro reinado**: comércio, recrutamento e guerra cisplatina (1822-1831). Dissertação (mestrado em História). Salvador, 2005.

LEITE, Serafim. **Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LEMOS, Maximiano Lemos. **Ribeiro Sanches**: a sua vida e a sua obra. Porto: Eduardo Tavares Martins editor, 1911.

LIBERAL, Silvio de. **A aritmética como núcleo da aula de comércio em Portugal e no Brasil**: um estudo histórico-filosófico sob o olhar da etnomatemática e da transdisciplinaridade. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática, Universidade Anhanguera de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=5821663#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5821663#). Acesso em: 13 dez. 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, José Luís Brandão da. Bartolomeu de Quental, pregador da redenção do homem. *In*: DIMAS, Samuel; EPIFÂNIO, Renato; LÓIA, Luíz. **Redenção e escatologia**: estudos de filosofia, religião, literatura e arte na cultura portuguesa. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017.

MARQUES, José. Os Congregados de Braga, no contexto do Oratório Português. **Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga**, n. 5, 2009. Disponível em: [https://www.diocese-braga.pt/media/contents/contents\\_vJ9ZVs/RackMultipart20170316-8311-1unlyu7](https://www.diocese-braga.pt/media/contents/contents_vJ9ZVs/RackMultipart20170316-8311-1unlyu7). Acesso em: 11 out. 2020.

MARTINS, Gomes Ferreira de Rocha. **Romance histórico**. João Ramos Torres editores, 1920. Disponível em: <https://ia800308.us.archive.org/9/items/gomesfreiereroman01mart/gomesfreiereroman01mart.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1997.

MAYOR, Dom Miguel Sotto. **O Marquez de Pombal**: exame e história crítica da sua administração. Porto: Livraria Editora, 1906.

MENDES, Acílio; CALAZANS, José Carlos. Capuchinhos. . *In*: **Dicionário histórico das ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2010.

MELLO, Arisvaldo Vieira. **Missão de Pacatuba do passado ao futuro**. Aracaju: Segrase, 2000.

MELLO, Marcia Elaine Alves de Souza. **Fé e império: as juntas das missões nas conquistas portuguesas**. Manaus: EDUA Editora da Universidade do Amazonas, 2007.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era Pombalina**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

MENEZES, Wanderlei de Oliveira. **Ordem e transgressão em Sergipe D’el Rei**: a trajetória do sargento-mor Bento José de Oliveira (1763-1808). (Dissertação) Mestrado em História –

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015).

\_\_\_\_\_. **História da capitania de Sergipe através de textos e documentos**. Aracaju: SEDUC, 2021.

MESQUIDA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n48/n48a14.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

MITTARAQUIS, Léo Antonio Perrucho. **As ordens religiosas e as práticas educativas em Sergipe Del Rey: uma ausência pedagógica**. Dissertação (Mestrado em Educação), Núcleo de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MOTT, Luiz. **A Inquisição em Sergipe**. Aracaju: Fundação Estadual de Cultura, 1989. Disponível em: <https://luizmottblog.files.wordpress.com/2016/03/3-a-inquisicao-em-sergipe.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2022

MURY, Padre Paulo. **História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus: apóstolo do Brasil no século XVIII estrangulado e queimado no Largo do Rocio de Lisboa aos 24 de setembro de 1761**. Lisboa: Livraria editora de mattos Moreira & C.<sup>a</sup>, 1875.

NABINGER, Maria Luísa. Capuchinhos e jesuítas: emissários do poder político e europeu (séculos XVI-XVII). In: **Revista do instituto histórico e geográfico brasileiro**, Rio de Janeiro: IHGB, 2009.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **História da Educação Sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão: NPGED, 2003.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História 1500-2000**. Rio de Janeiro: Edições consultor, 1995.

NÓBREGA, Lucas Gomes; NETO, Damião Oliveira. A Instrução Franciscana e a Reforma Pombalina na Capitania da Paraíba Setecentista: continuidades e discontinuidades (1750-1777). In: **VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação**. Natal, 2016.

NUNES, Cristiane Tavares Fonseca de Moraes. **A Universidade de Coimbra e a reforma pombalina de 1772**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=100719#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=100719#). Acesso em: 24 out. 2020.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **História da Educação em Sergipe**. Aracaju: Editora UFS, 2008.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Glossário de termos sobre religiosidade**. Aracaju: Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe, 2008.

OLIVEIRA, Con. Philadelpho Jonhathas de. **História de Laranjeiras**. Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 1981.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. **A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10481/1/Tese%20Luiz%20Eduardo%20Meneses%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **A legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**, Maceió: Edufal, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Gramatização e escolarização: contribuições para uma história do ensino de línguas no Brasil (1757-1827)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010b.

\_\_\_\_\_. **O mito da Inglaterra: anglofilia e anglofobia em Portugal (1386-1986)**. Lisboa: Gradiva editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)**. Campinas: Pontes, 2015.

\_\_\_\_\_. Pombalismo e Antipombalismo no Brasil: representações das reformas do ensino no centenário e no bicentenário do Marquês de Pombal. **Revista Brasileira de História da Educação**, 2022. Disponível em: [encurtador.com.br/qFGN6](http://encurtador.com.br/qFGN6). Acesso em: 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **A legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na educação brasileira (1757-1827)**, Aracaju: Criação editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/legislacao-pombalina-2.pdf>. Acessado em: 10 de jan. de 2023.

ORAZEM, Roberta Bacellar. **A representação de Santa Teresa D'Ávila nas igrejas da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira/Bahia e São Cristóvão/Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9853>. Acessado em: 05 de jan. 2023.

PACHECO, Mirela Magnani. A época pombalina e os (des)caminhos da retórica pombalina da instrução pública. **A legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na Educação Brasileira (1757-1827)**. Aracaju: Criação Editora, 2022. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/legislacao-pombalina-2.pdf>. Acessado em: 25 de dez. de 2022.

PAIM, Antonio (Org.). **Pombal e a cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Brasil-Portugal, 1982.

\_\_\_\_\_. **A querela do Estatismo**. Brasília: Senado Federal, 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1020/195998.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 19 out. 2020.

PAIVA, Eduardo França. **Brasil – Portugal: Sociedade, Culturas e Formas de Governar no Mundo Português (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PAIVA, Wilson Alves de. Legado dos Jesuítas na Educação. **Educação em Revista**, Minas Gerais, 2015.

PALMELLA, José. **O centenário e vida do Marquez de Pombal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editor o comendador F. A. Ferreira de Mello, 1883.

PEREIRA, João Francisco Silva Sousa. **Um político católico no tempo das luzes: a religião em Sebastião José de Carvalho e Melo**. Dissertação (Mestrado em Teologia). Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019.

PIMENTEL, Alberto. **As amantes de Dom João V: estudos históricos**. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1892.

PORTUGAL. **Bibliotheca Historica de Portugal e seus Dominios Ultramarinos: a qual se contém varias Historias daquele, e destes Ms e impressas em prosa, e em verso, só, e juntas com as de outros Estados**. Lisboa: Typ. Chalcographica, Typoplastica, e literária do Arco do Cego, 1801.

\_\_\_\_\_. **Collecção dos Negocios de Roma no reinado de El-Rey Dom José I: ministério do Marques de Pombal e Pontificados de Benedicto XIV e Clemente XIII 1755-1760**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874.

\_\_\_\_\_. **Intrucção de principiantes, e novo methodo de se aprenderem as primeiras letras para uso das escolas da congregação do oratório na casa de N. Senhora das Necessidades**. Lisboa: Typ. na régia officina, 1780.

\_\_\_\_\_. **Relação abreviada da republica que os religiosos jesuitas da províncias de Portugal, e Hespanha, estabelecerão nos Dominios Ultramarinos das duas monarchias, e da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os exercitos Hespanhoes, e Portuguezes**. Numero IV, Formado pelos registros das Secretarias dos dous respectivos principaes commissários, e plenipotenciarios; e por outros documentos authenticos. [17--]

RAMOS, Luis A. de Oliveira. Os beneditinos e a cultura: ressonâncias da ilustração. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 1984. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5856/5510>. Acesso em: 21 fev. 2022.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.

REIS, Cláudio de Britto. **O Marquês de Pombal e as imagens da verdade**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1987.

RIBEIRO, Lorchany Cordeiro. **Chronologia da Congregação do Oratório de Goa: a construção da “santidade” do padre José Vaz na crônica de Sebastião do Rego (XVIII)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3100/2/2015%20-%20Lohany%20Cordeiro%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

RIBEIRO, José Quirino. **História da civilização brasileira**. Tese (Doutorado). São Paulo, 1945.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história do povo de Sergipe**. Aracaju: Seplan, 2010.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: a ciência moderna**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: [encurtador.com.br/ayTY3](http://encurtador.com.br/ayTY3). Acesso em: 1º jan. 2021.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. O ensino e a ciência nas instituições inicianas do mundo luso de setecentos. **Educação em Revista**, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5MG3yvk3w9mgB7VJhtcWLVB/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROSÁRIO, Pe. Manuel da Penha do. **Língua e inquisição no Brasil de Pombal: 1773**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

RUSSO, Mariagrazia. O ensino linguístico dos jesuítas e a oposição no Século das Luzes. **Brotéria: Cristianismo e cultura**. Braga: Oficinas gráficas de Barbosa e Xavier, 2009.

SALES SOUZA, Evergton. Igreja e Estado no período pombalino. **Lusitania Sacra**, 2011. Disponível em: [encurtador.com.br/bEZ39](http://encurtador.com.br/bEZ39). Acesso em: 18 mar. 2021.

SANCHES, António Ribeiro. **Carta sobre a educação da mocidade**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003. Disponível em: [www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches\\_obras/cartas\\_educacao\\_mocidade.pdf](http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf). Acesso em: 11 dez. 2020.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Reformas da Igreja em contraposição: o pombalismo luso e o ultramontanismo brasileiro (séculos XVIII e XIX). **Revista de História y Religión**, 2015. Disponível em: [encurtador.com.br/lrTV8](http://encurtador.com.br/lrTV8). Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, Cândido dos. **O Jansenismo em Portugal**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4177.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SANTOS, Francisco Maria dos. **História escandalosa dos conventos da ordem de S. Domingos em Portugal**: extrahida fielmente do inédito de Frei João de Mansilha. Lisboa: Livraria antiga e moderna, 1901.

SANTOS, Maria Teresa C. S. Gonçalves dos. Beneditinos. In: **Dicionário histórico das ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 2010.

SANTOS, Fernanda. O colégio da Bahia e o projecto educativo da companhia de Jesus no Brasil colonial. IN: **Revista de História das Religiões**. Maringá, 2011. Disponível em: <[encurtador.com.br/cjtuz](http://encurtador.com.br/cjtuz)>. Acessado em: 5 de set. de 2022.

SANTOS, Vera Maria dos. **As mulheres de posses**: a instrução dos órfãos menos na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos. Tese (Doutorado em Educação), Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

SANTOS, V. M. dos; SANTOS, L. dos; VILAR, R. F. As aulas de primeiras letras na capitania de Sergipe Del Rey (XIII-XIX). In: E-book VII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74373>>. Acessado em 20 de jan. de 2023.

SANTOS, Maria Elaine. Da lei do diretório ao alvará de 1770: Civilizar para o bem do Estado. **A legislação Pombalina sobre o ensino de línguas: suas implicações na Educação Brasileira (1757-1827)**. Aracaju: Criação Editora, 2022. Disponível em: <<https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/legislacao-pombalina-2.pdf>>. Acessado em: 25 de dez. de 2022.

SANTOS, Roberto Sousa. A reestruturação sociorreligiosa em Sergipe: uma análise da relação entre o catolicismo oficial e o popular no século XVIII. **Temas de história e educação católica em Sergipe**. Recife: Editora UFPE, 2013.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Irmandade e Sergipe oitocentista. **Temas de história e educação católica em Sergipe**. Recife: Editora UFPE, 2013.

SARTIN, Philippe Delfino. Para ler e meditar: os padres do Oratório e a literatura mística em Portugal (século XVII). In: Anais do IV Encontro Nacional do GT História das religiões e das religiosidades – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st11/5.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

SCREMIN, João Valerio. **Reformar os costumes e salvar as almas**: a atuação dos franciscanos na educação e formação sacerdotal. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3929430#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3929430#). Acesso em: 23 fev. 2022.

SENA-LINO, Pedro. **De quase nada a quase rei**: biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal. Lisboa: Contraponto, 2020.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **O Marquês de Pombal**: o homem, o diplomata e o estadista. Lisboa, 1982.

SILVA, Domingos Pereira da. **Anecdotas do ministério de Marquez de Pombal e Conde D'oeiras Sebastião Jose' de Carvalho sobre o reinado de D. José 1º Rei de Portugal**. Porto, 1852.

SILVA, Iverson Geraldo. **Textos e contextos ilustrados**: as avaliações de Luíz Antônio Verney, Antônio Nunes Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo sobre o Portugal setecentista. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5442/1/iversongeraldodasilva.pdf>. Acesso em: 1º jan. 2021.

SILVA, José Pereira da. **Trapistas no Brasil**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bitly.com/NQPK6> . Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sergipe Colonial**: uma capitania esquecida. São Paulo: Editora Singular, 2019.

SILVANO. Almeida. **O Marques de Pombal**: Celebrado por um grupo de distintos escritores liberais. Lisboa: Empresa de o Bem Publico, 1906.

SYLVA, Jozeph de Seabra da. **Dedução Chronologica, e Analytica**. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

SOUSA, Francisco Luiz Pereira de. **Efeito do terremoto de 1755 nas construções de Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909.

SOUSA, Luís Filipe Marques de. **Os capuchos de Santo António no Brasil (1585-1635)**. Dissertação (Mestrado em História)- Departamento de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

SOUZA, Álvaro Cesar Pereira de. **Sob a luz das reformas pombalinas da instrução pública**: a produção dicionarística luso-brasileira (1757-1827). Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4721/1/ALVARO\\_CESAR\\_PEREIRA\\_SOUZA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4721/1/ALVARO_CESAR_PEREIRA_SOUZA.pdf). Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Anderson Teixeira de. **A memória revelando práticas educativas**: representações da configuração docente na cidade de Aracaju – década de 1980. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2015. Disponível em: <[encurtador.com.br/fgGK2](http://encurtador.com.br/fgGK2)>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOUZA, Jorge Victor. **Monges negros: trajetórias, cotidiano e sociabilidade dos beneditinos no Rio de Janeiro – século XVIII.** Disponível em:  
<https://livros01.livrosgratis.com.br/cp056997.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SOUZA, Jorge Victor de Araújo. **Para além do Claustro: uma história social da inserção beneditina na América portuguesa, C.1580- C.1690.** Tese (doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SOUZA, Carlos A. de M.; CAVALCANTE, Maria J. M. **Os Jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República.** Brasília: Liber Livro, 2016. Disponível em:  
[https://socialeducation.files.wordpress.com/2015/01/sousa-jesuitas\\_web.pdf](https://socialeducation.files.wordpress.com/2015/01/sousa-jesuitas_web.pdf). Acesso em: 1º jan. 2022.

SOUZA, Katia Maria Araújo. Um olhar sobre as relações de poder entre o altar e o trono nas missões Capuchinhas Sanfranciscanas. In: **Temas de História e Educação Católica em Sergipe.** Recife: Editora universitária UFPE, 2013.

TAVARES, Cristiane. **Ascetismo e colonização: o labor missionário dos beneditinos na América portuguesa (1580-1656).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TEIXEIRA DE CARVALHO, J. M. **Recordações de Jacome Ratton: Sobre ocorrência do seu tempo, de maio de 1747 a setembro de 1810.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

TELES, Alberto. **Camilo Castelo Branco na cadeia da relação do Porto.** Ferreira editora, 1912. Disponível em:  
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjim6jUwazqAhXbIrkGHYWSBkgQFjACegQIARAB&url=https%3A%2F%2Fbibdig.biblioteca.unesp.br%2Fbitstream%2Fhandle%2F10%2F6722%2Fcamilo-castelo-branco-na-cadeia-da-relacao-do-porto.pdf%3Fsequence%3D3%26isAllowed%3Dy&usg=AOvVaw1hFdWHHYXCUWoI911Vg9rB>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TELES, Thadeu Vinícius Souza. **O inglês como língua dos negócios: o caso da instrução comercial luso-brasileira (1759-1902).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TRIGUEIROS, António Júlio Limpo. “O negócio jesuítico” e o papel da política regalista portuguesa. In: **Brotéria: cristianismo e cultura,** 2009.

VEIGA, Carlos Margaça. Carmelitas Descalços. In: **Dicionário histórico das ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal.** Lisboa: Gradiva, 2010.

VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Tinta sobre papel: livros e leitura na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1808.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7492/1/arquivo7820\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7492/1/arquivo7820_1.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

VIDOTTI, Joselita Júnia Viegas. **Política de língua estrangeira: o século XIX no Brasil.** São Paulo: Novas edições acadêmicas, 2013.

XAVIER, Angela Barreto. Itinerários Franciscanos na Índia seiscentista, e algumas questões de história e de método. **Lucitania Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa**, Lisboa, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wmp9ES3rUk8C&lpg=PA175&ots=QXQ2FQxraT&dq=Joao%20henriques%20%2C%20gabriel%20malagrida%20%20joao%20de%20matos%20%2C%20joao%20alexandre%20%20jacinto%20da%20costa%20%2C%20jose%20Moreira%20%2C%20joao%20perdig%C3%A3o%20%2C%20timoteo%20de%20oliveira%20%20inacio%20soares%20%20Francisco%20Eduardo.&hl=pt-BR&pg=PR3#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 27 jan. 2021.

### Peças Legislativas

PORTUGAL. **Collecção da legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações.** Pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774. Lisboa: na Typ. Maignense, 1828.

PORTUGAL. **Collecção da legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações.** Pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790. Lisboa: na Typ. Maignense, 1829

PORTUGAL. **Collecção de legislação Portugueza desde a ultima compilação das ordenações.** Pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: na Typ. Maignense, 1830.

PORTUGAL. **Suplemento á collecção de legislação Portugueza do desembargador Andonio Delgado da Silva.** Pelo mesmo ano de 1750 a 1762. Lisboa: na Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1842. Disponível em: [https://books.google.com.br/books/download/Collec%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_legisla%C3%A7%C3%A3o\\_portuguza\\_de.pdf?id=EMM0AQAAMAAJ&hl=pt-BR&output=pdf&sig=ACfU3U2lrXJPbjz8JYNRrckgC7Ngc6Ah4g](https://books.google.com.br/books/download/Collec%C3%A7%C3%A3o_da_legisla%C3%A7%C3%A3o_portuguza_de.pdf?id=EMM0AQAAMAAJ&hl=pt-BR&output=pdf&sig=ACfU3U2lrXJPbjz8JYNRrckgC7Ngc6Ah4g). Acesso em: 6 mar. 2020.

PORTUGAL. **Relação abreviada da Republica:** que os religiosos jesuitas das Provincias de Portugal, e Hespanha. [17--]. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6675/1/45000008227\\_Output.o.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6675/1/45000008227_Output.o.pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.

## APÊNDICES

### Apêndice A

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Marquês de Pombal”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	21	48
Educação	8	6
Letras	5	6
Direito	-	3
Demais programas	5	10
Total de trabalhos	39	73

### Apêndice B

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Sebastião José de Carvalho e Melo”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	10	13
Educação	4	4
Letras	-	1
Demais programas	1	2
Total de trabalhos	15	20

**Apêndice C**

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Jesuíta”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
Teologia e Ciência da Religião	73	269
História	42	124
Filosofia	1	127
Educação	23	33
Letras	17	32
Demais programas	1	2
Total de trabalhos	162	608

**Apêndice D**

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Inacianos”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	8	24
Educação	6	4
Teologia e ciência da religião	2	3
Letras	-	3
Demais programas		
Total de trabalhos	16	36

**Apendice E**

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Ratio Studiorum”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
Educação	14	23
Filosofia	-	3
Letras	1	3
História	3	1
Total de trabalhos	18	30

**Apêndice F**

Palavras usadas nas buscas do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Oratoriano” e “Oratorianos”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	3	8
Educação	2	-
Teologia e Ciência da Religião	-	1
Demais programas	2	3
Total de trabalhos	7	12

**Apêndice G**

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Franciscanos”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	18	36
Educação	17	17
Letras	3	5
Teologia e Ciência da Religião	2	4
Demais programas	14	29
Total de trabalhos	54	91

**Apêndice H**

Palavra usada na busca do catálogo de teses e dissertações do CAPES: “Carmelitas”		
Programa de pós-graduação	Quantidade de teses	Quantidade de dissertações
História	8	12
Letras	2	-
Arquitetura e urbanismo	2	3
Arqueologia	1	1
Ciências da Religião	-	7
Demais programas	-	9
Total de trabalhos	13	32